UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ALAN DANIEL DE BRITO MELLO

Análise do discurso geográfico (representações espaciais) nas obras *Martim Cererê* (1928) e *Marcha para oeste* (1940) de Cassiano Ricardo; *O Estrangeiro* (1926) e *Geografia sentimental* (1937) de Plínio Salgado

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ALAN DANIEL DE BRITO MELLO

Análise do discurso geográfico (representações espaciais) nas obras *Martim Cererê* (1928) e *Marcha para oeste* (1940) de Cassiano Ricardo; *O Estrangeiro* (1926) e *Geografia sentimental* (1937) de Plínio Salgado.

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo do orientador

Dr. Marcos Bernardino de Carvalho

Data:

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para o mestrado acadêmico em Geografia Humana sob a orientação do prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho.

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mello, Alan Daniel de Brito

M527a Análise do discurso geográfico (representação espacial) nas obras Martim Cererê (1928) e Marcha para oeste (1940) de Cassiano Ricardo; O Estrangeiro (1926) e Geografia sentimental (1937) de Plínio Salgado/ Alan Daniel de Brito Mello; Orientador Marcos Bernardino de Carvalho - São Paulo, 2018.

150f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. São Paulo. 2. Nacionalismo. 3. Representação Espacial. 4. Literatura.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientador (Presidente da Banca) Marcos Bernardino de Carvalho
Prof. Dr. da Universidade de São Paulo

Examinador: Élvio Martins Rodrigues
Prof. Dr. da Universidade de São Paulo

Examinador: Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim
Prof. Dr. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Examinadora: Silvia Helena Zanirato
Prof. Dra. da Universidade de São Paulo

A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico social [...] A consciência individual é um fato sociológico. (BAKHTIN, Marxismo e filosofia da linguagem)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por ter financiado essa pesquisa;

Agradeço à excelente equipe de docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em especial ao professor Dr. Eduardo Abdo Yázigi pelos conselhos acadêmicos;

Agradeço ao meu orientador Dr. Marcos Bernardino de Carvalho que acreditou nessa dissertação, sempre pontual em suas críticas construtivas, me deu total liberdade para elaborar essa pesquisa;

Agradeço aos professores Dr. Élvio Rodrigues Martins pela leitura atenta do texto e pelas provocações necessárias na qualificação e ao Dr. Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim que há tantos anos me acompanha nesse percurso universitário.

E para finalizar, agradeço a minha companheira para a vida, professora, parceira de estudos, revisora dos meus textos, minha esposa Natalia Peixoto Trevisan. Sem ela, certamente a minha existência seria mais triste.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar o discurso geográfico contido nas obras literárias de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, destacando suas representações espaciais e construções simbólicas pós Semana de Arte Moderna de 1922. Além disso, objetiva-se compreender como as discussões sobre raça e meio atingiram estes autores e, por consequência, as temáticas das suas obras, onde o espaço representado estaria sob o signo do ordenamento social. O espaço aqui representado é o paulista. O tempo, as décadas de 1920-30. E o grupo social, por sua vez, a intelectualidade conservadora paulista, nas figuras de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo. Tendo em vista este tripé metodológico, os trabalhos literários destes autores carregariam um conjunto de signos que vão além das interpretações críticas e estéticas do romance, ensaio ou poesia. Os livros escolhidos para análise do discurso foram *Martim Cererê* (1928) e a *Marcha para oeste* (1940) de Cassiano Ricardo; *O Estrangeiro* (1926) e *Geografia Sentimental* (1937) de Plínio Salgado. Como direcionamento metodológico utilizamos algumas discussões levantadas por Mikhail Bakhtin sobre os signos ideológicos e os enunciados socialmente construídos (a obra literária) na análise das obras.

Palavras-chave: Discurso Geográfico. Discurso Literário. Representações Espaciais. São Paulo.

ABSTRACT

The present paper aims to analyze the geographical speech contained in the literary works of Plínio Salgado and Cassiano Ricardo, highlighting its spatial representations and symbolic constructions after the Modern Art Week of 1922. Besides, it is aimed to understand how the discussions about race and social environment reached these authors and, consequently, the themes of their works, where the space represented would be under the sign of social order. Space represented here is the State of São Paulo. The time is the 20's and 30's. And social group, on the other hand, is the conservative intellectuality of São Paulo, being represented by Plínio Salgado and Cassiano Ricardo. In view of this methodological tripod, the literary works of these authors would carry a set of signs that go beyond the critical and aesthetic interpretations of the novel, essay or poetry. The books chosen for the speech analysis were *Martim Cererê* (1928) and *Marcha para oeste* (1940) from Cassiano Ricardo; *O Estrangeiro* (1926) and *Geografia Sentimental* (1937) from Plínio Salgado. As methodological guidance we used some discussions raised by Mikhail Bakhtin about ideological signs and socially constructed statements (the literary work) in the analysis of works.

Key-words: Geographical Speech. Literary Speech. Spatial Representations. São Paulo.

ÍNDICE DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
PRP	Partido Republicano Paulista
SAM	Semana de Arte Moderna
SEP	Sociedade de Estudos Políticos
USP	Universidade de São Paulo
UDF	Universidade do Distrito Federal

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1. Regiões do Brasil, Guimarães, 1941	31
Imagem 2. Paisagem em mudança, Nova Friburgo, 1944	35
Imagem 3. Imagem de Jesus Cristo erguida no corcovado, 1944	37
Imagem 4. Crescimento de Marília, 1940	48
Imagem 5. Ilustração da capa do livro, 1937	77
Imagem 6. Locomotiva cortando o interior do Brasil, 1937	81
Imagem 7. Representação das igrejas de Ouro Preto, 1937	84
Imagem 8. Paisagem simbólica/sintética do Brasil, 1937	87
Imagem 9. Homenagem da editora a Cassiano Ricardo, 1974	95
Imagem 10. Capa do livro, 1974	98
Imagem 11. A casa do bandeirante, 1970	119
Imagem 12. Fluxos migratórios em direção ao Estado de São Paulo, 1956	127
Imagem 13. Direção das bandeiras, 1956	130

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Limites do Estado e população brasileira	41
Mapa 2. Imigrantes em São Paulo 1926-1930	47
Mapa 3. Tratado de 1760 que estabeleceu os limites do Brasil	132
Mapa 4. Zonas pioneiras do século XIX e XX, 1959	133

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos capítulos Geografia sentimental	76
Tabela 2. Distribuição dos capítulos Marcha para oeste	116

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
O contexto das obras e dos autores	15
Capítulo 1. Discurso Literário e Discurso Geográfico: em busca do diálogo	20
1.1 Regionalizar o território para quê?	26
1.2 Missão acadêmica: Pierre Deffontaines	32
1.3 Missão acadêmica: Pierre Monbeig	43
1.4 Ciência, mito ou literatura: quem explica melhor o Brasil?	49
1.5 O discurso da Universidade do Distrito Federal	53
Capítulo 2. Plínio Salgado: moderno e autoritário	59
2.1 Análise do romance <i>O Estrangeiro</i> , 1926	63
O enredo do romance	64
O geográfico no imigrante, o imigrante no geográfico	68
As paisagens idílicas como recurso discursivo	71
2.2 Análise do ensaio <i>Geografia sentimental</i> , 1937	74
A Geografia nos une?	79
Entre a magia do espírito e a construção sógnica do espaço	82
São Paulo como espaço central no Brasil: <i>Hinterland</i>	88
Capítulo 3. Cassiano Ricardo: da escrita jornalística ao poeta inquieto	92
3.1 Análise do poema <i>Martim Cererê</i> , 1928	95
Épico no mar, lírico na Terra	99
Os sete “Gigantes de Botas” e o sentido paulista de nação	104
O elemento negro como edificador do geográfico	113
3.2 Análise do ensaio <i>Marcha para oeste</i> , 1940	115
Brasil colonial: o homem em presença da Geografia	123
<i>Self-government</i> : a bandeira na gênese do Estado	129
Considerações finais	135
Obras analisadas	140
Bibliografia Geral	140
Anexos: cronograma das obras	146
Anexo A. Cassiano Ricardo	146
Anexo B. Plínio Salgado	148

INTRODUÇÃO

A representação espacial no interior da literatura não é novidade. No entanto, as condições históricas e sociais dentro das quais essa representação é construída, somada aos conflitos ideológicos e discursivos pertencentes a um grupo social específico, levam-nos às seguintes perguntas: em qual contexto material determinada obra literária nasce? Será possível analisar um produto cultural de forma tão objetiva?

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o discurso geográfico contido nas obras literárias de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, destacando suas representações espaciais e construções simbólicas pós Semana de Arte Moderna de 1922 (SAM). Além disso, objetiva-se compreender como as discussões sobre raça e meio atingiram estes autores e, por consequência, as temáticas das suas obras, onde o espaço representado estaria sob o signo do ordenamento social.

Entendemos a importância da literatura na reconstrução do pensamento geográfico devido ao seu poder de síntese, pois, as formas de enunciação de uma obra literária remetem-se a um conjunto de signos socialmente construídos e de apropriações do espaço vivenciado pelo autor. Assim, “o signo não pode ser separado da situação social sem ser alterada sua natureza semiótica” (BAKHTIN, 2014, p.68).

Embora os discursos, aparentemente, possuam uma ação individual, em que o sujeito toma para si a responsabilidade de produzi-lo, sua origem é social, porque os signos criam os enunciados, os enunciados criam as ideologias, as ideologias os discursos e os discursos necessitam de um veículo que os divulguem, neste caso, a obra literária. Esta última, lembremo-nos, além de propagar uma ideia, uma ideologia, também produz novos significados geográficos e espaciais. Cada discurso deve ser entendido dentro de sua relatividade histórica e cultural e há a necessidade de “não separar o produtor do que foi produzido no contexto de sua produção” (MORAES, 1991, p.21). Nesse caso, espaço, tempo e grupo social são indissolúveis.

O espaço aqui representado é o paulista. O tempo, as décadas de 1920-30. E o grupo social, por sua vez, a intelectualidade conservadora paulista, nas figuras de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo. Tendo em vista este tripé metodológico, os trabalhos literários destes autores carregariam um conjunto de signos que vão além das interpretações críticas e estéticas do romance, ensaio ou poesia. Cada livro deve ser estudado em sua totalidade, numa relação dialógica entre o enunciador e o

enunciatório¹, fazendo-nos mergulhar no discurso intertextual. De antemão, a tendência temática das obras investigadas – a valorização da cultura brasileira frente aos paradigmas do pensamento europeu – tem seu *locus* nos processos de regionalização do território. A suposta identidade nacional, para Salgado e Ricardo, necessariamente passaria pelo prisma da história de São Paulo.

Os livros escolhidos para análise do discurso foram *Martim Cererê* (1928) e a *Marcha para oeste* (1940) de Cassiano Ricardo; *O Estrangeiro*² (1926) e *Geografia sentimental* (1937) de Plínio Salgado. Haveria uma representação espacial nestes trabalhos que transcende o campo da literatura, sustentada nas discussões sobre Estado, raça e meio. As obras que nascem na década de 1920 traduziriam a renovação cultural iniciada em 1922, a Semana de Arte Moderna (SAM), e favorece um entendimento mítico do Brasil, procurando um ponto em comum na sociedade brasileira. Já os livros da década de 1930 claramente têm um viés político-territorial e de integração nacional. É como se um trabalho completasse o outro, ou como se um pensamento achasse a perfeição discursiva quase uma década depois.

Moraes (1991) explica que o espaço é o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre, localizado dentro de um contexto social e histórico e possui, através de uma delimitação normativa, características de representação que ultrapassam o campo da ciência geográfica. Buscar alternativas documentais e metodológicas para explicar o desenvolvimento do pensamento geográfico exigiria flexibilidade do pesquisador em caminhar por estradas desconhecidas.

Nas pesquisas correlatas a este assunto, Beired (1999), em seu livro *Sob o signo da nova ordem*, faz uma análise comparativa da ascensão da extrema direita no Brasil e na Argentina entre 1914-1945. Enquanto em ambos dos países os intelectuais de direita possuíam semelhanças ideológicas no tocante ao catolicismo e ao fascismo, no Brasil, esse grupo tinha uma terceira via: o cientificismo, herança do pensamento positivista, tão difundido no país. O cientificismo certamente vai influenciar os debates sobre a miscigenação brasileira frente ao desenvolvimento nacional.

¹ Enunciador é quem constrói o enunciado, no caso o autor da obra. Enunciado a própria obra. E enunciatório a quem o enunciado se dirige, no caso, o grupo social. Para um aprofundamento do assunto, ver FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução a Linguística*. V.1 e 2. São Paulo: Contexto, 2006.

² Para evitar uma possível confusão, há outro livro intitulado *O Estrangeiro* pertencente ao escritor francês Albert Camus que não é objeto de nossa pesquisa.

Em investigações direcionadas a Cassiano Ricardo, artigos como de Souza (1996) intitulado: *Brasileiros e Brasileiras: gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr.*, discute a formação social brasileira sob o signo do ordenamento discursivo a respeito da nação. Busca entender como o imaginário destes autores deu origem a uma específica nacionalidade nos momentos fundadores da Geografia.

Ou ainda Raimundo (2000) chama-nos a atenção para a complexidade dos assuntos regionalistas nas obras *Martim Cererê* e *Marcha para oeste*, de Cassiano Ricardo, como sintetizadores de ideais mitológicos em torno da figura do bandeirante e da miscigenação entre o índio, o branco e o negro. E explica o uso de conceitos próprios da geografia absorvidos pelo autor, como a noção de fronteira, território, habitat, gênero de vida e região.

O estudo de Pereira (1997) relaciona o oeste brasileiro com as políticas públicas do Estado Novo (1939) de Getúlio Vargas. Demonstra como o mito da conquista do oeste estimulou o sentido de integração das regiões mais afastadas do litoral, sobretudo em decorrência dos anseios da elite goiana em juntar-se ao resto do Brasil. Era a união entre o interior selvagem (puro) e o litoral civilizado (corrompido).

A tese de José Maria Campos (2007) verifica o discurso em torno do ideário da democracia racial em dois autores, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, destacando o teor polissêmico da expressão. Desloca esta discussão para autores que precedem Gilberto Freyre, este comumente associado ao debate sobre a miscigenação no país.

Há uma grande quantidade de trabalhos que coadunam uma crítica à trajetória de Plínio Salgado, principalmente sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), dentro do campo teórico da cultura política. Podemos citar os estudos pioneiros dos intelectuais Hélio Trindade que defende em 1971 a tese na *Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne)* denominada *L'Action Integraliste Brésilienne: un mouvement de type fasciste au Brésil* e Gilberto Felisberto Vasconcellos que, em 1977, consegue seu doutorado na Universidade de São Paulo com a tese *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. Em 1977, a tese *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*, de José Chasin, defendida na Escola de Sociologia de São Paulo, também é um dos pilares desta vanguarda temática, porque busca esclarecer as bases ideológicas do integralismo em seu interior epistemológico, não como apenas um mimetismo do fascismo italiano, mas sim possuidor de

características singulares que surgiram a partir de uma necessidade social, em um posicionamento anti-industrial e anti-urbano.

Outros trabalhos como Bomfim (2001) analisa os discursos autoritários no período entre 1920-1930 e suas respectivas territorialidades e Cazetta (2011) em seu artigo *Deus, Pátria e Família: bases e fundamentação do pensamento de Plínio Salgado*, associa o pensamento de Salgado com os “mestres” que lhe emprestaram a fundamentação filosófica para o Integralismo, como Alberto Torres, Jackson Figueiredo e Oliveira Vianna, ajudando-nos a compreender a dicotomia conservadora-autoritária do materialismo contra a metafísica.

O artigo de Matos e Gonçalves (2014), *O Estrangeiro na obra de Plínio Salgado: matrizes, representações e propostas*, tece uma crítica ao romance de Salgado sob uma perspectiva social e histórica ao analisar a interface das propostas eugenistas paulistas e a imigração italiana.

A tese de Gonçalves (2012), apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), traduz a heterogeneidade do pensamento evolutivo de Salgado frente a interferência da ideologia católica no começo do século XX. O historiador investiga a trajetória do líder do Integralismo no tocante às suas várias dimensões: matrizes discursivas, apropriações de elementos religiosos e, sobretudo, os componentes lusitanos conservadores presentes nas obras do autor.

A exceção de Bomfim (2001) e Raimundo (2000), geógrafos por formação, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo foram contemplados como objeto de estudo em sua maioria por programas de pós-graduação em História, cujo aspecto metodológico e as categorias de análise são outras que a de nossa ciência. A originalidade e/ou contribuição desse trabalho reside, portanto, em examinar as obras de tais autores sob um posicionamento da análise do discurso, elencando suas interpretações do que deveria ser a geografia, ou melhor, sua representação espacial a partir de um modelo paulista de Brasil. Esta dissertação, acreditamos, terá um valor para o campo da Geografia - em especial a História do Pensamento Geográfico - no que tange aos estudos das representações espaciais contidas em obras literárias e suas significações perante um quadro de renovação cultural e política nas décadas de 1920-1930 em São Paulo, específico, e no Brasil, geral.

O contexto das obras e dos autores

Pensar o moderno a partir da realidade nacional ganhou força no Brasil após o fim da primeira guerra mundial (1914-1918). Os modelos hegemônicos europeus de cultura e organização social começaram a ser questionados, dando lugar à procura do espírito verdadeiramente brasileiro. O fragmentado território do país dificultava essa integração e as regiões dispersas pela vastidão do espaço não se comunicavam, não “falavam a mesma língua”.

Caberia, então, a um grupo tomar para si a responsabilidade de modernizar o Brasil e, evidentemente, modelar a sociedade, dando-lhe aspectos de coesão e coerência. O grupo envolvido em torno da Semana de Arte Moderna em 1922 (SAM) teve esse papel, embora com modificações, a princípio, culturais, centralizou a discussão relacionada à arte, literatura, pintura, estética e outros à pauta nacional, já que

[...] é São Paulo, núcleo do progresso econômico e social, capaz, portanto, de difundir o moderno pensamento brasileiro. Mais do que qualquer outra região, o estado paulista vive diretamente os impactos da imigração europeia, com a expansão do café dando surgimento ao proletariado e subproletariado urbano. Em meio a esse clima de intensa agitação social, política e intelectual nasce o movimento modernista, procurando expressar, simbolicamente, o fluxo da vida moderna. (VELLOSO, 1993, p.92).

Essa intensa agitação da vida moderna vai ganhando força no interior da intelectualidade paulista, sobretudo após o crescimento de uma classe social urbana (proletário). Pensar o Brasil com olhos europeus não era mais aceitável. Moraes (1991, p.107) salienta que “é do sudeste principalmente que partem os fluxos que redefinem a vida de todas as regiões brasileiras” inaugurando, assim, “novos discursos a respeito do território.” É unânime entre os intelectuais nesse momento direcionar os discursos sobre o território a uma integração identitária nacional.

Em *História & Modernismo*, Monica Pimenta Velloso (2010) alerta-nos que conquanto tenhamos na historiografia o evento inaugural do modernismo - a SAM de 22- na virada do século XIX para o XX já era possível observar os temas regionalistas e da cultura popular na literatura, valorizando o cotidiano e as crenças.

Basta lembrar como foi construída a historiografia das literaturas regionalistas nordestina, paulista, mineira e gaúcha [...]. A valorização dos dialetos locais, da cultura caipira, do folclore, dos costumes e dos tipos rurais foi criada a partir da contraposição ao polo urbano, visto como cosmopolita e

‘estrangeirado’. Não se cogitava sobre o caráter compósito e ambíguo do modernismo, abarcando pluralidades espaçotemporais. O resgate das tradições realizava-se em nome de um Brasil moderno, que já se fazia anunciar (p.22).

Dessa forma, como temática primária do que viria a ser o combustível cultural do modernismo, havia dois eixos investigativos: o movimento de resgate à cultura popular através da arte de um lado e, do outro, havia também o questionamento da vida urbana e de sua construção simbólica à luz do crescimento das grandes aglomerações.³ Autores como Graça Aranha, Lima Barreto e Euclides da Cunha já trabalhavam esses assuntos em suas obras.

São Paulo, no início do século XX, possuía uma ideologia conflitante que descambava entre o cosmopolitismo regido pela Europa e o nacionalismo a ser construído. A cidade ansiava por novidades. O inconformismo com a velha ordem política se convertia em criatividade e crítica ao *passadismo* pregado pelos parnasianos e pela negação dos valores estrangeiros. Para se pensar o Brasil, antes, era preciso conhecê-lo sob o prisma da realidade social. Esta bandeira foi levantada pelos que participaram na SAM de 22.

Segundo Bosi (2006, p.362) há uma dificuldade em nomear quem estava presente no teatro municipal nos dias 11 a 18 de fevereiro de 1922. Sabe-se que muitos escritores tiveram seus trabalhos apresentados por outras pessoas como, por exemplo, o poema “Os sapos” de Manuel Bandeira, lido por Ronald de Carvalho. Alguns presentes eram Guilherme de Almeida, Mário de Andrade e Afonso Schmidt. Outros intelectuais

³ Para Nicolau Sevcenko, em seu livro *Literatura como Missão*, as tensões sociais na mudança do Brasil/Império para o Brasil/República, trouxeram ao país uma necessidade de rever certas concepções sobre a cultura brasileira, sobretudo após o crescimento exagerado do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Seu estudo afirma que a literatura na época não apenas absorveu parte desta tensão que estava acontecendo, mas também como estas mudanças se transformaram na própria arte, focando seu estudo nas figuras de Lima Barreto e Euclides da Cunha. Sobre os motivos desta nova realidade, Sevcenko diz: “A sombra desse jogo imponente de aparências e sortilégios, uma nova realidade surda e contundente ganhava corpo de forma tumultuária. A abolição e a crise econômica cafeeira que se lhe seguiu – a qual significou o golpe de misericórdia aplicado a grande lavoura do vale do Paraíba carioca – desencadeou uma enorme mobilização (85.547 pessoas) da massa humana outrora presa àquela atividade e que em boa parte iria afluir para o Rio, fundindo-se ali já com o volumoso contingente de escravos recém libertos, que em 1872 chegaram a constituir 18% (49.939 pessoas) da população total da capital do Império. (1985, p.51). E ainda, sobre os projetos sociais em curso de Euclides da Cunha e Lima Barreto, esclarece: “Fica igualmente acentuado o empenho despendido pelos autores no sentido de assimilar a participação nos processos históricos em curso. Situação esta que reveste suas produções intelectuais de uma dupla perspectiva documental: como registro judicioso de uma época e como projetos sociais alternativos para a sua transformação.” (1985, p. 203).

não foram, mas participaram ativamente após a semana, como: Plínio Salgado, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Rubens Borba de Moraes e Armando Pamplona. A partir desse evento, muitos trabalhos surgiram com as características estéticas e temáticas defendidas em 22, cujas matrizes indígena e africana eram enaltecidas e os problemas citadinos discutidos. São alguns destes: *Pauliceia Desvairada* (1922), Mário de Andrade; *O Ritmo Dissoluto* (1924), Manuel Bandeira; *A Escrava que não é Isaura* (1925), Mário de Andrade; *Meu e Raça* (1925), Guilherme de Almeida; *Vamos Caçar Papagaios* (1926), Cassiano Ricardo; *O Estrangeiro* (1926), Plínio Salgado; *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927), Alcântara Machado; *Martim Cererê* (1928), Cassiano Ricardo, etc ⁴.

Desse modo, estes trabalhos continham uma demarcação clara: pensar o Brasil a partir da realidade nacional. Às vezes o escritor se valeria de aspectos históricos e geográficos da região para tecer o cenário onde seus personagens ganhariam vida, é o caso de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo⁵. Ou ele desejaria *desgeografizar* a cultura nacional, invocando a ideia de um Brasil total. É o caso dos intelectuais em torno de Mario de Andrade.

A construção simbólica era uma arma poderosa para se ideologizar a suposta superioridade paulista, porque criaria condições discursivas para a manipulação da identidade nacional (VELLOSO, 1993). A visão dicotômica entre o litoral corrompido e o sertão puro, Rio de Janeiro/São Paulo, foi explorada pelos escritores como fatos históricos verdadeiros e inquestionáveis. Enquanto, por exemplo, o Rio tinha um saudosismo dos tempos de Império, São Paulo, diante de seu isolamento geográfico, teria desenvolvido uma autonomia frente a qualquer forma “estrangeira” de organização política.⁶ Com relação a esse último aspecto, embora carregado de magia pela literatura, Moraes (1991, p.96) salienta a nacionalidade brasileira como a “[...] conquista territorial de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra, de uma sociedade que

⁴ BOSI, 2006, p.363.

⁵ Objeto de nossa análise, esses autores serão devidamente discutidos nos capítulos a seguir.

⁶ “A visão ufanista de São Paulo traz um aspecto interessante: a desqualificação empreendida em relação ao Rio de Janeiro. A promiscuidade de suas praias, o aspecto anárquico de sua economia, a futilidade dos hábitos cariocas e a violência e amoralidade do carnaval são objetos de inúmeras crônicas e charges publicadas no Correio Paulistano. Até a questão da diferença climática entre os dois estados aparece como fator favorável ao desenvolvimento paulista. O clima frio propiciaria o conforto, a intimidade e a concentração de energias no trabalho, enquanto o calor favoreceria displicência e a promiscuidade das ruas e praças.” (VELLOSO, 1993, p.93).

tinha a construção do território como elemento da identidade”. No Brasil, o nacional e o territorial estão, umbilicalmente, unidos.⁷

O mito da “Conquista do Sertão” será usado como justificativa para o fortalecimento dos laços de identificação dos escritores paulistas, no caso a vertente mais conservadora, defendida pelo grupo verde-amarelo⁸ (Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia), com a cidade de São Paulo. O bandeirante e o tupi foram resgatados como “tipos-ideais” no convívio harmônico das raças, um modelo de “democracia racial brasileira”.

Se após 1922 novos rumos foram traçados na cultura brasileira, não podemos dizer que os grupos envolvidos naquele primeiro momento de furor tiveram união e se mantiveram coesos. Ao mesmo tempo em que Mario de Andrade e Oswald de Andrade, sobretudo após o lançamento do Manifesto Pau-Brasil (1924) entram numa espécie de “primitivismo anarcoide” (BOSI, 2006, p.366), em que as fronteiras necessitam ser abstraídas e não cultivadas; o grupo verde-amarelo lançar-se-ia aos apelos míticos do herói envolto na relação orgânica com a “Terra, o Sangue e a Raça” (*idem*). Tais características serão observadas nos trabalhos destes autores.

Diante destes fatores, a construção da identidade nacional - fundamentada nas ideias de raça e meio - a partir do planalto do Piratininga é um campo fértil para a análise dos discursos sobre as representações espaciais encontradas na literatura. Tal questão mostra-se pertinente, pois, os sujeitos aqui estudados, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, tiveram influência clara nas discussões acerca da construção territorial e da nacionalidade em suas obras literárias.

Nesse momento da história brasileira: política, cultura e sociedade estariam assentadas sobre um solo pantanoso e instável, configurando, assim, as motivações que

⁷ “[...] o fascinante estudo de Sergio Buarque de Holanda, Visão do Paraíso, em que o autor percorre o imaginário que impulsionava o movimento colonizador, a ‘Geografia Fantástica’, que embasava o desbravamento das terras brasileira na busca da localização do Éden perdido” (MORAES, 1991, p.96).

⁸ Sobre o movimento verde-amarelo podemos destacar que no grupo “[...] o que está em primeiro plano é o culto das nossas tradições, ameaçadas pelas influências alienígenas, tornando-se, por isso, urgente a criação de uma política de defesa do espírito nacional. Assim, a valorização do regionalismo coloca-se como imprescindível porque possibilita ‘delimitar fronteiras, ambientes e língua local. E mais: só o regionalismo é capaz de dar sentido real no tempo e no espaço, já que o ritmo da terra é local. Assim, o brasileiro não deve acompanhar o ritmo da via universal, pois esse é abstrato, genérico e exterior. A alma nacional tem um ritmo próprio que deve ser respeitado, custe o que custar. E é esse senso extremado de localismo que marca a doutrina verde-amarela, diferenciando-a do ideário modernista.” (VELLOSO, 1993, p.97)

levaram estes personagens a se destacar. No período, a literatura não era apenas um espelho refratário do que estava acontecendo nas décadas de 1920-1930 em São Paulo.

Ela atuava como ferramenta de compreensão da realidade. Criava um novo mundo, uma nova possibilidade de pensar e repensar o espaço vivido e vivenciado. Mudava e era mudada pela sociedade. Era um caminho com começo, no entanto sem fim. Dissociar espaço, tempo e grupo social, neste estudo, seria cometer um erro metodológico na análise do discurso. Se Ricardo e Salgado pensaram em um espaço mítico e um território autogerido, era porque ideias borbulhavam ao som das danças indígenas e dos batuques africanos trazidos pela SAM de 22, além, é claro, das mais recentes teorias científicas e políticas importadas da Europa influenciarem o modo de pensar da elite conservadora paulista. E nas páginas a seguir exploraremos mais esse assunto.

1. ENTRE O DISCURSO LITERÁRIO E O DISCURSO GEOGRÁFICO: TENTATIVAS DE DIÁLOGO.

Entre os limites conceituais existentes nas manifestações artísticas e nas ciências humanas, a Literatura e a Geografia ganham contornos singulares na busca de alternativas metodológicas às pesquisas interdisciplinares. Na verdade, como bem definido por Carvalho (2005), a história da Geografia institucional sempre teve em seu bojo epistemológico a presunção de compreender não apenas o lugar, mas sim o mundo, um saber complexo alheio a qualquer vício teórico-metodológico. Para o autor, essa noção revelou-se demasiadamente tarde às ciências humanas, cujo atraso configurou-se em “caminhos simplificadores e reducionismos” (p.140), enfatizando,

A condição de saber complexo [...] remonta às muitas exortações conectivas, que ainda sob inspiração do chamado romantismo alemão levaram figuras como Ritter, Humboldt, e posteriormente Ratzel a formular instrumentos cognitivos que pretensiosamente nos capacitariam a ‘abraçar o mundo com às próprias mãos’ (p.142).

Em um direcionamento semelhante, Racine (1978) reforça que desde os geógrafos chamados “tradicionais” (qualitativo, empírico e indutivo), ou aqueles sob os instrumentos da “geografia nova” (quantitativo, teórico e dedutivo), precisavam manter múltiplas relações com as disciplinas que acreditavam estar submetidos: filosófica, histórica, biológica ou epistemológica, pois o limite entre elas ainda não estava bem definido.

Ratzel (2010 [1904], p.157) chamava a atenção de que a “ciência não é suficiente para entender a linguagem da natureza”, uma vez que as formas de expressar o mundo, sendo o discurso literário e o científico uma destas formas, torna-o mais compreensível. Influenciado pelo romantismo alemão, e pelo escritor Goethe, o geógrafo explica de maneira simples o objetivo dos modelos explicativos da realidade, “Arte e ciência, ambos querem tornar compreensível o mundo que nos envolve e que fica dentro de nós”.

Apesar da relação Geografia e Literatura adquirir mais força só a partir da década de 1970 com alguns congressos que tratavam o tema dentro da academia, podemos dizer que Ratzel já se debruçava sobre este diálogo, tão custoso para os geógrafos. Custoso no sentido de aceitar que as representações artísticas não são apenas

complementos ilustrativos da ciência, mas sim maneira distinta de enxergar o mundo com os nossos próprios olhos.

A história das representações geográficas produzidas ao longo dos séculos tem um caráter complexo, daí a necessidade de se estudar as materialidades culturais produzidas pela sociedade. É nesse momento que a literatura entra como receptora sintética dos saberes geográficos fora dos circuitos oficiais de investigação, como universidades, congressos, institutos, etc.

A partir da década de 1970 observa-se, embora ainda de maneira tímida, a temática Geografia e Literatura em alguns encontros, como o da União Geográfica Internacional (UGI) realizado em 1972 e sua discussão sobre o uso de romances no ensino de Geografia; as discussões levantadas sobre as paisagens na literatura na Associação dos Geógrafos Americanos, em 1974; e o Instituto dos Geógrafos Britânicos debruçou-se nas possíveis relações entre a Geografia e a Literatura.

Nesse período surgiu a perspectiva da Geografia Crítica – associada ao marxismo – e, paralelamente, também uma perspectiva humanista da ciência geográfica; esta última flertaria com métodos fenomenológicos.

No Brasil, durante a segunda metade do século XX, observou-se uma crescente produção acadêmica nesta área de estudos, na qual, salienta Suzuki (2010, p.243) “resultaram em monografias de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de textos apresentados em eventos e capítulos de livros [...]”. Ainda que, por exemplo, a literatura fosse usada pelos historiadores como fonte documental de investigação desde a fundação da *Escola dos Annales* em 1929⁹.

Levy (2006, p. 25-26) explica que essa aproximação, chamada por ele de estudos *geo-littéraire*, inspiraria rupturas radicais em nosso cotidiano, transformando-o em projeções possíveis de um mundo melhor, uma interpretação para além da realidade material da sociedade,

⁹ Criada em 1929 a Escola dos Annales visava romper com os resquícios metodológicos do Positivismo. Para isso, valia-se de fontes documentais interdisciplinares, não formais, não tão engessadas como os documentos oficiais, pois “Propunha uma análise histórica menos descritiva e mais relacional, mais social, que encontraria a causalidade nas esferas coletivas e não individuais da sociedade. [...] inserção em novos e diferentes campos-além do político, o econômico, o social e o cultural [...] De Febvre a Bloch segue a orientação interdisciplinar, advinda principalmente da influência do primeiro a importância atribuída à Geografia [...]” (FUNARI e SILVA, 2008, p.58-59).

*l'oeuvre littéraire se répercute dans des initiatives fort diverses: non seulement elle nous pousse à écrire des textes dans le sillage de nos préférences littéraire, mais elle peut nous induire à concevoir des projets spirituels ou culturel, bien ancrés dans la réalité matérielle*¹⁰

Essa materialidade é a base de inspiração e de ressignificação espacial à qual os envolvidos na produção artística precisam se fixar, seja para negá-la ou reproduzi-la, direcionam-se todos a um mesmo sentido: compreender as tensões históricas que modificam o rumo da sociedade.

Resgatando uma discussão feita por Escolar (1996, p.17) “a espacialidade é constituída de matéria e não de espaço”, logo, o trabalho intelectual alinhava-se à produção literária (a produção material da literatura), como esforço inequívoco à compreensão simbólica da realidade nacional. Produzir espaços, consequentemente, é impossível, a partir das conjunturas da própria percepção do mesmo; “produzir configurações materiais espacializadas”, subjetiva ou objetivamente, é possível no interior da lógica discursiva, cuja estrutura pode ser de ordem política, antropológica, geográfica ou até sociológica.

Os discursos geográficos acerca das realidades materiais transmitem concepções que só podem ser explicadas, ou mesmo entendidas, no interior das contextualizações históricas, sendo produto de um meio social e geográfico,

Os discursos geográficos - no sentido mais amplo desse termo (discursos referidos ao espaço terrestre) - variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemés próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana (MORAES, 2002, p.2).

Ora, cabe-nos entender as representações geográficas a partir das mentalidades vigentes em determinados períodos históricos e quais eram os sentidos destas representações, a quem esse discurso era dirigido. No entanto, Moraes (2002, p.28) aponta-nos uma preciosa distinção teórica e metodológica,

¹⁰ A obra literária se repercute em iniciativas diversas: não somente ela nos coloca a escrever os textos no conforto das nossas preferências literárias, mas ela pode nos induzir a conservar os projetos espirituais ou culturais, bem fincados na realidade material (tradução nossa).

Explicitando uma concepção do objeto, por geografia deve-se diferenciar uma realidade fáctico-material de disposição e organização dos objetos e seres na superfície do planeta (a geografia material) e as representações elaboradas pelas sociedades acerca dessa realidade (o discurso geográfico). Tendo claro assim que a geografia material é o objeto das representações geográficas, e que estas retroagem na construção das materialidades na superfície da Terra. Assim, a valorização simbólica do espaço é um momento de sua valorização material, sendo a apropriação e produção do espaço um processo teleológico, guiado por interesses e valores materiais e simbólicos, cuja dialética cabe desvendar.

Podemos dizer que ao longo da história, sempre existiram duas geografias, uma material e outra discursiva. Elas se entrelaçam e formam o caldo cultural de cada sociedade, daí ser preciso bem diferenciá-las e historicizar sua cultura e suas geografias. Então, determinados discursos geográficos (representações espaciais) são apropriados e produzidos por certos grupos sociais que compartilham de um pensamento em comum. E como eles são apresentados? Como eles são divulgados?

E novamente Moraes (2002, p.29) indica um caminho “as formas de apresentação dos discursos geográficos acompanham a variedade dos estilos pelas épocas e culturas: relatos, narrativas, fábulas, preceitos, cosmogonias, poemas, mitologia etc”.

Como objeto de estudo desta dissertação é a análise do discurso geográfico contido em algumas obras literárias de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, essa pequena formulação teórica acima auxilia-nos a compreender as mentalidades geográficas destes autores dentro de um espaço-tempo, São Paulo nas décadas de 1920-1930. Além do mais, em contextos periféricos estes discursos foram usados como ideologia, argumento para se criar uma suposta identidade territorial.

Num país de capitalismo hiper-tardio e de elite política conservadora (CHASIN, 1978), cuja estrutura econômica brasileira alicerçava-se na produção rural, a efetiva apropriação do espaço pelo Estado seria fundamental para a construção da base material da sociedade, em que a estrutura territorial daria sustentabilidade à ideia de nação e, no caso brasileiro, o nacional se confunde muito com o territorial (MORAES, 1991, p. 104).

Quando nos referimos ao contexto brasileiro, e em especial o paulista entre 1920-1940, notamos pluralidade interpretativa a respeito do que era a realidade social. Os intelectuais estavam engajados em leituras desta realidade, ora em olhares pseudocientíficos transplantados do continente europeu, ora sobre o viés literário-

alegórico espelhado nos tipos ideais dos seus personagens (escritores), oferecendo-nos complexos mecanismos de reconstrução histórica do país.

A sagaz exposição de Candido (2000, p.156) nos proporciona subsídios para compreender o que era esse intelectual brasileiro, destacando a literatura no início do século XX como “um poderoso ímã que interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio” e os aspectos confluentes que uniam as interpretações nacionais (a qual a paulista fazia parte): “a história com a economia, a filosofia com a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil” direcionavam os trabalhos à observação e imaginação, ciência à arte, ao traço mais forte do pensamento brasileiro.

Tanto o cientista quanto o artista necessitam da criatividade para produzir algo novo sobre o contexto em que habitam (GRATÃO, 2010). Possuem maneiras próprias de assimilar aquilo que lhes é familiar ou incômodo, seja pelo objeto fragmentado e estudado em laboratório, seja pela absorção sentimental de uma paisagem sublimada através da arte.

Na qualidade de capitalizadora da realidade, o *discurso literário* precede o *discurso científico* no Brasil, embora voltados para o mesmo objeto (a nação brasileira), gotejados, segundo Chasin (1978, p. 98), por um desejo de romantizar a história nacional.

Se voltarmos ao final do século XIX, perceberemos no texto *Uber Naturschilderung* (Sobre a interpretação da natureza), de Ratzel (2010 [1904]), uma tentativa do geógrafo de não subjugar o conhecimento artístico em decorrência do científico. Cada um tem seu valor perante representações discursivas de “verdades” não absolutas, “Para refletir e sentir as imagens da natureza e para reproduzi-las em sala de aula, faz necessário recorrer às obras de nossos poetas e artistas. Elas reproduzem as impressões da natureza de forma mais imediata, mais intensa e muitas vezes mais profunda” (p.164).

Assim, o material literário é um valioso recurso documental a ser estudado, porque incorpora não apenas o fato, mas também a possibilidade imaginativa que o autor desse material quis esboçar a respeito desse fato, não nos esquecendo, é claro, que esse intelectual está dentro de um movimento de mudanças, ou seja, “a literatura fala sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram” (SEVCENKO, 1985, p.21).

Arelado a isso, a obra literária terá valor se houver alguma relação com a realidade material da época, do contrário, sua influência irá ficar restrita. “Paraíso”, durante muito tempo foi o substantivo mais usado para se definir o Brasil (e a própria identidade nacional), proporcionando-lhe uma particularidade simbólica de “realidade exótica” (FAORO, 1997, p.99). Só é possível transcender o espaço através da imaginação quando há o movimento de substituição do obsoleto pelo moderno e, no caso brasileiro, a renovação ocorrida em 1922 na cidade de São Paulo teve esse papel, espalhando-se para além do seu centro artístico-cultural.

Há um elo claro entre o agente individual e o agente coletivo (artista e sociedade) nos processos criativos da literatura, no qual o escopo discursivo/metodológico evidenciado por Candido (2000, p. 25), orienta-nos ao “caminho do sucesso” a ser seguido pelo escritor: “primeiro há a necessidade de um agente individual que apresente a obra; depois ele é ou não reconhecido como intérprete da sociedade; e por último, ele utiliza a obra para a legitimidade do seu discurso”.

Portanto, não basta apenas o escritor jogar sua obra em divulgação pública, esperando sua aceitação imediata. Antes, o grupo ao qual este trabalho (ou trabalhos) fosse atingir deveria incorporá-lo como produção legítima, representativa, portadora coerente e coesa da bandeira ideológica do coletivo.

Sucesso alcançado, essa figura emblemática da literatura agiria como ser ativo e passivo de uma mesma ação. Captaria o que está ao seu redor: problemas, conflitos, discussões políticas e, como um artesão das palavras, traria solução a estes impasses em forma de materialidade artística, reflexiva, ideológica, onde foram reinterpretados à luz da racionalidade e imaginação do próprio escritor.

Objeto e sujeito, realidade e imaginação, local e nacional, não são apenas dualidades soltas no ar. Possuem fundamentos epistemológicos para o Brasil da primeira metade do século XX. A dicotomia imperativa do que estava acontecendo era um caminho discursivo que exterioriza dois sintomas: i) múltiplos saberes estrangeiros (sobretudo correntes científicas) estavam em processo de adaptação ao peculiar meio físico nacional, causando uma espécie de euforia e desconforto na elite letrada (MACHADO, 2012, p.310); ii) por outro lado, explorava-se o sentido do que deveria ser o sujeito verdadeiramente nacional.

Nesse ponto de vista "a busca de identidade social do intelectual brasileiro passa pela procura de um ponto entre a perspectiva de renovação cultural e as possibilidades

de reforma da sociedade" (LAHUERTA, 1997, p 98.), como primeira etapa de renovação e, após a cristalização ideológica de um Estado moderno, o mesmo absorveria parte desta renovação para a legitimidade do próprio discurso político territorial.

1.1 Regionalizar o território para quê?

Embora nossa análise concentra-se no campo simbólico da literatura, ou se preferirem geo-literário (análise das representações espaciais), a temática acerca da regionalização do território atingia várias franjas da cultura brasileira. Tão recorrente era esse assunto que os livros ora analisados faziam jus a princípios organizacionais, tentando arquitetar um sentido em comum nacional no interior das representações regionais criadas por Plínio Salgado e Cassiano Ricardo.

Assim, às vezes faz-se necessário recuperar certos clássicos para se prosseguir na análise, por isso tentaremos recriar um breve panorama do que estava sendo discutido na década de 1940 sobre o processo de regionalização do Brasil. Em artigo base para nossa discussão, Fabio Macedo Soares de Guimarães, em 1941, escreveu um artigo para a Revista Brasileira de Geografia, intitulado, *Divisão Regional do Brasil*. Nesse belíssimo trabalho o geógrafo aborda as incongruências, até aquele momento, que se tinha em regionalizar o território. “O estudo dum grande território, como o do Brasil, segundo os métodos da cartografia moderna, exige, como condição de êxito, a sua divisão em unidades menores, as chamadas ‘Regiões Naturais’”(GUIMARÃES, 1941, p.318).

Em termos gerais, o autor destacou as “regiões naturais” como complexos sistemas intercalados (geológicos, orográficos, pedológicos e hidrográficos) na construção de uma determinada região. Porém, ele nos alerta a dificuldade em encontrar um estudo homogêneo acerca da regionalização, uma vez que a depender da pessoa que faz este estudo, muda-se o tipo de regionalização e, inclusive, a escala de análise. Guimarães defendia um padrão comum na forma de organizar as unidades territoriais, e reforça que a heterogeneidade em se regionalizar o Brasil não pode derivar de argumentos do “desconhecido”, pois vários trabalhos já traziam esse assunto à tona. Ele utiliza bastante as ideias defendidas por Camille Vallaux, pois, afirma que quanto mais se descobre e conhece um fragmentado território, menos se sabe sobre ele. Portanto, a

multiplicidade de interpretações regionais, para Guimarães, seria uma dimensão exata do grande conhecimento até então sobre as regiões brasileiras.

Destaca-se ainda na fala de Guimarães a confusão dos estudiosos em criar unidades territoriais menores, pois não havia clareza nos critérios que prescindiam a análise. Não bastaria apenas descrever, como muitos faziam, era preciso analisar. E para que regionalizar? Em primeiro lugar para fins administrativos, didáticos e econômicos, posteriormente, para o campo mais restrito: a ciência geográfica e o exercício teórico-metodológico, ou seja, havia uma pretensão científica em criar unidades territoriais menores. Lembremo-nos que no ano de publicação deste artigo de Guimarães, a institucionalização acadêmica já havia acontecido no país, com a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1935), e os planos integracionistas e a política autoritária do Estado Novo de Getúlio Vargas estavam em pleno vapor.

Uma problemática clara e vinculada à esfera política consistia em se agrupar unidades administrativas razoavelmente autônomas sob um governo central, sobretudo em um território de dimensões tão continentais quanto o brasileiro. Os fatores geográficos criariam condições adversas para a população em determinados extratos territoriais, logo, como agrupar grupos bastante heterogêneos?

Nesse momento, o IBGE tem sua importância, visto que estabeleceu um padrão em comum para organizar e integrar essas estatísticas regionais que ora apareciam. Os desorganizados dados estatísticos pré-IBGE favoreciam a um desconhecimento estrutural a respeito da população brasileira, provocando, inclusive, problemas na divulgação informacional,

Um grande passo no sentido da uniformização já foi dado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pela resolução nº75, de 18 de julho de 1938, que ‘fixa a disposições normativas para a apresentação tabular de estatística brasileira’, a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística estabeleceu a maneira pela qual deve ser feita a regionalização (alínea 5 do anexo nº3: normas especiais para a elaboração de quadros para o anuário estatístico do Brasil), permitindo, contudo, exceções para o grado de inspetorias ou regiões estabelecidas por lei. (GUIMARÃES, 1941, p.325).

Em suma, o IBGE institucionalizaria a organização dos dados estatísticos sobre o território, aplicando, ademais, um princípio da extensão, “onde” e “até onde” as dimensões de uma determinada região atingiriam, ou seja, distribuição dos fenômenos

pela superfície terrestre; e princípio da conexão, inter-relação dos fenômenos que ocorrem em determinado local.

O geógrafo cita ainda Giuseppe Ricchieri e salienta seu conceito de região, o qual seria dividido em suas concepções: Elementar e Natural (complexa). Enquanto a primeira estaria alicerçada na unidade administrativa da província e se basearia apenas em uma categoria de fenômenos (geológico, econômico, orográfico, etc); a segunda, Natural (complexa), estaria vinculada às regiões que sobreporiam as unidades elementares em si mesma, o que podemos chamar de regiões mais completas. E por que Fabio Guimarães não utilizou critérios humanos para dividir as regiões? Ora, para ele, as regiões humanas seriam instáveis, mutáveis, não haveria a possibilidade de criar uma unidade territorial a partir de mudanças frequentes, daí o geógrafo desconsiderar este tipo de regionalização. Embora, como percebemos, mais acima, a dimensão econômica estabeleceria uma certa “humanização” nas regiões. Os livros que analisaremos mais à frente carregam, em parte, essas discussões no campo da ciência geográfica em suas páginas.

Propostas regionais para o Brasil (Vide mapa na página 31)

1-) Em 1843 Carl Friedrich Martius aconselhava que o estudo da história do Brasil não deveria ter uma estrutura metodológica a partir do isolamento das províncias, mas sim integrá-las no que ele costumava chamar de “grupos regionais”. Como o autor considerava os aspectos históricos na regionalização, e não os naturais complexos, a província de São Paulo compreendia Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais e Paraná.

2-) André Rebouças dividia o Brasil em zonas agrícolas, característica importante para os estudos regionais. Essa divisão não levava em conta os aspectos naturais complexos, mas sim econômicos, embora podemos considerar um estudo da própria economia. Um dos grandes problemas dessas regiões, muito criticado por Guimarães, era a quantidade de unidades territoriais, 10 divisões, e a escala usada. I. Zona amazônica (Pará e Amazonas), II. Zona do Grande Parnaíba (Maranhão e Piauí), III. Zona do Ceará (Ceará), IV. Zona do Paraíba do Norte (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), V. Zona do São Francisco (Sergipe e Bahia), VI. Zona do Paraíba do Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), VII. Zona do Paraná

(Paraná e Santa Catarina), VIII. Zona do Uruguai (Rio Grande do Sul), IX Zona Auro-Ferífera (Minas Gerais) e X Zona Central (Goiás e Mato Grosso).

3-) Elisée Réclus, em sua obra *Estados Unidos do Brasil* (1893), talvez tenha sido o primeiro a usar uma abordagem natural complexa nas demarcações regionais brasileiras. As regiões naturais não se confundiriam com as das províncias, daí o autor organizar as ideias mais próximas de estado, ainda que sua divisão pareça demasiadamente apegada às influências das bacias fluviais. I. Amazônia (Amazonas e Pará), II. Vertente do Tocantins (Goiás), III. Costa Equatorial (Estados nordestinos, do Maranhão e Alagoas), IV. Bacia do São Francisco e Vertente Oriental dos Planaltos (Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais), V. Bacia do Paraíba (Rio de Janeiro e Distrito Federal), VI. Vertente do Paraná e Contravertente Oceânica (São Paulo, Paraná e Santa Catarina), VII. Vertente do Uruguai e Litoral Adjacente (Rio Grande do Sul) e VIII Mato Grosso.

4-) A divisão proposta por Salid Ali é encontrada no pequeno *Compêndio de Geografia Elementar*, em 1905, com 5 unidades administrativas claras. I. Brasil Setentrional ou Amazônia (Acre, Amazonas e Pará), II. Brasil Norte-Oriental (Estados litorâneos desde o Maranhão até Alagoas), III. Brasil Oriental (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo), IV. Brasil Meridional (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), V. Brasil Central ou Ocidental (Goiás e Mato Grosso).

5-) A divisão proposta pelo professor Delgado de Carvalho pode ser observada em seu livro *Geografia do Brasil* de 1913. Ele marcou decisivamente uma nova etapa no ensino de geografia no país e, com essa obra, é a primeira vez que a geografia regional aparece num material didático. Nessas regiões mais complexas, era possível estudar tanto a geografia humana quanto a física sem nenhum prejuízo teórico-metodológico. A divisão adotada por Delgado foi mais tarde usada pelo então professor da UDF Antonio Raja Gabaglia. Percebemos que Delgado aceitou em parte a divisão de Said Ali e deu-lhe a seguinte contribuição. I. Brasil Setentrional ou Amazônico (Acre, Amazonas e Pará), II. Brasil Norte-Oriental (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), Brasil Oriental (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais), IV. Brasil Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Brasil Central (Goiás e Mato Grosso).

6-) Pierre Denis tem uma divisão semelhante à de Delgado de Carvalho e regionalizou o Brasil de maneira mais prática, focando no lado oriental do país. Destaca-se a Bahia que ganhou três novas regiões em comparação a Delgado.

7-) A divisão de Betim Paes Leme, em 1937, traz uma caracterização geológica mais visível em sua regionalização, chamando-a de “zonas estruturais”. Foi professor de Geografia Regional na Universidade do Distrito Federal.

8-) Moacir Silva era consultor técnico do antigo Conselho Nacional de Geografia e sugeriu em sua divisão a prioridade natural das unidades territoriais maranhenses e paraenses e, ainda, destacou áreas de transição entre os estados.

9-) A divisão proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1938 adotava a regionalização imposta pelos Anuários Estatísticos do Brasil, incorporando para si as unidades que já eram usadas pelo Ministério da Agricultura. Para Guimarães (1941), era incompreensível os motivos que o Ministério da Agricultura usava para estas divisões, pois, afirmava que elas não estavam embasadas nem em aspectos da geografia física e nem na humana.

Para finalizar esse subcapítulo, destacamos algumas ideias principais. Os motivos para se criar modelos regionais para o Brasil, independentemente do autor, objetivavam racionalizar o espaço apropriado pelo Estado, cuja política territorial estaria, umbilicalmente, ligada à política de integração, e ainda, de certa forma, também haveria a intenção de conferir cientificidade para a possibilidade de entender e compreender o Brasil a partir da geografia. Integrar, *a priori*, era um princípio para um Estado que ansiava centralizar o poder e desmanchar os “regionalismos”. Para desatar o nó de uma suposta contradição, os “regionalismos” seriam os poderes locais que estavam nas mãos de uma elite econômica.

Diluir estes poderes transferiria para o Estado o controle sobre o território. Regionalizar seria uma forma de manter o controle soberano sobre o território e, ao mesmo tempo, agrupar as unidades territoriais a partir de uma estrutura racionalizada do espaço. Através das regiões naturais complexas o potencial econômico (instável) e o potencial físico (estável), associar-se-iam em uma conjuntura menor de unidades territoriais analisáveis, formando a base material de um Estado em processo de modernização.

REGIÕES DO BRASIL

SEGUNDO VÁRIOS AUTORES

Imagem 1. GUIMARÃES, 1941, p.324.

1.2 A missão acadêmica: Pierre Deffontaines

Em nossa tentativa de reconstrução do pensamento geográfico nas décadas de 1920-1930, certamente Pierre Deffontaines tem um lugar de destaque. Nasceu em Limoges, França, em 21 de fevereiro de 1894 e morreu em Paris, em 5 de novembro de 1978. Como podemos observar no material bibliográfico a seu respeito, foi um dos geógrafos mais conhecidos de sua geração. Apesar da formação acadêmica francesa, construiu a carreira profissional no Brasil, Espanha e Canadá. Ele, ao contrário dos seus colegas de profissão, não chegou diretamente à Geografia, mas, antes, formou-se em Direito (1916) em Poitiers.

Descobriu a ciência geográfica através de Jean Brunhes (1869-1930), ex-aluno de Ratzel, demonstrando uma imensa curiosidade e fascinação pela área. Em seguida mudou-se para Paris e passou a frequentar a *Sorbonne*. Habilitou-se em História/Geografia, adquirindo, mais tarde, o DES (atualmente o mestrado) sob a orientação de Demangeon. Bolsista pela fundação *Thiers* (1922-1925), foi professor e diretor do Instituto de Geografia da *Faculdade Católica de Lille* (1925-1939). Termina seu doutorado em 1932 e ministra a disciplina de geografia pré-histórica na *Escola de Antropologia de Paris*.

A partir 1930, Deffontaines entrou em contato com o Brasil através da massiva vinda de geógrafos franceses ao país. Com objetivos acadêmicos, ele trabalhou na USP (1934) e na UDF (1935), sendo o fundador das Cátedras de Geografia nas duas universidades; foi um dos principais responsáveis pela criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Conselho Nacional de Geografia e da Revista Brasileira de Geografia. Intelectual e militante católico, juntou-se com Robert Garric¹¹ e fundou a *Revue Jeunes* e a *União das Três Ordens de Ensino (UTO)*, instituição de cunho católico que visava divulgar práticas pedagógicas à educação. Em um artigo sobre Deffontaines intitulado “Diário Pessoal, Autobiografia e Fontes Gerais: a trajetória de Pierre Deffontaines” do grupo de estudos “Biografia e Memória Social” da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ferreira (1998) diz,

¹¹ Robert Garric foi um militante católico e defensor das missões francesas pelo mundo. Professor de Literatura da Sorbonne, e criador das ‘*Equipes Sociales*’, movimento católico voltado para os jovens, tinha como propósito promover o intercâmbio entre a “juventude intelectual e a juventude popular”.

Deffontaines tinha entre as suas metas no Brasil articular-se aos católicos brasileiros e promover a criação de congêneres das Equipes Sociais no país. Em artigo publicado na *Revue de Pédagogie Catholique*, intitulado “Exemples de la Méthode U.T.O appliquée au Brésil”, o autor refere-se à importância da missão pedagógica da qual participou na criação da primeira Faculdade de Letras em São Paulo (p.05).

A ideia de modernização da educação no Brasil estava, umbilicalmente, ligada aos pressupostos do catolicismo francês, haja vista a influência de intelectuais como Deffontaines e Garric, que perceberam no país a oportunidade de exercer não apenas um intercâmbio entre Brasil/França, mas também entre América Latina/Europa, no qual a porta de entrada seria o Brasil. Nesse sentido, Deffontaines legou à ciência geográfica brasileira uma enorme contribuição ao estudar as diferentes realidades territoriais do país. Para ele, o Brasil era “o grande país do porvir”, graças ao seu efetivo natural e humano,

Este Estado gigantesco dispone del más grande potencial de espacio útil, 8.500,000 km². El país tiene un efectivo humano de 50.000,000 de habitantes, que ha doblado en veinte años; esta población, antes mezclada de indios y negros, adquiere rápidamente el color blanco; es el ejemplo más extraordinario de un pueblo de raza blanca, plenamente bajo el trópico; Rio de Janeiro, la capital, con sus 2.500,000 habitantes, es la más grande ciudad blanca tropical. (DEFFONTAINES, 1944, p.7)¹²

Dois pontos a se destacar nesse trecho: a busca da legitimidade do espaço útil e o processo de “branqueamento” da sociedade. O primeiro diz respeito à utilização das riquezas pré-existentes em determinada porção do espaço, a saber, a região centro-sul do país; neste caso a escala teria papel fundamental na análise. Para ele, o Brasil era privilegiado, pois, sua condição físico/espacial favoreceria a ocupação antrópica em qualquer parte do território, devido à abundância dos recursos naturais. De todos os países do mundo, o Brasil teria o maior potencial de espaço utilizável. No segundo, o geógrafo faz uma alusão ao crescimento da população branca na cidade do Rio de Janeiro. Sabemos que ele esteve em vários estados brasileiros colhendo informação sobre as ilhas populacionais do Brasil. Em algumas cidades a população estava, gradativamente, “branqueando” muito rápido, graças, sobretudo, às políticas do Estado

¹² Esse Estado gigantesco dispõe do maior espaço útil do mundo, 8.500,000 Km². O país tem um efetivo humano de 50.000,000 de habitantes, que dobrou em 20 anos; esta população, que antes mezclada de índios e negros, adquire rapidamente a cor branca, é o exemplo mais extraordinário de raça branca entre os trópicos; Rio de Janeiro, a capital, com seus 2.000,000 habitantes, é a maior cidade branca tropical. (Tradução nossa)

em incentivar a vinda de imigrantes europeus para a região sul e sudeste do país. De fato, percebemos o termo “branqueamento” usado pelo geógrafo, não miscigenação. Parece que o modelo comparativo-social usado por Deffontaines naquele momento tinha raízes europeizadas, visto que uma população “mais branca” e “menos branca” era, constantemente, associada a um país mais desenvolvido ou menos desenvolvido. Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, assim como boa parte dos intelectuais pós 1922, vão considerar a miscigenação como fator favorável a criação de uma nova sociedade, embora, cada um dos escritores, irá estipular seu modelo, também carregado de problemas.

Acreditava-se que as condições climáticas e topográficas nestas regiões favoreceriam a adaptação da mão-de-obra livre europeia; este novo trabalhador, por sua vez, substituiria o escravo, e a sociedade brasileira se beneficiaria do seu “senso de indústria, civilização, costumes para o aperfeiçoamento da raça” (PRADO JR, 1983, p.36). Apontamos a distribuição desigual da população pelo território brasileiro, cuja maioria encontrava-se (e ainda se encontra) nas planícies litorâneas da costa leste. Para Deffontaines, era um erro comum dividir as regiões por grupos étnicos ou, simplesmente, geológicos ou geomorfológicos, dada a superficialidade nesta relação. Ele estava mais preocupado em entender como o uso do solo (gênero de vida), mediante a técnica, garante o sustento da sociedade, desenvolvendo-a economicamente, como observamos na imagem abaixo,

Imagem 2: Paisagens em mudança. Friburgo, Rio de Janeiro e Manaus, Amazonas
(DEFFONTAINES, 1944, p.128)

Percebemos na foto acima a relação homem-meio na mudança da paisagem. Deffontaines salienta, neste caso, o uso da técnica como modificadora do espaço, transformando-o em materialidade objetiva. Ele tomaria emprestado parte do conceito central de Vidal de La Blache (gênero de vida), contido no clássico *Princípios da Geografia Humana*, ao afirmar a existência de condições dicotômicas no cerne do desenvolvimento social. No entanto, o que o distinguiria de La Blache é a sua concepção dos personagens-tipo, os quais exerceriam considerável influência sobre os tipos sociais¹³,

Existe muchas veces un personaje dominante que determina en la región toda la serie de las ocupaciones y el régimen de trabajo, y cuyos hábitos y

¹³ La Blache não discute o poder do personagem-tipo dentro de um grupo social: conceito criado por Deffontaines. Para La Blache, o gênero de vida estaria co-relacionado aos mecanismos, através dos instrumentos de uso do solo, do ser humano para com o meio, a partir da temporalidade cotidiana; logo, ele o divide em 7 categorias: 1- regiões desabitadas; 2- pastores e criadores de gado; 3- pescadores e caçadores; 4- coletores; 5- agricultores primitivos (cultura com a enxada); 6- horticultores; 7- agricultores (cultura com o arado). [...] o que prevalece com o processo das civilizações, o que evolui, são as formas de agrupamentos sociais saídos originalmente da colaboração da natureza e dos homens, mas cada vez mais emancipados da influencia direta do meio. [...] com o auxilio direto de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, qualquer coisa de metódico que lhe garantisse a existência. (LA BLACHE, 1946, p 162)

necesidades se inscriben en el propio paisaje: los otros personajes gravitan en torno suyo; algunos incluso viven como parasitas. (DEFFONTAINES, 1944, p. 53)¹⁴

No caso brasileiro, para Deffontaines, o personagem-tipo seria o fazendeiro, detentor do solo. Todo o desenvolvimento regional estaria vinculado aos processos de uso deste solo como a agricultura (cultura com a enxada). Os meios de vida - como mecanismo metódico da relação homem-natureza -, para prosperar, necessitariam ser retransmitidos hereditariamente, seja pela filiação consanguínea ou ordenamento do trabalho, através do caldo cultural construído naquela região.

O fazendeiro seria um grande proprietário e sua importância dependeria do modo de utilização da fazenda. Criar-se-ia toda uma dinâmica cultural e social em torno das fazendas, especialmente naquelas cuja estrutura se remetesse à clássica organização portuguesa de colônia: uma casa grande, luxuosa e cheia de pessoas; a senzala, moradia dos escravos e o senhor patriarcal, dono da fazenda que convergia para si todo poder político local. Deffontaines, além do estudo empírico, fez um minucioso resgate histórico da cultura brasileira, desde a Geografia econômica e formação do Estado, ao efetivo humano e sua distribuição pelo território.

O autor e o Rio de Janeiro

Apesar das inúmeras excursões pelo país, Deffontaines morou nas duas cidades onde ministrou seu curso de Geografia: Rio de Janeiro e São Paulo¹⁵. E não apenas residiu nestas duas cidades, mas, sobretudo, legou-lhes vários estudos e artigos sobre seu desenvolvimento. Como dito anteriormente, a modernização da geografia brasileira pulsava aos moldes franceses: descritiva, experimental e explicativa. Assim sendo, jovens intelectuais vieram ao país, motivados pela curiosidade e o desafio.

¹⁴ Existe, muitas vezes, um personagem dominante que determina na região todas as séries de ocupações e o regime de trabalho, cujos hábitos e as necessidades se inserem na própria paisagem; os outros personagens gravitam em seu entorno; alguns, inclusive, vivem como parasitas. (Tradução nossa)

¹⁵ No caso, Universidade do Distrito Federal e Universidade de São Paulo.

Imagem 3: Imagem de Jesus Cristo erguida no cume do corcovado, Rio de Janeiro (DEFFONTAINES, 1944, p.89)

Ao contrário do que pregava La Blache, a neutralidade da ciência não poderia ser realizada por aqui, partindo do pressuposto que o Estado absorveu, *a priori*, parte deste conhecimento produzido no campo universitário em seu próprio benefício (legitimidade do discurso territorial e de um discurso pseudocientífico) e criou instituições geográficas que o auxiliariam nesse processo, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Conselho Nacional de Geografia. Para Deffontaines, o Rio de Janeiro possuiria uma posição geográfica estratégica no país, haja vista sua localização entre os estados de Minas Gerais e São Paulo.

Era, indiscutivelmente, uma cidade-porto, cheia de problemas quanto ao seu relevo acidentado e a falta de infraestrutura¹⁶. Uma cidade com muitas montanhas e morros inacessíveis, limitando-se à área urbana a uma pequena planície (DEFFONTAINES, 1944, p.71). A população distribuía-se pela curva sinuosa do relevo e do mar, e a superfície ocupada por tais maciços no distrito urbano era quase igual à metade do território.

¹⁶ A Cidade-Porto converge para si toda uma atividade comercial de IMPORTAÇÃO e EXPORTAÇÃO de mercadorias. No Brasil, em virtude de sua colonização litorânea, as cidades-porto tiveram papel fundamental no desenvolvimento do país, Rio de Janeiro, Salvador, Espírito Santo, Fortaleza, Olinda, etc. No contexto mundial, Deffontaines destaca Veneza e Hong Kong.

Ele notou que, embora de localização privilegiada, a cidade do Rio de Janeiro tinha condições naturais bem hostis ao seu desenvolvimento, seja a montanha, o mar, o pântano, o bosque e até mesmo o clima. Como, então, seria possível que houvesse triunfo humano em condições tão adversas? Para ele, uma das características essenciais da cidade era a própria forma de aglomeração humana e de serviços.

Sua dimensão analítica estava para além do estudo geomorfológico do Rio, contudo, percebeu uma diversidade de problemas urbanos. O alto índice pluviométrico da cidade, a falta de transportes adequados e o isolamento de alguns bairros, levaria a cidade a um crescimento desigual. Era precária a comunicação, por exemplo, entre os bairros da área mais urbanizada com os demais bairros, ou, então, do Rio de Janeiro com outros estados. Esse empecilho foi amenizado com a política do governo federal de implantação de túneis. Fato relevante, porque, após esse projeto, surgiram algumas aglomerações em torno das avenidas nos setores comerciais e de negócios.

Deffontaines acreditava que, para uma sociedade ter pleno sucesso urbano, certos componentes seriam essenciais, como a circulação de pessoas e mercadorias pela cidade. Portanto, devido à sua geomorfologia acidentada, o Rio de Janeiro teria mais um entrave: a alimentação. Apesar de não possuir uma elevada produção de alimentos, e não ter um relevo favorável para o plantio, a cidade, e aí está a vantagem carioca, estava situada próxima a dois grandes produtores do Brasil: São Paulo e Minas Gerais. A carne e o leite destes estados abasteciam a capital federal. Quando era necessário transportar carne das fazendas do interior de Minas Gerais, ou mesmo do estado de Goiás, o percurso era feito de maneira lenta e sazonal, porque a precariedade das estradas que interligavam as regiões mais longínquas do país não favorecia o deslocamento da mercadoria, logo, o valor do produto final aumentava consideravelmente, tornando o custo de vida na capital muito elevado.

Quanto ao consumo das leguminosas, Deffontaines chamava a atenção para a falta de hábito da população carioca no preparo de comida a base de vegetais. Só com o passar do tempo e incentivos fiscais a batata, tomate, alcachofra e couve flor passaram a fazer parte da cultura alimentar,

A imensidão do território, o povoamento disperso e o fraco poder de articulação inter-regional da economia agroexportadora, ao lado de um governo central baseado na composição política com as oligarquias locais e regionais, representaram, desde a formação de um Estado nacional, em 1822, um quadro distante de um federalismo clássico (como o norte americano) e

mais próximo de um conjunto políticoadministrativo-territorial unitário extremamente desarticulado em nível nacional. (COSTA, 1992, p.192)

Como a maioria das cidades desenvolvidas do país estava no litoral – a exceção de São Paulo -, com o passar do tempo criou-se um atrito entre as duas potências que apontavam no horizonte brasileiro: São Paulo e Rio de Janeiro. O sertão¹⁷, para ele, tinha uma pré-disposição natural à agricultura, era o *habitat* do fazendeiro, grande produtor de alimentos na história do país.

O autor e São Paulo

Dado o exposto acima, era inevitável a comparação entre Rio de Janeiro e São Paulo no início do século XX. Ao estudar a geografia de São Paulo, Deffontaines percebeu a existência de um número gigantesco de rios e riachos dentro da cidade, os quais, para ele, eram um amontoado de meandros desconexos.

No entanto, o relevo suave - sobre um planalto a 700 ou 800 metros de altura-, tornava as condições de povoamento melhores do que muitas cidades litorâneas. Destacava a precariedade das vilas ao redor de São Paulo, antigos aldeamentos, cuja pobreza e a miséria imperavam sobre uma população de mestiços e negros, muitos, ainda, sob a influência da organização social da igreja católica, como Itapeverica, M'boi, Guarulhos¹⁸.

As vantagens da cidade, para ele, eram maiores do que as desvantagens. São Paulo dominava o melhor caminho até a saída para o mar. A linha férrea Santos-Jundiaí, estava entre uma depressão menos sinuosa do que as outras cidades interioranas. A Serra íngreme era curta, ou seja, facilitava o transporte tanto de mercadorias como pessoas, logo, a comunicação se desenvolveu de maneira agressiva e dinâmica. O aumento da população urbana de São Paulo era tão surpreendente que Pierre

¹⁷ No último quinquênio do século XIX, e o primeiro do XX, o conceito de “sertão” será trabalhado por diversos autores e intelectuais, e, ao passo desta multiplicidade de interpretações, há seus regionalismos. [...] no século XIX, por exemplo, a palavra designava as regiões escassamente povoadas no interior do Brasil. Em acepções mais específicas, designava também o nordeste semiárido e as regiões economicamente baseadas na pecuária extensiva ao norte do país, com suas peculiaridades sociais e culturais (MURARI, 2007, p.47).

¹⁸ Apesar da expulsão dos jesuítas em 1640 da província de São Paulo, algumas aldeias ao redor de São Paulo ainda eram fortemente influenciadas pela igreja católica, fato que, segundo Adduci (2000), impediu o desenvolvimento das periferias. “A expulsão dos jesuítas em 1640 teria significado o momento de libertação religiosa da província, que já possuía autonomia política”(p.79)

Deffontaines a chamava de “Chicago Brasileira”. De uma população de 31.000 pessoas em 1872 a mais de 1.000.000 de habitantes em 1934, poucas cidades no mundo haviam atingido. Assim como no Rio de Janeiro, ele se preocupava com o fluxo da mercadoria e da população dentro do centro urbano, conduzindo, sempre, a função da cidade diante da sua influencia no contexto regional. No mapa a seguir, o geógrafo francês tentou sublinhar as principais aglomerações populacionais no país, especializando-as dentro dos limites nacionais, limites de Estado, capital da nação e populações importantes.

Mapa 1: Limites do Estado e população brasileira
(DEFFONTAINES, 1944, p.173)

Para isso, neste caso, além de todo levantamento estatístico e físico de São Paulo, ele fez um resgate da historiografia do bandeirante para explicar o motivo do porquê a cidade, em suas palavras, [...] desempenhou na vida brasileira uma função singular. Fundada em 1554, foi a primeira ‘boca do sertão’.” (DEFFONTAINES, 1944, p 82.). As bandeiras serviram, antes de tudo, para conquistar, explorar e povoar o largo sertão a partir da interiorização dos colonos no século XVI; ora por via terrestre, ora pelos rios. Haveria, neste sentido, dois “brasis” se consolidando: o do litoral e o do interior.

Deffontaines não aprofunda a discussão a respeito desta temática, e, no momento, também não o faremos, porque nos aprofundaremos nos próximos capítulos. Contudo, a título elucidativo, a grande autoridade brasileira na planície era a cidade do Rio de Janeiro, consequência do seu status político-administrativo; já no planalto, principalmente na região sudeste, o grande motor era São Paulo, com sua força populacional e, nas décadas de 1920-1930, industrial. Como mencionado anteriormente, o Rio de Janeiro viveu durante sua história um forte branqueamento da população. Pierre Deffontaines perceberia o mesmo fenômeno em São Paulo, todavia, em circunstâncias diferentes,

[...] los paulistas no solamente sembraron en todo el interior del país los primeros núcleos de civilización, sino que el siglo pasado, atrajeron, para la explotación de sus tierras de café la mayor ola de inmigrantes que el Brasil recibió. [...] traídos por las haciendas paulistas durante la segunda mitad del siglo XIX, e esta nueva leva aseguró el predominio absoluto y definitivo del elemento blanco en la composición étnica del país. (DEFFONTAINES, 1944, p.84)¹⁹

A ideia de civilização era muito forte nesta época e o elemento branco europeu, como visto na citação polêmica de Deffontaines, seria importante para o suposto desenvolvimento das sociedades periféricas, por causa não apenas do teor ideológico desta premissa, mas também, porque ele mudaria os hábitos e costumes das pessoas, desde a relação com o solo (gênero de vida) até a relação interpessoal (cultura). Para o geógrafo, os núcleos de imigrantes italianos que viessem trabalhar nas fazendas de café e, posteriormente, nas fábricas, formariam grandes bairros e cidades prósperas como

¹⁹ [...] os paulistas não somente se instalaram em todo interior do país, formando, assim, os primeiros núcleos de civilização, como no século passado atraíram para a exploração da sua terra de café, a maior massa de imigrantes que o Brasil já recebeu. [...] atraídos pelas fazendas paulistas, durante a segunda metade do século XIX, garantindo o predomínio do elemento branco na composição étnica do país. Deve-se a São Paulo a europeização da população brasileira. (tradução nossa)

São Caetano, São Bernardo, Santo André. Ao mesmo tempo a paisagem, fator importante para o geógrafo, seria modificada pelos novos aglomerados urbanos. A predisposição de São Paulo em ser uma cidade cosmopolita era visível, a partir, é claro, da vinda dos estrangeiros e dos próprios migrantes de outras regiões brasileiras, todos em busca de melhores condições de vida para suas famílias. Tal fato fez de São Paulo uma cidade modelo, transformando-a num importante núcleo de decisões econômicas e culturais para o país.

1.3 Missão acadêmica: Pierre Monbeig

Se há a figura de um intelectual apegado ao rigor teórico e metodológico em suas pesquisas na década de 1930, possuidor de um pensamento integrativo e que tomou como objeto de estudo a geografia paulista, esse é Pierre Monbeig.

O geógrafo nasceu em 1908 e faleceu em 1987, concluindo seus estudos superiores na década de 1920. No decorrer da sua formação acadêmica, foi aluno de Emmanuel de Martonne (1873-1955) e Albert Demangeon (1872-1940); este último, por sua vez, Monbeig agradece por ter aceitado orientá-lo em sua tese de doutorado, “Albert Demangeon acceptait le sujet que je lui proposais: ‘Les zones pionnières de São Paulo’”²⁰ em 1950 (MONBEIG, 1952, p.07).

Lecionou na recém Universidade de São Paulo nas décadas de 1930-1940, assumindo o legado de Pierre Deffontaines em implantar uma Geografia acadêmica no Brasil (BARREIRA, 1995, p.92). Atentemo-nos ao contexto social e histórico da época na qual o geógrafo desembarcou em São Paulo. Segundo Vitte (2011), no campo cultural,

É um momento particular e ímpar para a história social e da inteligência brasileira, que viu nascer Macunaíma de Mário de Andrade, mas já tinha presenciado o aparecimento da obra Juca Mulato de Menotti del Picchia, a figura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato, sem falar da música e no folclore com os trabalhos e pesquisas de Mário de Andrade, Câmara Cascudo e Heitor Vila Lobos

e já no científico,

²⁰ Albert Demangeon aceitava o tema que eu lhe propunha “As zonas pioneiras de São Paulo” (tradução nossa)

É o momento em que o mito da terra, inserido em uma concepção espacial e geográfica toca diretamente o debate de inteligência nacional, no sentido de buscar a construção da nação e da identidade nacional. Ao mesmo tempo, o Brasil torna-se cada vez mais urbano, com um operariado questionador da ordem oficial, com revoltas de tenentes, com a coluna Prestes e com um país marcado pela dialética do litoral – sertão, mediados por uma revolução, a de 1930 e muito próximo por uma ditadura, que devemos inserir Pierre Monbeig no Brasil, donde, desse cadinho, irão fervilhar conceitos, propostas e acima de tudo, a reinvenção dos postulados da Geografia Francesa, uma vez que como formuladas originalmente, não permitiam a compreensão de um país periférico como o Brasil, mas em constante transformação.

Pierre Monbeig encontrou no Brasil e, sobretudo, em São Paulo, um ambiente propício e afeito a novas ideias, seja no campo artístico-cultural ou científico. O crescente aumento da urbanização, a nova classe de operários que se multiplicava nas grandes cidades, o sentido nacional em construção, a tentativa de pensar de maneira autônoma os problemas nacionais, eram um solo fértil para o geógrafo. Além do mais, ele foi a ponte para muitos cientistas brasileiros que fizeram seus trabalhos de doutorado na França, em um constante e profícuo intercâmbio.

As ideias da Geografia Regionalista Francesa auxiliaram-no na construção do seu próprio pensamento como a valorização da liberdade e iniciativa humana, a abordagem sistêmico-organicista, a teoria entre o equilíbrio homem e natureza, a utilidade da Geografia para o assessoramento do Estado e uma valorização da solidariedade como tecido social (VASCONCELOS; HADAD; MARTINS JUNIOR, 2012, p.04).

Teceu inúmeras críticas aos assuntos mais amplos da Geografia, desde sua relação com a paisagem até sua proximidade com a literatura e a ideia de civilização. Todos esses temas, no tocante ao Brasil, focavam-se no estado de São Paulo, objeto de sua tese. Monbeig se apegou muito na transformação das paisagens rurais no oeste paulista, já que estas estavam sofrendo mudanças graças às frentes pioneiras, movidas, desde o século XIX, pelas demandas externas de exportação do café.

Nessa pequena discussão, tomaremos emprestadas as ideias subjetivas encontradas no livro *Pionniers et Planteurs*²¹ de São Paulo (1952) sobre a mentalidade do paulista e sua relação com a própria representação geográfica.

²¹ Há uma problemática na tradução. O nome original da obra de Pierre Monbeig “Pionniers et Planteurs de São Paulo” foi traduzida para o português como “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Em muitos momentos na leitura do texto, percebemos que os “Fazendeiros” pertencem a um grupo social diferente dos “planteurs”, ou seja, uma confusão semântica. Em alguns momentos fazendeiros foram tratados como

O paulista na ótica de Monbeig

Como podemos observar na leitura atenta da obra *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, defendida como tese em 1950, o autor tentou mergulhar em vários momentos na psicologia do paulista para entender o processo de ocupação do oeste do estado de São Paulo.

Fez um levantamento minucioso dos dados estatísticos referentes à constituição da província. O foco do seu trabalho era as frentes pioneiras do norte do Paraná e Oeste paulista, no entanto, percebemos um esforço por parte do geógrafo em sempre colocar o humano como modificador do meio no qual está inserido. Logo, destacou Monbeig (1952, p.8) no início da tese a,

[...] difficulté doit encore être signalée: l'absence de stabilité des circonscriptions administratives. Jusqu'aux années dernières, les autorités de l'Etat pouvaient créer, supprimer, fondre à volonté les municipes et les districts de paix qui servent de bases territoriales pour l'élaboration des statistiques. Les noms étaient fréquemment modifiés et, entre deux recensements, il est extrêmement difficile de procéder à des comparaisons²²

Essa falta de organização estatística dos municípios paulistas dificultou o desenvolvimento da pesquisa. Além do mais, o material que havia encontrado era contraditório e insuficiente. Ele percebeu a instabilidade humana, econômica e cultural que passava a cidade São Paula naquela época - recordemo-nos do período em que ele viveu no Brasil, décadas de 1930-1940 -, e apontou “Partout, à la ville comme à la campagne, le voyageur sent que rien n'est stable, rien n'est définitif et que économie et peuplement sont solidaire de la marche pionnière qui avance inexorablement vers l'Ouest²³” (MONBEIG, 1952, p.11).

os donos das fazendas fora das zonas pioneiras (Oeste paulista e norte do Paraná); já *Planteurs* seriam os fazendeiros específicos destas áreas pioneiras. Na definição do próprio geógrafo, fazendeiro é “le possesseur d'une exploitation agricole. Quoique s'appliquant aux planteurs, ce mot ne leur est pas exclusivement réservé” (1952, p.11). “O dono de uma exploração agrícola”. Embora apliquemos aos ‘planteurs’, esta palavra não lhe é exclusivamente reservada. (tradução nossa)

²² [...] a dificuldade deve ainda ser destacada: a ausência de estabilidade dos distritos administrativos. Até os anos mais recentes, as autoridades do Estado podiam criar, remover, fundir a vontade dos municípios e dos distritos de paz que servem de base territorial para a elaboração estatística. Os nomes eram frequentemente modificados e, entre dois recenseamentos, foi extremamente difícil de fazer as comparações.

²³ Em toda parte, tanto a cidade como o interior, o viajante sente que nada é estável, nada é definitivo e que a economia e população são solidárias a marcha pioneira que avança inexoravelmente em direção ao oeste. (tradução nossa)

No discurso geográfico que encontramos nas obras de Cassiano Ricardo e Plínio Salgado há trechos significativos sobre o movimento das bandeiras. Para Monbeig, essas expedições eram importantes, pois “étaient les expéditions qui, à l’époque coloniale, partaient explorer l’intérieur du Brésil. Les Bandeirantes étaient les membres de ces expéditions²⁴” (1952, p.12) e ainda sublinhou o crescimento do estado de São Paulo

En 1811, la population de l’Etat de São Paulo, considéré dans ses limites actuelles, était de 165. 468 habitants et en 1836 de 284.012. Seize ans plus tard, en 1852, elle passait à 468.839, puis à 837.354 en 1872. Les recensements fédéraux ultérieurs donnèrent les chiffres de 1.384.753 en 1890, 2.282.279 en 1900, 4.592.188 en 1920 et 7.239.711 en 1940²⁵ (1952, p.14)

Esse crescimento vertiginoso da cidade foi igualmente proporcional à relevância que São Paulo ganhava frente aos estados litorâneos. No oeste do país estava despontando uma potencia civilizacional, a qual em 1870 não passava de um planalto desconhecido, pouco habitado e insipiente. Ora, o pioneirismo que estava acontecendo no oeste paulista “le sertão occidental échappait complètement à l’économie provinciale²⁶” (1952, p.16) era algo totalmente distinto do que ocorria no resto do Brasil. A influência das ideias de Paul Vidal de la Blache em Pierre Monbeig é evidentemente clara na obra *Pionniers et Planteurs*.

²⁴ Eram as expedições que, na época colonial, partiam a explorar o interior do Brasil. Os bandeirantes eram membros destas expedições (tradução nossa).

²⁵ Em 1811, a população do Estado de São Paulo, considerando seus limites atuais, era de 165.468 habitantes e em 1836 de 284.012. Seis anos mais tarde, em 1852, ela passava de 468.839, depois a 837.354 em 1872. Os recenseamentos federais mais tarde davam as estatísticas de 1.384, 753 em 1890, 2.282, 279 em 1900, 4.592,188 em 1920 e 7,239, 711 em 1940. (tradução nossa)

²⁶ O sertão ocidental diferenciava-se completamente da economia provincial (tradução nossa).

Mapa 2: Localização dos imigrantes em São Paulo durante 1926-1930 (MONBEIG, 1952, p.113)

Por exemplo, numa passagem do livro o geógrafo destacou a destruição rápida e voraz de madeira nas franjas pioneiras paulistas devido a interesses econômicos. Inclusive descreveu a inserção do imigrante na cultura paulista e espacializou sua localização. Citou o município de Alta que viu suas florestas desaparecerem graças às serralherias e o aumento da construção de casas no interior do estado. E Marília que em 1946 assustou-se ao ver o preço da madeira para cozinhar disparar, chegando “au prix de 80 czt le m2 (environ 700 francs au change livre de l'époque)²⁷” (1952, p.75). O fator humano modificaria a paisagem na qual está inserido, extraindo dela toda sua potencialidade.

²⁷ Ao preço de 80 czt o m2 (cerca de 700 francos no câmbio livre da época) (tradução nossa).

Imagem 4: O crescimento acelerado de Marília-SP em 1940 (MONBEIG, 1952, p.337)

Na foto acima vemos a expansão residencial da cidade de Marília e como o redesenho urbano transformou o município, fato não ignorado por Monbeig. Na primeira foto notamos as *maisons ouvrières* (casa dos operários), extremamente necessárias em virtude da rápida e descontrolada industrialização que a capital e o interior paulista estavam passando, “A une culture nouvelle correspondaient des genres de penser nouveaux. La société des riches planteurs, ceux de ‘l’oeste’, plus encore que ceux du ‘norte’, tirait sa force de sa double d’entreprise²⁸” (1952, p. 107).

A psicologia paulista, a forma de pensar e agir da população, estavam atrelados ao bandeirantismo, segundo Monbeig (1952, p.109),

Il serait du reste inexact de mettre sur le compte exclusif du goût du lucre la facilité du pauliste à quitter son établissement pour aller au fonder un autre, nom moins éphémère que le précédent. Cependant, la structure économique est, au fond, la principale responsable de ce nomadisme pionnier²⁹.

Para tentar entender a maneira singular de pensar do paulista era necessário mergulhar desde a história de São Paulo ao mito criado em torno da heroificação dos bandeirantes, daí estudar as manifestações culturais deste período, entre elas, a

²⁸ A uma nova cultura correspondiam os novos tipos de pensar o novo. A sociedade dos ricos fazendeiros, aqueles do oeste, mais ainda que aqueles do norte, tirava sua força desse duplo negócio (tradução nossa).

²⁹ Seria inexacto colocar exclusivamente o gosto pelo lucro a facilidade do paulista em deixar seu estabelecimento para ir fundar um outro, menos efêmero que o anterior. No entanto, a estrutura econômica é, no fundo, a principal responsável deste nomadismo pioneiro (tradução nossa).

literatura. E quem seriam os herdeiros legítimos da cultura bandeirante no século XIX?

A tese de Nogueira, 2013 sugere uma resposta,

[...] os fazendeiros paulistas que estavam à testa da expansão do café iniciada no século XIX, considerados os herdeiros diretos do legado bandeirante, poderiam sem prejuízo ser chamados de ‘novos bandeirantes’. Em tais interpretações, esses fazendeiros e seus prepostos, não por acaso integrantes da elite econômica e política do estado de São Paulo, eram compreendidos como agentes ativos da modernidade, uma vez que, por meio das cidades que fundavam e das fazendas que abriam, punham-se a conquistar terras ‘vazias’ para o Estado brasileiro, levando a economia da nova civilização industrial que despontava no planalto paulista aos longínquos sertões indevidados do território nacional. Guardada as devidas diferenças, as ferramentas conceituais manejadas por Pierre Monbeig em seus estudos sobre o fenômeno pioneiro no Brasil, que identifica a expansão das lavouras de café e algodão que observou pessoalmente em São Paulo e no norte do Paraná revelam, grosso modo, sua familiaridade com esse tipo de interpretação, evidente sobretudo quando o francês está a discutir o que chama de psicologia do bandeirante, traço da mentalidade coletiva brasileira fixado na memória do que, em pleno século XX, empreendiam suas migrações. (p.128)

Os fazendeiros, pequenos ou grandes proprietários de terra, e a fazenda, unidade econômica do planalto, tinham em si a tradição bandeirante como norteadora das suas ações. Essa dualidade tradição/modernidade estava presente na dinâmica de São Paulo, movendo-a em direção ao desenvolvimento industrial e às regiões mais distantes do território brasileiro. Essa concepção bem observada por Monbeig criou um imaginário compartilhado na gênese do pensamento social brasileiro. A psicologia do bandeirante ou a forma de pensar e agir das frentes pioneiras era uma ideologia reverberada no seio da elite cafeeira paulista e divulgada através de constructos discursivos, ou seja, uma criação mental que serve de exemplificação de uma ideia formada a partir de lembranças com acontecimentos atuais, cuja literatura foi um dos meios mais usuais de sua propagação.

1.4 Ciência, Mito ou Literatura: quem explica melhor o Brasil?

O filósofo Lakatos (1993, p. 14) indica-nos um direcionamento sobre a história da ciência em duas frentes metodológicas: interna e externa. Enquanto a interna possuiria uma delimitação normativa, enfatizada nas atividades profissionais da comunidade científica (história intelectual), a externa, de caráter empírico (história social), estaria centrada nas relações da ciência com as instituições nacionais que representam a sociedade. Além disso, estas instituições modificariam seu

direcionamento, atingindo também as manifestações culturais construídas no interior dos conflitos ideológicos e discursivos: religião, educação e, inclusive, literatura.

Esta última, por ora, é a que nos importa, porque a maneira como os discursos científicos (dentre eles, o geográfico) produzidos no continente europeu chegaram ao país - adaptados e reproduzidos - influenciou claramente o modo de compreensão da sociedade brasileira, sendo disseminados como postulados explicativos da história nacional. Eles serviram como alternativa às soluções mitológicas criadas pela literatura, e absorvida por ela, pois, como afirmou Boaventura de Sousa Santos (2013, p.70),

Geralmente crê-se que o exotismo é a causa do desconhecimento. Eu avanço na hipótese oposta, a de que o exotismo é um efeito do desconhecimento [...]. Enquanto objetos de discursos eruditos, os mitos são as ideias gerais de um país sem tradição filosófica nem científica. O excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do déficit de realidade, típico de elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho das ideias.

O “excesso mítico” destacado por Santos caracteriza a forma erudita de compreensão social, embora isso seja, segundo o autor, devido ao baixo desenvolvimento científico. Ao partirmos do pressuposto de que o discurso literário precede o científico no Brasil, notamos um impasse: se por um lado a ciência positivista europeia chegou ao país gozando de um prestígio de “buscar a verdade absoluta”, por outro, no país não havia instituições acadêmicas que produziram sua estrutura interna (aparatos teórico-metodológicos), pois as primeiras universidades só surgem em 1934 (Universidade de São Paulo) e 1935 (Universidade do Distrito Federal). Naquele momento, a ciência seria praticada apenas como um enunciado retórico.

Ao escrever um artigo sobre o antropólogo Mircea Eliade, o filósofo Brutus Abel Fratuze Pimentel (2005) destacou a falsa dualidade existente entre as palavras *mito* e *logos*, ambas originárias do grego antigo. Enquanto a primeira pode ser compreendida como uma narrativa oral sobre os deuses e seres fantásticos, transmitida, de geração a geração, no seio de uma comunidade; a segunda, de característica mais racional, seria um discurso à razão, à dialética e à inquirição do pensamento especulativo, por vezes também traduzido por preposição e definição, por noção, motivo e juízo. O mundo tal qual o apreendemos é apenas uma narrativa sobre espaços, cidades, sociedades, natureza etc, logo, *mito* ou *logos* são óculos decodificadores da realidade e, acreditamos, impossíveis de serem hierarquizados.

Então, o mito não pode ser enquadrado somente num postulado pré-científico. Esta superioridade do discurso científico frente ao mito o põe como um elemento

inferior da cultura, oriundo da superstição, do irracional, do erro, simples deformação engendrada pelo imaginário coletivo, pelo medo, “quimera que deve ser, obrigatoriamente, superada nas supostas etapas históricas de uma sociedade, como profetizada pelo positivismo, na crença de um conceito de progresso linear” (PIMENTEL, 2005, p.68). As aglomerações humanas que compartilham de similitudes culturais, em distintos contextos históricos, possuem os seus mitos, sendo elas calcadas em premissas científicas ou não.

Diante desse emaranhado discursivo do início do século XX, com o intuito de entender a história e sociedade brasileira, o tema mais visto na literatura, por exemplo, foi sem dúvida o “largo sertão brasileiro” e o estudo das regiões. Buscava-se conhecer o Brasil para apresentá-lo aos brasileiros, ideia defendida pelo Estado e aceita pela elite letrada da época, legitimando a construção ideológica do “Brasil síntese”. Os escritores teriam um papel fundamental na utilização do mito como temática em romances, ensaios, poesias, etc.

No clássico *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda reconstrói a história do território brasileiro, ao apontar o mito da conquista a oeste como um fator imagético a uma “Geografia Fantástica”. E afirma que a expansão territorial brasileira deu-se pela procura do Éden perdido, por parte dos portugueses (HOLANDA, 1994, p. 108).

Consideramos o mito como construtor de significados explicativos, ou como diria Levi-Strauss (1989, p. 31), o discurso da ciência do concreto, definida, resumidamente, pelo:

[...] fato que métodos desse tipo podiam levar a certos resultados indispensáveis para que o homem pudesse abordar a natureza de um outro ponto de vista. [...] os mitos e os ritos oferecem como valor principal a ser preservado até hoje, de forma residual, modos de observação e de reflexão que foram (e sem dúvida permanecem) exatamente adaptados a descobertas de tipo determinado: as da natureza [...].”

Ele (o mito) é absorvido pela literatura como alternativa simbólica às características identitárias, transformando-se em um fator notável de regionalização: o bandeirante, o sertanejo, o mulato, o índio, etc, têm no procedimento criativo formas diferentes que seriam preenchidas com adjetivos próprios, mesclando-se ora como personagens históricos, ora como personalidades fictícias.

Ainda que as distorções mitológicas possuam uma aura mágica na explicação da formação territorial brasileira, também servem como registro espacial de sociedades extintas ou que se deslocaram para outras regiões. Reconstruir a forma de pensar de

pequenos grupos isolados, por meio de, na maior parte das vezes, do relato oral, torna-se um trabalho árduo. O mito será para muitos escritores brasileiros a maneira mais forte de justificar a psicologia de uma “brasilidade”. E mais, ao invocar o bandeirante como um símbolo do herói paulista, tanto Cassiano Ricardo quanto Plínio Salgado criariam um “tipo ideal” de personagem, pois,

O mito garante ao homem que aquilo que ele se prepara para fazer já foi feito, ajuda-o a dissipar as dúvidas que poderia ter quanto ao resultado do cometimento. Por que hesitar perante uma expedição marítima, uma vez que o Herói mítico já a efetuou num tempo lendário? Basta seguir seu exemplo. Do mesmo modo porque temer instalar-se num território selvagem e desconhecido, se se sabe que o que é necessário fazer? O modelo mítico é susceptível a aplicações ilimitadas (ELIADE, 1989, p.120).

E como matriz discursiva, as noções míticas também evocam o sagrado na existência divina do Homem, uma compreensão da vida para além do mundo material,

[...] a forma mais geral e eficaz de perpetuar a consciência de um outro mundo, de um além, seja ele o mundo divino ou o mundo dos antepassados. Este ‘outro mundo’ representa um plano sobre-humano, ‘transcendente’, o mundo das realidades absolutas. É da experiência do sagrado, do encontro com uma realidade trans-humana, que nasce a ideia de que qualquer coisa existe realmente, que existe valores absolutos, capazes de guiar o homem e de dar um significado à existência humana. É, pois, através da experiência do sagrado que surgem as ideias de realidade, de verdade, de significação, que, mais tarde, serão elaboradas e sistematizadas pelas especulações metafísicas (ELIADE, 1989, p.119).

A ciência também entra como matriz discursiva, porém não consegue deslegitimar o sentido construído a partir da produção literária. O discurso literário absorveria também o científico, dando-lhe caráter alegórico.

“O que é” e “o que poderá ser” vem sofrendo alterações substanciais de significado, porque o não dito, os espaços não explícitos, norteiam as intenções de quem o percebe, projetando suas aspirações individuais mais profundas.

No entanto, não podemos simplificar situações a partir de datas rígidas e limitadas, embora a presente discussão possua um recorte temporal. Observa-se a mudança de pensamento nos processos intersticiais, nas transições históricas entre os eventos, caracterizado pela síntese dos discursos: Semana de Arte Moderna de 1922, início da Era Vargas (1930), formação das primeiras universidades (1934 e 1935), Estado Novo (1938) e fim do governo Vargas (1945).

E no interior destas transições, os discursos científicos, míticos ou literários destacam-se dependendo do intuito de quem o produz. Do senso comum à representação cultural e científica, todos os discursos almejam uma lógica interna explicativa, que passa pelo enunciador, enunciado e enunciatário. Todo discurso se refere a alguém.

Neste caso, entendemos a literatura como receptora e produtora de sentidos sociais, porque construiria discursos a partir dos mitos tão enraizados na cultura nacional sem negligenciar os ventos científicos que sopram do continente europeu, agregando um novo valor muito além da interpretação do texto.

1.5 O discurso da Universidade do Distrito Federal

O discurso pré-universitário da Geografia no Brasil remete-se ao período anterior à construção dos centros acadêmico-científicos. Somente em 1934 e 1935, com a criação da cadeira de geografia nas Universidades de São Paulo e Distrito Federal (atual UFRJ) - além da criação em 1938 da Associação dos Geógrafos Brasileiros - é que se direcionaram as discussões de cunho geográfico para o âmbito acadêmico.

Seguindo esse direcionamento Anísio Teixeira, educador brasileiro influenciado pelo filósofo norte-americano John Dewey - defensor do movimento da Escola Nova - introduz na pauta dos debates nacionais a importância da educação pública de qualidade para a construção do cidadão crítico, consciente e engajado; além dos anseios de modernização de um Estado ainda em processo de industrialização.

Para que todos esses objetivos fossem alcançados era clara a criação de um núcleo científico para unir as melhores cabeças pensantes do país. Nesse sentido, nasce em 1924 a Associação Brasileira de Educação (ABE) e se institucionalizam pela primeira vez no Brasil debates sobre a escolarização.

Participam ativamente dessas discussões intelectuais, jornalistas, escritores e políticos. No entanto, frequentes atritos entre os defensores de reformas urgentes (Escola Nova) e os defensores do Ensino Católico (Conservadores), configuram o quadro intelectual da época.

A década de 1930, apesar de conturbada, era a chance de moldurar não apenas o país à luz de um Brasil moderno (outrora tão utópico), mas sim dar consistência a uma sociedade tão carente de sua noção de pertencimento, enfraquecendo o regionalismo e elencando um sentido nacional à “brasilidade”.

A falta de corpo docente na Universidade do Distrito Federal, por exemplo, acarretou na contratação de professores estrangeiros, principalmente franceses, afirmara em discurso Afrânio Peixoto (primeiro Reitor da Universidade). Para suprir esta escassez de mão-de-obra vieram os intelectuais Georges Millardet (1937, Língua e Literatura Greco-Romana), Philippe Arbos (1937-1939, Geografia), Pierre Deffontaines (1936-1939, Geografia Humana), Étienne Souriau (1936-1939, Psicologia e Filosofia), Gaston Leduc (1936-1939, Economia Social e Organização do Trabalho). (MACHADO, 2002).

Outro mecanismo para burlar esse problema foi absorver os escritores, músicos, artistas, enfim, qualquer indivíduo com prestígio social e um notório saber a integrar o quadro de professores da UDF, alguns deles muito conhecidos em todo o Brasil e até no exterior: Roberto Marinho de Azevedo, Lelio Gama, Lauro Travassos (1936, Escola de Ciências), Afonso Arinos de Melo Franco, Arhur Ramos de Araujo Pereira, Carlos Delgado de Carvalho, Gilberto de Melo Freire (1936, Escola de Economia e Direito), Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes (1936, Escola de Filosofia e Letras), Cândido Portinari, Carlos de Azevedo Leão e Heitor Villa-Lobos (1936, Instituto de Artes) (Ibidem, 2002).

A mescla entre a bagagem intelectual trazida pelos franceses que aqui vieram ministrar seus cursos e a assimilação da principal classe erudita do país pela instituição de ensino superior proporcionou à UDF um caráter inovador como nunca antes se havia visto em nenhum estado brasileiro.

Com a crescente centralização do governo federal, em 1937 a UDF passa por sérias crises e a reitoria é concedida a Alceu Amoroso Lima que exerce o cargo até 1939, quando a faculdade é desmantelada e torna-se a Universidade do Brasil.

Enquanto Instituição de Ensino Superior no tocante à Geografia, a UDF possuía peculiaridades que a destacaram no quadro nacional. Seu curso de Geografia era separado do de História, tinha autonomia científica e fazia parte do departamento de Economia e Direito da UDF. Seu objetivo transitava por três áreas de interesse: organização econômica, política e social. Tal fato proporcionaria aos estudantes uma formação multidisciplinar, sobretudo no que diz respeito aos professores secundaristas e do ensino superior, pois, entendia-se que estes profissionais forjariam uma identidade nacional na população.

O pensamento geográfico europeu exalava um discurso expansionista, com Mackinder e os discípulos de La Blache e Ratzel, o brasileiro se preocupava mais em integrar e modernizar suas regiões, principalmente o largo “sertão” a oeste. Do ponto de vista da escala dos interesses e do alcance espacial das cogitações, a geografia que se difundiu no Brasil esteve voltada para dentro do próprio território brasileiro ou da escala nacional.

Do ponto de vista da escala política, esse caráter das práticas e discursos geográficos no país diferia da geografia europeia que lhe havia oferecido os moldes conceituais. Essa, ao lado da preocupação espacial interna aos seus países, mantinha um permanente foco de agenda nas periferias do além-mar. (BARROS, 2008, p.16)

Encontra-se o discurso de coesão do território para se legitimar a nação brasileira não apenas nos aspirantes à carreira de geografia, mas também nos sociólogos, historiadores, professores, literatos, políticos, enfim, diferentes grupos seriam os responsáveis pelo mesmo ideal nacionalista, à margem do europeu, mas com relativa qualidade. Importam-se conceitos científicos e culturais da Europa para adaptá-los à nossa realidade. Em seu livro *L’Homme et la Foret* (1933), Pierre Deffontaines faz uma análise da influência dos diferentes tipos de formação vegetal no desenvolvimento social de uma determinada região. Para ele, a paisagem é dinâmica enquanto meio utilizável por pessoas que a modificam, tornando-as não apenas meros expectadores, mas instrumento ativo e inserido na própria paisagem. Certas condições geográficas suplantariam outras e, nessa relação de competitividade, algumas sociedades se destacariam.

Tão importante quanto à mudança no ensino brasileiro, são as diferentes óticas dos professores universitários. Enquanto Deffontaines defendia uma Geografia das regiões, embora seus estudos, de certa maneira, enxergassem a unidade nacional, Antonio Raja Gabaglia – professor da UDF – dizia que a disciplina Geografia auxiliaria na construção da sociedade, uma vez que instrumentalizaria as atividades do Estado na execução de estradas, mapeamentos, recursos naturais, etc.

O prisma de cada teoria, de cada solução à problemática posta, se complementaria no instante em que o Estado se apropriasse do espaço para legitimar o seu discurso de homogeneidade estrutural do território. Nota-se dois momentos na década de 30: no campo político “A Revolução de 30 reformula o projeto de unidade nacional, dando-lhe agora ares de estado modernizado, burocrático e hierárquico”

(SCARIM, 2008, p. 41) e no campo sociocultural “O modernismo é o maior movimento que já se verificou no Brasil [...] de modo a substituir o falso e superado pelo autêntico e atual” (IGLÉSIAS, 2002, p.13).

Nos anos de 1930 já existiam instituições no Brasil que produziam um “saber geográfico”, ou pelos menos defendiam esta bandeira, embora de caráter meramente descritivo e retórico. Segundo Costa (1992, p.193),

Em 1931 foi criado o Conselho Nacional de Estatística (...). Em 1934 foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, mais tarde Conselho Nacional de Geografia. Ambos dos Conselhos (de Estatística e de Geografia) comporiam em 1938 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Esses órgãos estavam intimamente ligados aos projetos de reformulação no aparelho do Estado Vargas. Buscava-se, principalmente, a coesão e união do fragmentado território numa perspectiva da gestão nacional, fomentando instaurar um Estado verdadeiramente brasileiro e moderno.

As instituições eram poderosos instrumentos a serviço dos planos de Vargas, porque lhe garantiria o conhecimento prévio das discrepâncias regionais do país, fato tão importante para a legitimidade do seu discurso político-territorial. Ora, enquanto o projeto de modernização de Vargas (1930-1945/1951-1954) atingiria diversos setores da sociedade e se manifestaria na criação de inúmeros órgãos administrativos de caráter regulador, com claros objetivos centralizadores, desenvolvimentistas e nacionalistas, a Geografia, como instrumento empírico de análise do espaço, condicionaria todo o seu esforço às temáticas de estratégia do governo, nas áreas de gestão do território urbano, rural e recursos naturais. Com essas iniciativas, o Estado passaria a dispor de instrumentos que lhe permitiriam levar adiante sua “ação modernizadora”. É desse período a criação do Conselho Nacional de Estatística [1931], Serviço Geográfico e Histórico do Exército [1932], Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [1938], Conselho de Siderurgia Nacional [1941] etc.

Além do mais, o discurso pré-universitário da geografia não se vinculava a apenas interesses estatais, apesar de nele possuir toda a sua funcionalidade. Personagens da intelectualidade brasileira na década de 1920-1930 também se valeriam dos postulados da ciência geográfica europeia— berço do pensamento moderno. A missão francesa na década de 1930 trouxera ao Brasil professores como Pierre Deffontaine, Philippe Arbos, Étienne Souriau, Gaston Leduc, etc, que vieram ministrar seus cursos

nas recentes universidades brasileiras, auxiliando-as conceitualmente, para o aprimoramento sistemático dos cursos superiores no país. Desta influência, era notório que sociólogos, historiadores, escritores, burocratas (ensaístas), estivessem arraigados das teorias de Ratzel, Mackinder, Kjéllen, La Blache e Vallaux. A produção geográfica, muitas das vezes implícita nos romances literários, nos estudos de caso regionalista, na organização do espaço, nos ensaios e até mesmo nos discursos políticos, era canalizada a um mesmo tema específico: a criação de uma identidade (unidade) nacional.

Uma importante reflexão de Darcy Ribeiro (1999) sobre as sociedades americanas - nos permitindo compará-las à brasileira - refere-se aos diferentes modos de vida pelo continente. Ele aponta a questão da identidade dos “povos testemunhos”, que a reconstróem dos povos pré-colombianos (América Andina e México); dos “povos transplantados” que mantêm os valores e costumes dos países de origem (Argentina e E.U.A); e dos “povos novos” que possuem no sincretismo étnico e cultural seu traço mais forte.

Desse modo, partem de um pressuposto anti-eurocêntrico as características do período estudado. É fato a importância dos professores franceses quando formam os primeiros geógrafos brasileiros e transplantam para cá um modelo universitário. No entanto, a composição social do país é muito singular, havendo nessa permuta intelectual certo limite a ser respeitado.

Haveria, então, “duas geografias” sendo construídas no Brasil. A primeira – antes das Universidades -, seria produzida dentro da lógica descritiva, sem o rigor metodológico para nomeá-la de ciência, ficando a cargo, principalmente, dos engenheiros-geógrafos que trabalhavam em organismos do Estado ou, quando muito, eram vistas nas páginas de um romance, ensaio, artigo de jornal, etc. A segunda – após as universidades - , ganharia status acadêmico, e se vincularia à pesquisa e inovação de técnicas e instrumentos que facilitariam o manejo de conceitos definidos. É nesse contexto que surgem as figuras de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo. Influentes intelectuais da extrema direita paulista, eles objetivavam arquitetar a identidade nacional brasileira aos moldes bandeirantes, dando-lhe “um caráter pseudocientífico, julgamentos morais sobre o território e a população, [...] a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes” (MACHADO, 2012, p. 31).

O realismo no qual os escritores-intelectuais se fundamentavam criaria condições favoráveis a uma mudança de ordem política e social no país. Vislumbra-se

no campo cultural a cisão com relação ao “estrangeirismo” e a tentativa de se arquitetar uma identidade nacional e no campo político a busca pelo rompimento com a velha ordem governamental para a elaboração da ideia de um Estado Moderno.

Nesse contexto histórico de ampla aceitação de ideias entre 1920-1940 que em São Paulo, local onde abarcava grande quantidade de intelectuais, surgem as figuras de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, considerados teóricos políticos e escritores modernistas.

Nos espaços fantásticos da literatura os autores possuem uma visão expansionista a partir do planalto de Piratininga (São Paulo) rumo ao oeste do Brasil em busca de ampliar o poder da nação e incentivar a ocupação territorial do país.

Constroem personagens de cunho alegórico que, aparentemente, numa análise europeizada, haveria certo repúdio em assimilar esse “caos” étnico, no entanto, para eles, isso enalteceria a diversidade brasileira, pois haveria uma instituição metafísica superior regendo um nacionalismo inegavelmente fundado nas ideias de “raça” e “meio”.

Julgamentos morais do território e construção ideológica da identidade paulista teriam sustentação no meio geográfico do planalto do Piratininga, abordado pelos autores no decorrer dos seus trabalhos, colocando-os no inconsciente coletivo de toda uma população.

2. Plínio Salgado: moderno e autoritário³⁰

Reescrever uma síntese biográfica é um trabalho perigoso. Não apenas pelo fato do referido autor ser um personagem polêmico e controverso, mas, sobretudo, pelas informações a seu respeito estarem soltas no ar. Livros, sites, cronologias em romances, inúmeras fontes primárias guardadas em arquivos espalhados pelo Brasil, tornam ainda mais difícil o trabalho do pesquisador.

Ora, como o objetivo do capítulo não é fazer uma análise aprofundada da vida pessoal de Plínio Salgado, e sim situá-lo como sujeito dentro de um contexto histórico - produtor e receptor de discursos- utilizaremos como material principal os arquivos do *Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil*³¹ (CPDOC), vinculado à *Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas*; um ensaio do próprio autor intitulado *O Ritmo da História*³²; e a obra do historiador Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*³³, com o propósito de fornecer maior segurança às informações abaixo. Notaremos também que a maior parte da biografia de Salgado irá dialogar com sua trajetória política, mais do que a literária. Isso é significativo porque demonstra o sentido do seu discurso: uma literatura política.

O paulista Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895 na cidade de São Bento do Sapucaí, estado de São Paulo, e faleceu em 7 de dezembro de 1975 em São Paulo, sendo enterrado no cemitério do Morumbi. Filho do Farmacêutico Francisco das Chagas Esteves Salgado e da professora Ana Francisca Rennó Cortez, ouvia do seu pai histórias heroicas em torno da formação do Brasil, sua primeira influência intelectual. Estudante do Ginásio São José, em Pouso Alegre (Minas Gerais), em 1911, com 16 anos, retornou à cidade natal para cuidar de sua mãe e seus quatro irmãos, pois seu pai tinha acabado de falecer.

Em 1918 criou o Partido Municipalista, cujo conteúdo político, nas palavras do próprio Salgado, era “combater a ditadura do governo estadual”. Esse partido, que possuía alguns líderes municipais de pequena expressão do Vale do Paraíba,

³⁰ Parte desta biográfica e as discussões iniciais sobre a análise do discurso em Plínio Salgado podem ser vistas em MELLO, 2016. Disponível em <ojs.ifsp.edu.br/index.php/relevancias> Acesso em: 10/08/2016.

³¹ Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/plinio_salgado> Acesso em: 21/11/2015.

³² SALGADO, Plínio. *O Ritmo da História*. 3ª edição. São Paulo: Voz do Oeste. 1978.

³³ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Cultrix. 2006.

desenvolveu diversas atividades relacionadas ao contexto cultural e social da cidade de São Bento do Sapucaí, como: dirigiu um grupo teatral, apresentou várias palestras e seminários sobre o quadro político da cidade, lançou o semanário *Correio* de São Bento, todas essas atividades lideradas por Salgado. Ainda nessa época, casou-se com Maria Amélia Pereira que, menos de um ano depois, viria a falecer de maneira súbita, deixando-lhe uma filha com menos de 15 dias de vida. Apesar de passar por um período conturbado, dedicou-se à leitura dos pensadores católicos Raimundo Farias Britto e Jackson de Figueiredo.

Cerca de um ano depois, mudou-se para São Paulo e iniciou seu trabalho como redator no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Conhece o então redator-chefe Menotti del Picchia e, rapidamente, constroem uma amizade sólida. Sua teia social se ampliaria, tendo contato direto com inúmeras personalidades políticas e intelectuais, os quais se tornariam seus tutores.

São Paulo, no início de 1920, passava por profundas modificações estruturais (política, cultural e social), momento em que Plínio Salgado dedicou-se às atividades literárias, adquirindo certo renome como escritor, embora tenha participado discretamente da *Semana de Arte Moderna* de 1922. Após o discurso nacional criado a partir desse evento histórico, e de suas leituras de autores estrangeiros como Apollinaire, Max Jacob e Cendrars, ele criou um estilo de prosa próprio que, nas palavras de Bosi (2006, p. 296), “costuma-se distinguir um primeiro momento de interesse pela nova ficção e pela literatura [ex. o romance *O Estrangeiro*, de prosa solta e expressionista], da carreira ideológica e política que se lhe seguiu”.

Após cinco anos, deixou o *Correio Paulistano* e empregou-se no escritório de advocacia de Alfredo Egídio de Souza Aranha, com quem manteve vínculos durante grande parte da sua vida. Em 1926, lançou o livro *O Estrangeiro* que teve boa aceitação nos meios modernistas. No mesmo ano alinhou-se ao movimento *Verde-Amarelo*, com a participação de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho. No ano seguinte, agora com Picchia e Ricardo, lançou o movimento da Anta, que enalteceu o indígena, sobretudo o Tupi, como portador das características nacionais. A esse último item, destaca-se “[...] a xenofobia do manifesto da Anta não estava infenso aos ideais que selariam o homem público na década de 30” (*Ibidem*, pp. 296-297), portanto, cristaliza-se no pensamento de Salgado uma ideologia fortemente antiliberal e agrarista, inspirado em Alberto Torres e Oliveira Viana.

Como personalidade em ascensão, Salgado foi convidado pelo então presidente Júlio Prestes a candidatar-se a deputado estadual pelo PRP, tendo sido eleito com uma quantidade substancial de votos. Em 1930, viaja a Europa e parte do Oriente Médio, observando as transformações políticas que ocorriam na Turquia, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha. Regressou ao país em 4 de outubro daquele mesmo ano, um dia após a revolução que derrubaria Washington Luís, havendo escrito dois artigos no *Correio Paulistano* defendendo o candidato. No entanto, ao perceber o fortalecimento do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o apoia, a princípio, em seus planos de modernização do Brasil.

Plínio escreveu vários artigos sobre doutrinação política e análise da situação brasileira frente às outras nações do mundo, especialmente as europeias; artigos estes publicados no recém-criado jornal *A Razão* em 1931. Em 1932, fundou a *Sociedade de Estudos Políticos* (SEP), cujos integrantes eram simpáticos ao fascismo e lançou o *Manifesto de Outubro*, no qual formulou as bases ideológicas de uma nova agremiação política: a *Ação Integralista Brasileira* (AIB). Inspirada no fascismo italiano, esta nova agremiação tinha como símbolo a letra grega sigma (Σ), a expressão indígena de saudação *Anauê* e uniformes verdes, características que expressavam seu direcionamento militar e autoritário. O I Congresso da AIB ocorreu em Vitória (ES) dois anos depois e Plínio Salgado é titulado “Chefe Nacional” do partido.

Após a *Revolta Comunista* no quartel da praia vermelha (RJ) no ano de 1935, levante contra o Estado autoritário de Getúlio Vargas, Salgado decidiu fortalecer ainda mais seu partido. Ele se casou novamente em 1936, com Carmela Patti, integrante de uma família tradicional em Taquaritinga (SP), não tendo filhos dessa união.

Nos anos que se prosseguiram, a AIB fortaleceu-se significativamente, promovendo numerosas manifestações em todo o Brasil. Momento propício usado por Plínio, que lançou sua candidatura à presidência da república em 1937, concorrendo com José Américo de Almeida e Armando de Salles de Oliveira. Ele logo percebeu que Getúlio Vargas não iria sair do poder e apoia os planos do presidente, acreditando que o integralismo seria a base ideológica desse novo regime autoritário. No entanto, houve o fechamento de todas as organizações políticas do país, inclusive a AIB e, nesse contexto, emerge o Estado Novo.

Assim, afloram-se, algum tempo depois, “revoltas” denominadas integralistas - contra os planos de Vargas- os quais se destacaram os de março e maio do ano de 1937,

ambos fracassados. Finalmente em 1939, ele é preso e mandado para Portugal, onde permanece por mais de seis anos. Durante esse período, procura restabelecer contato com o governo de Vargas, mas não tem sucesso.

Em 1945, voltou ao país após a deposição de Getúlio Vargas, reformulou as bases do pensamento integralista e fundou o *Partido de Representação Popular* [PRP] (partido extinto, juntamente com todos os outros organismos políticos em 1964). Na década seguinte, nos anos de 1952-1953, criou a *Confederação de Centros Culturais da Juventude*, inicialmente composta por dezenove entidades de jovens de todo o Brasil e fundou o semanário *A Marcha* em que foi colaborador até o encerramento de suas atividades.

Candidata-se a presidência da república em 1955, obtendo 714.000 votos (8% do total). Embora com uma votação expressiva, perdeu a eleição para o candidato Juscelino Kubitschek, apoiando-o de imediato. Em 1958, foi eleito deputado federal pelo estado do Paraná, reelegendo-se em 1962 por São Paulo.

Por fim, segundo o CPDOC-FGV, em 1964, Plínio Salgado liderou a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em São Paulo, passeata de viés ultraconservador e militarizada que demonstrava insatisfação com o presidente João Goulart. Apoiou o golpe militar daquele ano e ingressou na *Aliança Renovadora Nacional* (Arena), frente partidária criada para auxiliar na sustentação ao novo regime. Por essa legenda obteve mais dois mandatos na Câmara Federal, em 1966 e 1970.

2.1 Análise do romance *O Estrangeiro*, de 1926.

Não há dúvidas de que a obra de maior sucesso de Plínio Salgado na literatura foi o romance *O Estrangeiro*. Publicado no ano de 1926 pela editora Hélios, teve sua primeira edição esgotada em poucos meses, fato citado pelo autor em uma reedição especial, “O Editorial Helios Ltda. convenceu-me da necessidade de uma edição urgente de mais alguns milheiros de exemplares, pelo fato de haver-se esgotado a primeira e recrudescerem os pedidos” (SALGADO, 1926, p.07).

Matos e Gonçalves (2014) apontam que com o sucesso do romance, Plínio Salgado se tornaria conhecido nos meios intelectuais paulistas, auxiliando-o a se candidatar e a se eleger em 1927 como deputado estadual. Seu livro foi uns dos primeiros romances modernistas e esgotou-se em apenas 20 dias, tendo sido copiosamente elogiado por Monteiro Lobato,

Vem de S.Paulo um livro que vale pela mais pura revelação artística destes últimos tempos. O estrangeiro, de Plínio Salgado [...] Todo o livro [...] é uma inaudita riqueza de novidades bárbaras, sem metro, sem verniz, sem lixa acadêmica – só a força, a pura força [...] Plínio Salgado é uma força nova com a qual o país tem que contar. (1985, p.110)

As palavras gentis de Monteiro Lobato naquele momento soaram, a nosso entender, estranhas, uma vez que ele era um voraz crítico do movimento modernista. Em linhas gerais, *O Estrangeiro* recebeu inúmeras críticas positivas, transformando Salgado em uma figura conhecida do seu tempo.

O livro demonstra a inquietude do autor frente às rápidas transformações pela qual São Paulo estava passando, sobretudo a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial. Para ele, a urbanização corromperia ainda mais a população e a cultura brasileira, pois estimularia a proliferação de ideais econômicos (liberalismo) e doutrinários (comunismo) que comprometeriam a “alma nacional”. Uma nação próspera deveria estar assentada em espaços rurais, conservadores e cristãos, baseando-se na figura do caboclo (MATOS e GONÇALVES, 2014). Inclusive Menotti del Picchia referia-se a Salgado como “caboclinho enxuto, nervoso e formidável”.

Em *Geografia sentimental* (1937), próximo livro a ser analisado, o autor também alertaria sobre a intrínseca relação entre o cosmopolitismo e a imigração na formação da identidade nacional,

Nos países de imigração como o nosso, as cidades vão se tornando, pouco a pouco, consciências isoladas a Grande Consciência. Falta-lhes, para a perfeita harmonia nacional, o liame das tradições e dos costumes, a consciência histórica, a unidade de sentimento. Forças diversas atuam sobre nossos centros mais populosos, estabelecendo o entrechoque de correntes religiosas, de doutrinas políticas, de credos literários, de processos comerciais, e de tudo resulta o resfriamento gradual de nossas energias próprias. Essas forças se anulam em contraposição umas das outras, e o resultado fatal é a permanência crítica negativa, que se infiltra como um veneno na alma da nossa gente [...] Estas considerações me levam a crer na imensa necessidade de um levantamento da fé brasileira, de uma coordenação de forças novas, de uma imensa afirmação nacional. O Brasil precisa salvar-se do mal urbano [...] A mocidade brasileira tem a necessidade de levantar-se, num movimento de fé (SALGADO, 1937, p. 97-100)

A ideia do “litoral corrompido” e do “sertão puro” frequentemente será usada pelo autor como mecanismo discursivo em sua ideologia nacional-paulista. No romance, o interior estaria prestes a sofrer uma violação dos seus princípios morais e éticos devido às metrópoles que tinham acabado de se instalar. Daí na obra o personagem professor Juvêncio simbolizava o anticosmopolitismo. A questão do imigrante já era discutida no final do século XIX, no entanto, com a renovação cultural pós semana de arte moderna em 1922, o tema ganharia novos horizontes simbólicos.

Ora, Salgado não negava completamente o imigrante, afinal, em sua perspectiva, ele seria necessário para o crescimento do país. No entanto, a representação do estrangeiro estaria associada à entrada da cultural “alienígena”, descaracterizando a sociedade brasileira em nome dos princípios civilizatórios externos; princípios estes vinculados ao cosmopolitismo.

O Enredo do romance

Antes de mais nada, *o Estrangeiro* narra a vida provinciana em São Paulo no início do século XX, relatando o fervor das mudanças sociais que estavam mexendo com o cotidiano da cidade. Em seu trabalho, Salgado tentou arquitetar uma forma de nacionalismo como valor autêntico, o qual inculcaria no imigrante a história e a cultura paulista e brasileira, integrando-o à nação.

A narrativa se inicia no porto de Santos, local onde chegavam os estrangeiros; estes, por sua vez, eram levados para as fazendas de café no interior de São Paulo, com destaque para a pequena Mandaguary e Campinas. A todo momento, Salgado contrastaria o interior puro (Sertão) com o litoral corrompido e afeito aos ideais cosmopolitas.

Percebemos no decorrer do romance as concepções anticomunista, antiliberal e anticosmopolitismo que norteariam o pensamento de Salgado ao longo da sua carreira tanto como escritor quanto político. O universo rural se sobreporia ao urbano.

As questões migratórias eram constantes no debate nacional desde o início do século XX e, sendo São Paulo o estado que recebeu as maiores correntes migratórias tanto internas quanto externas do Brasil, fica evidente o motivo desta temática ser tratada por Plínio. Naquele contexto, o autor estava preocupado com a influência do estrangeiro na formação da identidade brasileira.

A disposição estrutural do texto caracteriza-se pela intertextualidade e o narrador da obra só se revela na última página, o mestre-escola Juvêncio, protagonista, narrador e alterego do autor. Não por acaso, os atributos mais “puros e morais”, não corrompidos pelas correntes de pensamento estrangeiras, iriam se convergir na figura do próprio Salgado. De um lado temos a personificação do italiano bem sucedido e já adaptado às peculiaridades de São Paulo; na ponta oposta, Ivan, revolucionário russo perseguido pela política czarista, personagem que dialoga com o professor Juvêncio. Ao afirmar que seu “primeiro manifesto político foi um romance”, Salgado explicita, já em 1926, o caminho político-ideológico que adotaria ao longo da vida.

No romance, a chegada dos italianos ao Brasil foi simbolizada pela família Mondolfi. Com ascensão econômica rápida, tem seu sucesso graças à matriarca Carmine Mondolfi que comprou terras, trabalhou duro e guardou dinheiro, tornando-se uma figura conhecida na colônia. Ela foi uma das patrocinadoras da escola Dante Alighieri, representante da italianidade no país. O autor vai sempre abrir um diálogo de comparação entre o imigrante italiano e a condição do caboclo.

Este caboclo, por sua vez, era representado por Nhô Indalécio, que não tinha força nem poder no país. Afetado pela imigração, o caboclo, caipira que não acompanhava o avanço da sociedade, era “refém dos italianos”. Tomemos cuidado! Plínio Salgado critica a apatia desse grupo frente à força do italiano, criando uma espécie de “caboclo domesticado” que não representava o Brasil. Notemos no trecho abaixo a cisão racial preconizada pelo autor,

Aconteceu que os porcos de Nhô Indalécio, aventuraram excursões pela fazenda. Martiniano mandou avisá-lo ‘que mataria os bichos’. Indalécio pôs mais um fio de arame na cerca. Os suínos eram teimosos. Romperam a barreira e entraram insolentes, como hussaros. Toaram tiros de espingarda. Seguiu-se uma proclamação. Que não se queixe a polícia, se não quiser levar

umas lombadas, com este chicote. Nhô Indelécio mandou dizer que não se queixava à polícia. Entregava a injúria nas mãos de Deus (SALGADO, 1926, p.42).

Os caboclos, sem voz ativa, somente receberiam ordens dos seus “donos”. Martiniano, na nossa percepção, seria a vertente mais xenófoba, pois, ao sair da fazenda migrando para a cidade, ridicularizava os moradores do campo e alertava a população citadina sobre o autoritarismo dos ricos italianos do interior.

Destaca-se ainda Pantojo, que usava a mão de obra imigrante em benefício próprio, não se importando muito com o crescimento do Brasil. Ele pertencia a um grupo familiar tradicional paulista, cujas riquezas oriundas do café davam-lhe condições econômicas para viver os “luxuosos sonhos mundanos do vício e ganância trazidos pelo cosmopolitismo estrangeiro das cidades” (SALGADO, 1926, p.34). E dentre todo esse caos que se havia instalado em São Paulo, a figura do mestre-escola Juvêncio (alterego do autor e o narrador da *estória*) emerge como o símbolo da nacionalidade e da ordem, como bem sublinha Trindade (1979. p.59),

O tema do nacionalismo apareça na situação burlesca do mestre-escola Juvêncio, estrangulando perante seus alunos, os papagaios que ganhara de presente porque haviam aprendido com seus antigos donos emigrantes a repetir as palavras do hino fascista.

Ora, então podemos dizer que o mestre-escola Juvêncio (Plínio Salgado) era contra o imigrante? Não! Na verdade, para o personagem-narrador-autor o imigrante era uma ameaça à nacionalidade enquanto resistente à integração, à cultura e à sociedade brasileira. Uma vez adaptado, ele faria parte de uma suposta identidade nacional, ainda em construção, porém almejada por Plínio. Daí a escola de Juvêncio combater a Dante Alighieri, pois, acreditava-se que os valores estrangeiros seriam transmitidos via escolarização. Plínio Salgado se intitulava o verdadeiro caboclo e para assimilar o elemento “alienígena” era necessário catequizá-lo na escola nacionalista de Juvêncio,

As crianças das Escolas reunidas eram filhos de italianos, espanhóis, japoneses, sírios, mulatinhos espertos puxados ao português. Cantavam o hino nacional e respondiam na ponta da língua, se lhes perguntavam – quem descobriu o Brasil? – Foi o almirante português Pedro Alvares Cabral. [...] a bandeira flutuava – palpitante cabeleira verde – na ponta do caule esguio, que parecia um homem cumprido e entusiasmado, [...] E as vozes afinadinhas.

Ouviram do Ipiranga às margens plácidas de um povo heroico o brado retumbante... Juvêncio vibrava (SALGADO, 1926, p.29)

Em resumo, Plínio Salgado em *O Estrangeiro* não negava o imigrante. Na verdade ele refletia sobre o caminho que o Brasil devia seguir frente à imigração. Criticava com veemência tanto a cultura “alienígena” que entrava no país como a própria população brasileira e sua total imobilidade. Para ele, a miscigenação não seria um fator de degradação social, como pregavam alguns intelectuais da época, mas sim um processo de assimilação das melhores características de cada “raça”. No entanto, só seria possível tal movimento se houvesse no país uma estrutura autoritária, anticosmopolita, anticomunista e antiliberal, fato que o torna uma figura com anseios ditatoriais.

Assim, podemos descrever os personagens da seguinte forma:

a-) no romance, os imigrantes que já estavam consolidados no país e gozavam da riqueza e prosperidade do café, eram simbolizados pela família Mondolfi, que chegaram em São Paulo com poucas peças de roupas e, rapidamente, tornaram-se donos de cafezais e indústrias, tanto na capital como no interior;

b-) as famílias quatrocentonas foram representadas pelo Pantojo que, grande fazendeiro no interior, vendeu tudo para os Mondolfi e mudou-se para a capital, vivendo no luxuoso bairro de Higienópolis. Acabou rapidamente dissipando toda sua fortuna devido aos desejos que as grandes cidades despertam nas pessoas, influência, segundo Salgado, do cosmopolitismo.

c-) Zé Candinho, representação do bandeirante genuíno, tinha a pulsão pelo desconhecido tal qual seus antepassados, e a marcha para o oeste o guiava rumo ao sertão, espaço que conhecia bem.

d-) Nhô Indalécio simbolizava os caboclos sem muita força para lutar e que recebia ordens tanto dos poderosos nacionais quanto estrangeiros.

e-) Juvêncio, o mestre-escola, o professor, era patriota e nacionalista que leva seus alunos – estrangeiros ou não -, uma mensagem de civismo, enquanto combate o cosmopolitismo com todas as suas forças. Na verdade, percebe-se que na última página do livro, o narrador se apresenta ao leitor, o próprio Juvêncio, que é também o alterego de Plínio Salgado, como bem destaca Bresciani, (2001, p.63)

Na última página, cobrindo-se com as vestes do mestre-escola Juvêncio, nacionalista convicto, praticante. A autoria do romance, duplamente atribuída a ele e ao personagem, impõe uma duplicidade ao texto que me intrigou e norteou as leituras. Salgado na personagem de Juvêncio cria Ivan, seu duplo, o outro que só poderia existir fora dele. Fica explícito que, para Plínio Salgado, a concepção de nação, construção intelectual, exige a figura de alteridade para no modo do espelho, ganhar forma, adquirir particularidade.

f-) Ivan era o personagem controverso, porque reunia características positivas e negativas. Ele foi amigo do russo Górkí e conspirou para matar o czar nos bairros escuros de Moscou, ou seja, “era a síntese de todos os personagens e de todos os males”.

O geográfico no imigrante, o imigrante no geográfico.

Dentro do objetivo principal de nosso trabalho, tentaremos aqui analisar o conteúdo geográfico (representação espacial) contido no romance *O Estrangeiro*. E com um intuito de irmos um pouco além, ainda investigaremos qual era o sentido de construção dessa representação geográfica no contexto histórico da publicação da obra, 1926.

Como salientado na introdução desta pesquisa, os livros da década de 1920 que foram influenciados pela Semana de Arte Moderna de 22 conteriam uma temática mais voltada aos assuntos raciais, à formação da população brasileira ou, se preferir, à tentativa da construção de uma identidade nacional enquanto as obras da década de 1930 trariam uma discussão atenta às questões políticas e territoriais. Além disso, os gêneros literários usados também se diferenciavam. *O Estrangeiro* (1926) e *Martim Cererê* (1928) são, respectivamente, um livro de romance e outro de poema; já *Geografia sentimental* (1934) e *Marcha para oeste* (1940) ambos são ensaios.

Era como se num primeiro momento o universo imagético tomasse conta dos escritores que, por sua vez, poderiam pensar o ideal da sociedade brasileira como sendo um provável caminho promissor, um modelo a ser seguido; depois, haveria a necessidade da estrutura territorial para esse novo personagem viver, embora, claro, sabemos que os planos centralizadores de Getúlio Vargas já tinham esta premissa integradora.

Em *O Estrangeiro* o geográfico seria representado pelo Estado de São Paulo e dividido em três regiões: o litoral, a capital e o interior. Para Plínio Salgado, essas

regiões existiriam a partir de três pressupostos: o primeiro seria a porta de entrada dos estrangeiros³⁴; o segundo, o urbano no qual as ideias cosmopolitas ganhariam força e o terceiro o espaço rural puro, o verdadeiro Brasil. “Este livro procura fixar aspectos da vida paulista nos últimos dez anos. Vida rural, vida provinciana e vida na grande urbes.” (SALGADO, 1926, p.7). A partir dessas três divisões, o cenário do “romance paulista” estaria pronto e ele poderia, nas palavras de Salgado, “cumprir integralmente o seu destino” (1926, p.6).

Para o autor, sua obra teria uma função clara: criar um novo sentido à história paulista e, por consequência, a nacional. Recordemo-nos que *O Estrangeiro* foi para Plínio seu primeiro manifesto político, sedimentado posteriormente nos ideais Integralistas na década de 1930.

Na leitura do romance, percebemos que o herói, Juvêncio, o mestre-escola (alterego do próprio autor), converge para si atributos morais e éticos a serem reproduzidos e copiados por todos. Tal personificação foi definida por Goldmann (1976, p.10) “ [...] o romance do ‘idealismo abstrato’ é caracterizado pela atividade do herói e por sua consciência demasiada estreita em relação à complexidade do mundo”.

Ora, arraigado por um princípio de nacionalidade anarcoide, no qual o idealismo direcionaria as ações de Juvêncio, notamos a estrita relação do herói com o geográfico representado na obra. O rural seria ainda o espaço da contemplação mística e mítica, cuja história passaria pela conquista do oeste pelos bandeirantes. Para o mestre-escola, narrador da *estória*, o imigrante não deveria ser negado, referindo-se aos italianos, mas sim absorvidos pelo sertão e pelo “espírito puro do oeste” (Salgado, 1926, p.17). Nesse caso, a dimensão geográfica criaria vínculos identitários com o solo, concepção também observada em *Geografia sentimental*, 1934.

O narrador-autor descreve a chegada do personagem Ivan em São Paulo através da locomotiva, símbolo da modernidade, e constrói a cidade a partir de retoques narrativos quase mágicos,

Na noite espessa, os gritos das locomotivas cruzavam-se repentinos, como meteoros de som. Adivinhavam-se os vultos pardos dos edifícios lavados pela verde surdina dos lampiões a gás. E os cochichos do vento arrepiavam

³⁴ Quando o autor se refere a “estrangeiro” ele atribui ao termo um valor semântico mais amplo. “Estrangeiro” não seriam somente os indivíduos que desembarcaram no porto de Santos, mas sim a toda e qualquer forma de cultura fora a brasileira. Por exemplo, os pensamentos e teorias sociais europeus como o liberalismo, anarquismo, comunismo seriam formas de dominação do estrangeiro.

os ouvidos dos plátanos sensíveis. Ivan pôs-se a contar as pequenas ‘lanternas verdes, vermelhas, azuis, espalhadas ao longo da linha férrea, até a estação do norte, ao Pari, a Luz. E ouvia o ressonar dos velhos companheiros – velhos campônios lombardos, brônzeos calabreses - , espuma da taça transbordante aliviada no dorso do oceano. (SALGADO, 1926, p.15).

A simbologia do imigrante no interior de uma locomotiva remete-se ao período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Plínio Salgado estava incomodado com a quantidade de estrangeiros que desembarcavam no Brasil desde o final do século XIX. Para ele, essa miscigenação étnica não era um problema, mas sim as propostas cosmopolitas que os imigrantes traziam, formas novas de pensar o mundo – embora na própria Europa algumas dessas ideias já eram realidades– como o liberalismo, o anarquismo e o comunismo. Plínio acreditava no culto ao ruralismo e do provincianismo como estruturas basilares da identidade nacional.

Curioso notarmos a atuação dos imigrantes, principalmente italianos, na mudança social do Estado de São Paulo neste período. Tanto Deffontaines (1944) quanto Monbeig (1952) sublinhavam a influência deste estrangeiro nas novas paisagens que iam se construindo no interior paulista a partir de uma atividade econômica específica: o plantio de café. Plínio não ficou alheio a tudo isso e podemos dizer que seu romance materializava parte do estranhamento que o grupo social ao qual ele pertencia, a intelectualidade conservadora paulista, enxergava. Recordemo-nos como os discursos se propagam: os signos (neste caso, sociais) criam os enunciados, os enunciados as ideologias, as ideologias os discursos e, este último, necessita de algo que os divulguem, ou seja, as obras literárias.

Em *O Estrangeiro*, percebemos uma crítica à pouca integração entre o fator humano e o fator geográfico na construção de uma suposta nacionalidade, algo que Salgado considerava péssimo. Para ele, o humano estaria, umbilicalmente, ligado ao solo, à terra, laços de sangue que seriam superiores até mesmo aos vínculos históricos.

Enquanto morasse numa cidade paulista, o imigrante deveria seguir as regras impostas pelos seus guardiões (os descendentes dos bandeirantes) porque eles teriam o conhecimento dos “enigmas do sertão”. Quase como um sujeito com poderes mágicos, o geográfico na obra reconstruiria o estrangeiro à luz dos atributos éticos e morais do paulista³⁵,

³⁵ Também identificaremos esse diálogo constante do narrador com o que é geográfico na próxima obra a ser analisada: *Geografia sentimental*, 1937.

As instituições americanas também repousam na rocha viva dos direitos do Homem. Quando desabar o dilúvio russo, as suas últimas ondas virão morrer aqui, de encontro a essas paredes da Imigração, onde há um dístico, a maneira de sentença, a encimar um arco do triunfo. E a América, então, reconstruirá o que estiver destruído no mundo (SALGADO, 1926, p.18).

Plínio tinha plena consciência dos acontecimentos sociais na Europa como a Revolução Russa (1917) e a crise econômica acarretada pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), logo, ele previa a massiva vinda de imigrantes para o Brasil, e, dentro dos princípios acima citados, não haveria problema, pois “a América, então, reconstruiria o que estiver destruído no mundo”. Esse tom heroico, mencionado pelo personagem Juvêncio, transmite toda uma responsabilidade para a América em descortinar esse novo mundo.

A representação geográfica dividida entre litoral, cidade e interior caracteriza os tipos sociais que a habita. Ora, se para o autor o culto ao ruralismo deveria ser o verdadeiro caminho para a nacionalidade, o imigrante adaptar-se-ia ao espaço que reproduziria seu meio de vida e nele criaria laços fortes, negando, posteriormente, sua herança estrangeira.

As paisagens idílicas como recurso discursivo

Entre os recursos discursivos encontrados no romance, destacam-se o uso constante da personificação de seres inanimados e a construção de paisagens idílicas. Unidas em uma mesma esfera de interpretação, a primeira refere-se à designação atribuída a seres abstratos, de ações, qualidades e sentimentos próprios do homem; já o segundo, de caráter mais literário, orienta-se sobre algo terno, maravilhoso, mágico, utópico e fantasioso. Estes recursos foram usados conscientemente pelo autor, uma vez que ele angariava criar um sentido nacional a partir de confabulações geográficas e raciais.

Atribuir ao geográfico um sentimento humano inculcaria na população letrada da época uma proximidade com o que deveria ser o nacional,

E, então, tudo era a selva, onde dormia o mistério. Bandos de periquitos, projeções verdes da terra, estampavam-se no céu, ainda inocente de crimes. Continuação indefinida da manhã úmida e verde em que a arca de Noé encalhou na montanha. Altas palmeiras emergindo das florestas oceânicas,

estilizando a alma sentimental da rude natureza meridiana. Macacos balouçando nos cipoeirais pendentes da perobeiras. Oceano, oceano [...] Manhã de janeiro. Cheiro molhado da terra moça e virgem; grotas frias, com gemidos sensuais de rolas e sussurros confidentes sob a mantilha dos caetês. (SALGADO, 1926, p.28)

Chama-nos a atenção no trecho acima a maneira que Salgado, na voz do mestre escola Juvêncio, reflete seu sentimento de “país corrompido”. O Brasil como contemplação da floresta e do ruralismo estaria sendo ameaçado pelas “forças estrangeiras”, daí a necessidade preconizada pelo autor de um Estado forte que controlasse os imigrantes, então símbolo do novo tipo social que estava se estabelecendo no país.

O romance faz uma crítica voraz ao caboclo que se via preso ao trabalho imposto pelos imigrantes italianos do oeste paulista, “Ivan queria ver um caboclo autêntico. Contou-lhe o amigo que eram raros. Quase todos estavam no sertão” (1926, p.29). Ou seja, estavam sob o controle das famílias estrangeiras ricas. Salgado se autodeclarava o verdadeiro caboclo, não escravo do estrangeiro. Salientamos na narrativa do livro a forma que o autor vai dividindo a sociedade brasileira entre aqueles que exploravam em contraposição aos que eram explorados. Na base de sustentação da sociedade, o mameluco (o caboclo domesticado) teria papel fundamental,

O machado arrasa os jequitibás, golpeando os ecos arautos. Cataclisma de raças; sedimentação de caracteres civilizatórios: sobre o rastro do selvagem, o rastro do mameluco; depois, sobre a terra desvirginada e domada, o colono estrangeiro estabilizando a agricultura [...] (SALGADO, 1926, p.29)

Como um processo linear de ocupação do solo, a representação espacial passaria de um meio selvagem, hostil e impenetrável, a um espaço domesticado e utilizável para o desenvolvimento econômico. No entanto, este espaço controlado serviria aos interesses de certos grupos, ou famílias, que enriqueceram devido ao cultivo do café. Ora, um questionamento a se fazer sobre o contexto da obra, e os anos que se lhe seguiram, é: por que havia a necessidade de se criar uma identidade nacional e territorial no brasileiro? Uma população unificada no interior de um Estado dotado de um território centralizado criaria condições básicas para o desenvolvimento econômico do país. Basta olharmos para os planos de Getúlio Vargas no período entre 1930-1945 e ver

seu projeto para elaborar as bases materiais de uma sociedade em processo de industrialização. Podemos dizer que o discurso literário da década de 1920 ajudou Vargas a implantar sua política autoritária (a ditadura do Estado Novo) e territorial na década de 1930. Obra, autor e contexto são indissolúveis para a análise do discurso.

Em uma ode ao verdadeiro brasileiro, Juvêncio sublinha em sua fala “[...] nossa canção é um tema geográfico. É a relação numérica entre o Homem e a Terra. Pátria é voz do país saindo pela boca do Homem” (SALGADO, 1926, p.46).

A pátria seria pronunciada pelo Homem e o escolhido no romance, o ideal de brasileiro, seria o mestre-escola Juvêncio, “nos longos passeios pelos arredores da cidadezinha, Juvêncio invocava a alma da Terra. No coração do mestre-escola estava todo o Brasil, que era um mapa com rios e estampas de guerras, e poemas emoldurados de coqueiros [...]” (SALGADO, 1926, p.99). O sentimentalismo para descrever a relação orgânica do Homem com a terra será mais evidente no próximo livro a ser estudado, *Geografia sentimental*.

Em *O Estrangeiro* percebemos que Plínio inicia seu projeto autoritário e centralizador de sociedade, a partir da crítica ao imigrante italiano que chegava ao país. Também notamos a representação geográfica na obra como importante mecanismo ideológico, pois, no Brasil, a nacionalidade estava muito atrelada ao discurso territorial. Personagens descendentes dos antigos bandeirantes receberam relativo destaque no romance, embora, o mameluco Juvêncio, alterego do autor, questiona as famílias tradicionais paulistas que estavam corrompidas pelo cosmopolitismo das grandes cidades. O determinismo geográfico e sua concepção segundo a qual o meio ambiente definiria a psicologia humana, instituindo, inclusive, a maneira da sociedade se distribuir pelo globo, é evidente na representação geográfica encontrada na literatura ultraconservadora.

O Estrangeiro é um fruto do seu tempo e estava carregado de polêmicas que norteavam os debates da época. O livro representa não apenas o pensamento de Salgado sobre o Brasil, mas também o grupo social ao qual ele pertencia, a direita conservadora nacionalista, que tinha em seu corpo funcional figuras como Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. O romance salgadiano continha às ideias iniciais do seu discurso autoritário que, nos anos seguintes, se manifestaria na ideologia autoritária e anacrônica do Integralismo.

2.2 Análise do ensaio *Geografia sentimental*, 1937.

Um adendo antes de iniciarmos a análise é necessário. As imagens e gravuras contidas nesse ensaio serão usadas como objeto de análise do discurso geográfico. No entanto, devido a dados incompletos, não sabemos quem são seus autores. Com certeza Plínio Salgado participou da escolha de cada uma delas, visto que o escritor gostava de averiguar cada livro antes da sua publicação.

Geografia sentimental teve sua primeira edição no ano de 1937, pela editora e livraria José Olímpio. Ao contrário do livro anteriormente analisado, observamos agora uma mudança estética e temática. Em primeiro lugar o gênero literário usado por Salgado é o ensaio, que traduz um discurso mais opinativo do autor, expondo suas ideias, reflexões e críticas, algo não muito claro no interior do romance *O Estrangeiro*. O foco está na opinião do autor. Num segundo ponto, a discussão sobre a influência do estrangeiro na composição étnica do Brasil – e em especial em São Paulo – desloca-se para a perspectiva da integração político-territorial do país.

A partir destas duas mudanças, devemos nos fazer a pergunta: por que desta troca? Todo discurso é um diálogo com alguém, com o outro, logo, a quem Plínio está direcionando seu texto? Talvez no trecho a seguir possamos entender melhor quem é seu interlocutor:

Eu sei quanto sou discutido; exaltado por uns, odiado por outros, negado e interpretado de mil formas. Porém, no meio de todas as dúvidas dos meus contemporâneos, quero lhes oferecer nestas páginas uma certeza: eu amo o Brasil. (1937, p. 8).

Ao escrever no prefácio do livro “meus contemporâneos”, e no que foi exposto, em partes, na introdução desta dissertação, compreendemos que Salgado gerou muitas polêmicas no campo artístico pós 1922, sobretudo pela sua discordância estética com Mário de Andrade. E na política, como destaca Bomfim (2001, p. 5), apenas nos anos de 1920-1930 movimentos políticos defenderiam uma bandeira urbana de mobilização de massas e, liderada por Salgado com viés autoritário “[...] à Ação Integralista Brasileira (AIB) tem sido considerada como uma das primeiras (e mais significativas) representantes dessas supostas práticas políticas. Ou mais: o primeiro partido de massa no Brasil a conhecer uma efetiva projeção nacional”. Além disso, percebemos que o ano de 1937 é também o ano em que Salgado lançou-se como candidato a presidente do

Brasil. Neste momento, podemos dizer que autor e, agora candidato, demonstrasse uma articulação maior com a ideia de nação.

Talvez o livro se dirija a esse leitor desconfiado. Ou ainda a uma elite letrada da época que, tendo a possibilidade de escolher entre os três principais candidatos a presidência em 1937, se impressione com a tentativa de Salgado em criar um Brasil total, cujas fronteiras existem, mas são superadas pela “grandeza geográfica nacional”.

Beired (1999) desconstrói a ideia de que esse novo Brasil fosse uma projeção racional do autor, embora o termo “integração” sugerisse isso. Sobre Plínio e seu ensaio *Geografia sentimental*, o pesquisador diz “A nação e seus problemas apenas poderiam ser compreendidos por procedimentos não-rationais, [...] por meio da intuição e das emoções” (p.212).

Salgado conversa, a todo momento, com os personagens das regiões brasileiras. Faz uma espécie de ode aos tipos humanos locais, destacando seu folclore, sua natureza, seus rios, lagos e florestas. O geográfico, como uma soma da natureza selvagem com as ocupações humanas, dialoga a cada instante com o narrador, compartilhando emoções em comum. O autor se coloca como um viajante a desbravar todas as regiões brasileiras, “tomei banho na água do S.Francisco. Andei de canoa no S.Francisco. Bebi água no S.Francisco. Agora me sinto mais brasileiro.” (1937, p.124).

Para chamar a atenção do leitor, Salgado refere-se ao mapa que via quando criança como o verdadeiro Brasil, usando inclusive o pronome oblíquo “te” para se aproximar dialogicamente da representação cartográfica. O Mapa era como um importante personagem da sua vida, “Só mesmo no mapa, Brasil, posso apanhar-te inteiro. Quando menino, impressionavam-me teus rios e montanhas que eu fazia com lápis marrom como fileiras de carrapatos” (1937, p.15). Geografia e sentimento estariam ligados e seriam indivisíveis para os seus planos, pois a nacionalidade brasileira, naquela circunstância, obedeceria a uma ordem da metafísica do espírito: o anti-urbana e o anti-racional.

As múltiplas paisagens que se configuram nos espaços brasileiros provocariam uma dimensão existencial instável nos tipos humanos regionais, os quais sofreriam constantes transmutações em sua função social. Para salientar isso, há um trecho do ensaio que compara a mobilidade da América, do novo mundo, à imóvel e já fixa sociedade europeia:

Na Europa as populações são estáveis. Só se deslocam em massa para a grande aventura da América. Mas, nos seus países, fixam-se a aldeia e a gleba, como partes componentes da paisagem. O pastor dos Pirineus não irá transformar-se, por exemplo, num fruticultor da Provença, dos vales e das planícies. Só se metamorfoseará no novo mundo, podendo até ser comerciante. É que na Europa estão determinados e fixados os tipos regionais. Chega até mesmo a notar a preponderância dos fatores étnicos: no Rondano, a influência greco-latina; na bacia do Garona, o predominante ibérico; no vale do Loire, as características denunciadoras dos celtas. (SALGADO, 1937, p.48).

Para o autor, as populações americanas seriam notáveis devido ao seu poder de mudança e instabilidade. Tudo isto decorreria da diversidade geográfica e populacional do continente. Defende a ideia de que alguns grupos estariam fadados às mesmas atividades em decorrência da sua localização e do tipo étnico que ali se instalou, como observado na última frase do excerto acima. Percebe-se que em algumas ocasiões ele irá defender determinados grupos étnicos em detrimento de outros, como é o caso da sua intencionalidade em colocar o paulista como líder e carro chefe do Brasil.

Quanto à estrutura do livro, ele é dividido em 10 capítulos, distribuídos em 167 páginas.

Tabela 1. Distribuição dos capítulos do livro “Geografia Sentimental”

Nome do capítulo	Assunto abordado no capítulo
1. Mapa do Brasil	Tentativa do autor em apresentar um aspecto geral da geografia do país, retratando os rios e as montanhas.
2. A minha Terra é linda	Enaltece a diversidade brasileira a partir dos tipos regionais.
3. Canção de maio	O fortalecimento das ideias anti-cosmopolitismo.
4. O poema lírico das estradas de ferro	A unidade brasileira como necessária ao desenvolvimento da nacionalidade. Comparação Europa e Brasil.
5. Marcha batida	O culto a bandeira e ao militarismo.
6. Nossa terra	As culturas paulista, baiana e mineira como construtoras de significados nacionais.
7. Na zona dos Sambaquis	O homem pré-histórico brasileiro e os percursos metafóricos dos rios até chegarem ao mar.
8. Alma das tradições	O folclore e as festas tradicionais como representantes da nacionalidade.
9. O rio sagrado	O rio e a familiaridade das populações sertanejas.
10. Ouro Preto	Construção de símbolos nacionais a partir de algumas regiões brasileiras.

Fonte: informações retiradas de SALGADO, 1937.

Ao visualizarmos os capítulos por inteiro, percebemos que eles estão organizados de acordo com a proposta de Salgado para se conhecer o Brasil. Uma espécie de incursão pelo mapa, passando por estradas de ferro, rios e paisagens naturais. Uma busca incessante pelos espaços isolados nacionais, cujo objetivo seria a integração territorial. Em seu discurso as tradições também teriam papel importante, pois dariam sustentação às novas perspectivas culturais através da mistura dos diferentes modos de vida.

Todos esses valores teriam sua orientação, vale lembrar, nos ideais irracional, anti-cosmopolita e, por consequência, no exagerado culto do ruralismo.

A união do Brasil através do sentimento de pertença exerceria papel tão forte na obra analisada que, na capa do livro, notamos a cidade do Rio de Janeiro representada³⁶.

Imagem 5. Ilustração da capa do livro, 1937.

No campo das representações, a imagem acima tem um aspecto incomum. Em sua biografia, Salgado teceu inúmeras críticas ao Rio de Janeiro, alegando ser esta cidade, e muitas outras litorâneas, a porta de entrada da cultura estrangeira. No entanto, o Rio de Janeiro era a capital federal. Salgado precisava diminuir a imagem de anti-carioca criada ao longo das décadas de 1920-1930 e, no nosso entendimento, a ilustração principal do seu livro teria esse papel: atrair a atenção dos seus críticos para sua suposta mudança.

³⁶ Na obra *Marcha para oeste*, de 1934, Salgado define o Rio de Janeiro como uma cidade propensa ao estrangeirismo, à corrupção e à degradação.

Como uma das apresentações principais do ensaio, o tema herói nacional está contido em quase todos os capítulos, seja de maneira indireta (enaltecimento das paisagens culturais de Ouro Preto, por exemplo) ou de forma mais direta (reconstrução da história brasileira em torno da figura do bandeirante paulista). Para o autor, deveríamos ter mais figuras nacionais fortes, como as europeias:

Nosso patriotismo é diferente do de outros povos. Nação infantil, falta-nos, como em França, o alto culto trágico do pavilhão nacional. Não temos aquele misticismo gaulês que se aureola em Joana D'arc, e subtiliza-se no sentimento heroico que envolve o Pantheon e o sarcófago do 'soldado desconhecido'. Nem o culto épico dos exércitos germânicos que marcharam com pés de ganso como uma população descida dos Niebelugem, levando as águias pretas da conquista; ou a força da tradição remontante aos séculos de Roma que conduz o povo italiano desde Cavour a Mussolini. (SALGADO, 1937, p.63)

Neste excerto, notamos três principais idiossincrasias que sustentariam o nacionalismo salgadiano: a primeira teria uma dimensão metafísica superior, em que o ser humano estaria conectado a uma imaterialidade religiosa, o misticismo; na segunda, a centralização territorial se faria a partir de um Estado militarizado e ao culto dos "heróis de guerra", surgiria a figura do soldado; e por fim, a terceira via, a título referencial, o autor invoca como um modelo de país a ser seguido, a Itália de Mussolini.

Estes três pilares amparariam os planos do autor. Ele tentaria criar um paradigma nacional com base em pressupostos católicos e autoritários, tendo como direcionamento inspirador a estrutura político-social da Itália de Mussolini. Essa "forma" moldaria a sociedade brasileira e, como análise do discurso geográfico e de suas representações espaciais, este ensaio, assim como os outros livros analisados, seria um dos veículos de comunicação do autor com a população letrada da época, propagando sua ideologia. A inspiração fascista de Plínio Salgado tentaria se justificar na miscigenação como fator positivo a criação de uma nova sociedade. No entanto, tal ideário basear-se-ia em pressupostos segregacionistas, na medida em que a população encarregada desse fim seria aquela nascida no planalto do Piratininga, os paulistas, descendentes dos bandeirantes. O rompimento com a história, e o exagerado culto às representações geográficas paulistas, eram mecanismo eficazes na construção ideológica do autor, porque criariam condições essenciais para um nacionalismo grosseiro e caricaturado.

A Geografia nos une?

A partir de agora tentaremos analisar as situações contidas no ensaio que transparecem, ou sugerem, uma geografia unificadora dos povos. Salgado deixa claro seu objetivo de elevar as representações geográficas brasileiras a um *status* superior de compreensão. Ele tenta implantar uma geografia sentimental e irracional no imaginário do leitor.

Em *Geografia sentimental*, o diálogo do narrador é com o geográfico. Para a voz do texto, o brasileiro deveria estabelecer uma relação próxima com os rios, florestas e serras, ou seja, com os espaços naturais, pois a “Sua geografia deve constituir um poema. A interpretação do sentido nacional” (1937, p.7). É justamente nesse sentimento nacional que Salgado irá se debruçar em toda narrativa do livro. O “geográfico” e o “nacional” se complementariam enquanto forças convergentes na constituição do Brasil.

As representações geográficas seriam descritas de acordo com a sua característica regional, embora, no primeiro capítulo, Salgado escreve “Brasileiros de todas as Províncias, de todos os partidos, de todas as crenças, de todas as cidades, povoados e sertões. Este livro foi escrito devagar e com amor. Pus nele todo o meu afeto pelo Brasil”. (1937, p.7). Para ele, o Brasil era um grande quebra-cabeça, no qual cada peça tem sua importância, tem seu lugar e, unidas, elas formariam a face do país.

Ao descrever os aspectos físicos de cada região, Salgado demonstra sua predisposição em valorizar o natural em prejuízo do humano,

Pelas montanhas de Minas, pelos planaltos de São Paulo, pelos Chapadões do Nordeste, pelas campanhas de Goiás e Mato Grosso, pelos sertões da Amazônia, pelos platôs do Paraná, pelas coxilhas gaúchas, perpassa o mesmo espírito de candura, quando as primeiras estrelas cintilam a hora de Angelus. (1937, p.35).

Sob uma aura mística e romantizada, o geográfico estaria acima do humano por uma questão básica; para o autor, as sociedades se desenvolveriam de acordo com o espaço ocupado. Determinadas características naturais favoreceriam o tipo de convívio entre os seres humanos. Por isso, para Plínio Salgado haveria uma função específica de cada região para a manutenção do Estado-Nação. Por exemplo, enquanto os brasileiros do sul e sudeste teriam o papel de expandir as fronteiras do país para o oeste, os do norte e nordeste protegeriam o litoral das possíveis invasões estrangeiras. Logo,

afirmava que São Paulo desenvolvera um novo tipo de agricultura, “plantador de cidades”. Nessa passagem percebemos novamente a unidade territorial (a região) sendo usada como condição inata às peculiaridades da população. O homem como produto do meio e as circunstâncias naturais determinariam a sociedade.

Para Plínio conhecer o Brasil era conhecer sua geografia. E nesta viagem pela imensidão dos espaços brasileiros, as estradas de ferro (ou ferrovias) seriam os caminhos mais promissores,

Vagões empoeirados que vão para os Pampas, estradas largas de tropas, pelas montanhas do Centro e do Norte; barcaças de rodas rodando, arrastadas pelo sol, pelos barrancos verdes [...] Trenzinhos do nordeste; ‘jardineiras’ e ‘sopas’ nos chapadões; canoas e remos, e Fords, e carros de bois. A geografia ensinou-nos que não há como o Brasil, (SALGADO, 1937, p.13-14)

Todas estas descrições remontam a uma ideia: o verdadeiro Brasil deveria ser o rural. Nessa concepção, rural tende a simbolizar uma pureza não corrompida pelo cosmopolitismo, pelo capitalismo que se desenvolveu no período da colonização até aquele momento. Não obstante, o nacionalismo preconizado por Salgado geraria reflexos no pensamento integralista de sua política ultraconservadora. Bosi (2006, p.397) discorre que “[...] o integralismo foi o sucedâneo daquele nacionalismo abstrato que, em vez de sondar as contradições objetivas das nossas classes sociais [...] preferiu fanatizar-se pelo mito do Sangue, da Força, da Terra, da Raça e da Nação”. Como bem definido por Bosi, o nacionalismo salgadiano anulava toda contradição das classes sociais do país, por isso a exclusão da história, para fanatizar-se em volta do mito bandeirante.

Lembre-mos que um dos intelectuais do final do século XIX que mais influenciou o pensamento de Salgado foi Alberto Torres³⁷. Plínio afirmava que este autor era leitura obrigatória para quem se propusesse a conhecer o Brasil. Tamanho era o seu apreço que Carpeaux (1968, p.355) diz “É autêntica figura de precursor: seu pensamento influenciou sobretudo naquele grupo de modernistas que evoluiu, politicamente, para a direita.” Tema controverso, o nacionalismo de Torres pode ter sido uma das principais fontes inspiradoras do Integralismo.

³⁷ Alberto de Seixas Martins Torres, político e jornalista. Nasceu em Porto das Caixas, Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1865. Morreu na cidade do Rio de Janeiro em 29 de março de 1917.

No nosso entendimento, o discurso de enobrecer a geografia tem uma dimensão mais ampla do que possamos imaginar. Por detrás desse enunciado, há uma ideologia conflitante que remonta ao período no qual o autor está inserido. O integralismo, nos planos de Salgado, seria a base ideológica desse novo Brasil supostamente unido.

Como parte da sua proposta, a geografia (representação geográfica), nesse caso, entraria como mecanismo legitimador de suas convicções político-territoriais. Até mesmo ilustrações contidas no ensaio demonstrariam essa intenção.

Imagem 6. Locomotiva cortando o interior do Brasil (SALGADO, 1937, p.46).

Observamos acima a locomotiva que corta a geografia rural do interior. Em sua configuração simbólica, acreditamos que o trem represente a modernidade, a prosperidade, a relação campo-cidade no tocante ao desenvolvimento nacional. Os postes de eletricidade e, ao fundo, uma pequena fazenda, nos permitem interpretar a mescla entre o passado e o futuro. Os morros, os campos abertos e as estradas de terra possuem uma intencionalidade evidente: retratam o sertão. Sabemos que Salgado se aproximava do ideário rural. No entanto, ele não poderia negar as mudanças que estavam ocorrendo no país. Como observaremos mais adiante, as outras ilustrações também sugerem uma possível harmonia entre esses dois mundos conflitantes: o rural e o urbano.

Em outro trecho do ensaio, Salgado deixaria transparecer seu posicionamento quanto à relação espaço geográfico/homem, pois destacou a submissão do segundo (Homem) para com o primeiro (Geográfico), usando a locomotiva como veículo metafórico da modernidade. “As conversas dos passageiros refletem toda uma

psicologia agrícola, refletem, no diálogo dos negócios e das preocupações, todo um temperamento de um aglomerado humano modelado pelas fatalidades econômicas.” (1937, p.48). “As fatalidades econômicas” demonstrariam uma das ideias centrais no discurso de Salgado. O crescimento exagerado das cidades e o constante avanço do capitalismo desencadeariam a artificialização da sociedade brasileira; sociedade esta propensa ao desenvolvimento agrícola no interior do espaço rural, na concepção de Plínio. O Brasil não poderia fugir da sua condição “naturalmente rural”.

Podemos concluir que no livro analisado o geográfico teria um papel fundamental na criação de um nacionalismo. Isso porque ela sustentaria as diversas singularidades regionais de um país continental e introduziria na psicologia do indivíduo um sentimento orgânico com o solo. Esta geografia, na obra de Salgado, ganharia funções próprias, dialogaria a todo o momento com o narrador, em uma troca constante de sentidos. O espaço geográfico não se apresentaria somente como uma descrição do observador (objeto-sujeito), mas também como observador do próprio narrador (sujeito-sujeito). Todavia, tomemos cuidado! Essa composição atrativa carregava uma intencionalidade clara: conectar a sociedade dispersa do país a uma suposta unidade nacional, sem fundamentação histórica. E todo discurso patriótico anacrônico é perigoso.

Entre a magia do espírito e a construção sónica do espaço

Nessa etapa do trabalho, nosso enfoque se dará na compreensão dos signos criados por Salgado para legitimar sua ideologia. Além disso, investigaremos como estes signos estavam ligados com a dimensão geográfica, e como eles dialogavam com o espaço pensado para ser irracional.

Como o objeto da dissertação é a análise do discurso geográfico contido em obras literárias, buscando relacioná-lo com o contexto e o sentido da sua produção, entendemos que os enunciados socialmente construídos (neste caso, o livro) apresentam-se carregados de estruturas sónicas.

Em perspectiva bakhtiniana, (2014, 2011) todo signo é direcionado a alguém, passa uma mensagem. Este “alguém” não necessariamente é uma pessoa. E mais, o signo não pode ser separado do contexto social e ideológico em que foi criado. Ele responde a um diálogo interacionista. Logo, todo signo é ideológico.

Em *Geografia sentimental* o espaço geográfico é o sujeito que dialoga com o narrador, podemos supor, então, a imprescindibilidade em se construir, através do uso de imagens e textos, sentidos no discurso de Salgado.

Por exemplo, se por um lado o autor vangloria os países europeus por terem construído as figuras dos seus heróis nacionais, por outro, alerta o viajante que quer se aventurar no Brasil, mostrando-lhe o perigo em caminhar pelo desconhecido, “Cuidado, ó viajantes, que andais despreocupados pelos campos e serras do meu Brasil, entrando e saindo, imprudentemente, nas cidades pequenas. Cuidado! Muito cuidado com a cidadezinha que vos arma a cilada do destino!” (1937, p.32)

Ao chamar a atenção do viajante, ele impõe um certo limite a ser respeitado pelo estrangeiro. Novamente o espaço geográfico estaria representado pelo seu recorte físico, serras e campos e, quando diz as “cidadezinhas”, podemos interpretar os povoados ou vilas do interior do Brasil. Tenta-se passar a imagem de uma natureza perigosa para quem não a conhece.

Inúmeras vezes o autor constrói a ideia do Brasil como um organismo, dotado de sentimento e espírito. Um ser vivo que prescinde a uma organização racional. Notemos o trecho no qual ele explica a função da geografia humana: “A geografia humana só se compreende quando a vida começa a ser vivida. À ingenuidade das impressões meninas sucede a grande ternura que compreende a cartografia da vida sentimental e espiritual do país” (1937, p.18). Logo, a geografia humana só seria pensada por aquele que já tivesse atingido um grau de maturidade e, tendo essa premissa evidente, nem “todos” compreenderiam a complexidade do Brasil. A pergunta a se fazer nesse caso é a seguinte: quem são esses “todos”? A quem esse discurso é direcionado?

O problema se mostra tão profundo que precisamos sempre ter em mente dois pontos: o primeiro que ele iria se candidatar no ano de 1937 e precisava diminuir essa imagem de defensor apenas das demandas paulistas (embora isso não fosse muito claro); segundo, como citado no começo desta análise, Plínio Salgado levantou muitas polêmicas no campo da política e literatura e, por consequência, intelectuais não simpatizantes ao seu pensamento se multiplicavam.

Estes intelectuais que usavam os óculos teórico-metodológicos franceses para entender a sociedade brasileira (se bem que Salgado também o fizesse) foram criticados da seguinte forma: “Tu brasileiro culto, se já te libertaste das doutrinas ridículas de um

internacionalismo impossível [...] a fé única nos atropela da nossa agitada formação e da nossa difícil organização.” (1937, p.66).

Se *Geografia sentimental* é um livro da fase política de Plínio, notamos reminiscência dos conteúdos defendidos pós Semana de Arte Moderna 22, pelo menos no que diz respeito à recusa da cultura importada do continente europeu. Por isso o autor transferia parte da culpa do atraso do Brasil aos “homens cultos” que ainda teimavam em enxergar o país com olhos estrangeiros³⁸.

Essa nova brasilidade seria dada pela amálgama da geografia humana com a geografia física, cujo substrato se cristalizaria na formação de paisagens nacionais simbolizadas nas ilustrações do livro.

Imagem 7: Representações das igrejas de Ouro Preto, Minas Gerais, no período da colonização (SALGADO, 1937, p.105).

No decorrer de cada página do livro, Salgado vai nos mostrando as paisagens possíveis que julga formar o Brasil. Seguido sempre de uma explicação a-histórica, cujo aspecto descritivo decorre de uma fluidez emocional, ele nega qualquer explicação

³⁸ Ainda que houvesse essa questão contra a cultura estrangeira, ela se dava muito no discurso retórico. Isso porque nos anos de 1934 a missão francesa acadêmica foi a primeira a dar característica universitária para a recém Universidade de São Paulo e, depois, em 1935, para a Universidade do Distrito Federal. Esta discussão já foi brevemente analisada no subcapítulo 1.1.

lógica da formação territorial do país e transmite uma mensagem de harmonia entre o monumento humano, a igreja, e o monumento físico, a natureza.

Espio Ouro Preto de todos os pontos, por todos os lados, tomando todas as perspectivas. É a mais linda cidade que já vi no Brasil. [...] feita especialmente para romances. Os romances que nunca se escreveram. Foi feita de encomenda para Shakespeare; poderia, também, ser utilizada pelos poetas simbolistas. E, também, para as novelas rubro negras de capa e espada. (1937, p.137).

E complementa,

As bocas negras das minas estão abertas a duzentos anos, como gritos de treva da terra espantada, como gritos dos séculos mortos, petrificados diante do trem que avança, com apitos e rumores de ferro nos trilhosos sonoros e as exclamações dos viajantes. [...] igreja, as montanhas olham umas para as outras. Fina e leve, prateada de raios do sol, a garoa está empoando a cidade dos tempos de Luiz XV e D. João V. Igrejas. (1937, p.135)

Nos fragmentos dos textos acima Ouro Preto, ou a paisagem que a representa, seria um cenário perfeito de romances e histórias fantásticas. Nota-se que é uma cidade que “poderia ser”, “mas nunca foi”; um potencial acabado pela natureza, porém, inexplorada pelo homem. No entanto, em uma das poucas referências de Salgado a um possível contexto histórico, o autor descreve de forma metafórica a exploração de metais preciosos no período colonial da cidade³⁹.

As “minas abertas” se configurariam como feridas, ou cicatrizes, na geografia de Ouro Preto. A natureza estaria violada, no entanto, resistente ao tempo. Esse processo de heroificação da natureza nos leva a identificar o ideológico no discurso de Plínio. Isso porque, como discutido anteriormente, ele preconizava a necessidade de se ter heróis nacionais semelhantes aos europeus e, não obstante, aos poucos ele introduz que esse herói poderia ser a geografia, unificadora das regiões.

Quando o autor compara os rios dos Estados Unidos e do Brasil, sempre se pronunciaria a favor do nacional, desconsiderando qualquer aspecto científico na análise, “O Niágara e o Mississipi ganharam minha grande antipatia quando aprendi o volume de um e a extensão do outro. Felizmente tínhamos o Igassu.” (1937, p.15). Se

³⁹ A fundação da cidade de Ouro Preto ocorreu em 1711, em decorrência do arraial do padre Faria e outros arraiais, tendo recebido o nome de vila Rica. A cidade tem uma história de relevância para o quadro nacional, isso porque serviu de cenário para vários conflitos da época, dentre eles, o mais importante e significativo foi a inconfidência mineira. Foi no século XVIII a mais importante cidade de exploração de ouro no país.

pensarmos que nas décadas de 1930 as informações sobre o Brasil eram totalmente restritas, limitando-se a jornais e rádios, o livro de Salgado criaria na imaginação do seu leitor uma “geografia fanática”, quase mágica, assentada em preposições ideológicas e tendenciosas. Daí dele usar o recurso do confronto com outras geografias mundo afora para legitimar o seu discurso.

Agora, olhemos bem as ilustrações (imagem 7). As igrejas exibidas fazem parte da paisagem da cidade. Estão fincadas nas margens dos morros com se fizessem parte da própria natureza. Para o monumento nacional, esta natureza iria reagir pacificamente, adotando-o como integrante do todo paisagístico; isso não ocorreria, a título de exemplo, com o estrangeiro, para o qual a natureza seria devastadora e hostil.

Diante dos processos de apropriação de elementos ideológicos, Salgado planejava seu discurso, *a priori*, baseado em um espaço geográfico físico quase que apolíneo⁴⁰ e dionisíaco⁴¹.

Os espaços geográficos representados no interior da obra, e seus componentes físicos e humanos, ora se manifestariam como um culto à arte, a inspiração de poetas, romancistas, pintores, músicos, como um altar contemplativo da beleza divina, analogia a Apolo; ora estes mesmos espaços seriam deleites perigosos, exagerados, de delírio quase ébrio para quem não os soubesse interpretar, numa similitude a Dionísio.

Diante do exposto, chegamos a uma parcial conclusão: no livro *Geografia sentimental* as representações espaciais ganham estruturas dicotômicas, cuja natureza possuiria vontade própria e escolheria quem poderia vivenciá-la. Ela é o sujeito da ação.

⁴⁰“**Apolo (G. Apôllon).** Filho de Zeus e de Letó e irmão gêmeo de Ártemis. Amada por Zeus que a fecundou, Letó, após a perseguição da ciumenta Hera, por toda a terra, deu a luz a Apolo e a Ártemis na ilha até então flutuante chamada Ortígia (o único lugar que a acolheu), que logo após o nascimento de Apolo se fixou no fundo do mar e passou a ser chamado de Delos, brilhante. Apolo era o patrono da profecia, da arte de usar o arco e flecha, da juventude e da medicina, sendo também o Deus da claridade e aparecendo às vezes como a divindade protetora dos rebanhos. Inspirador dos adivinhos, seus oráculos sempre obscuros e ambíguos, geralmente em versos; Apolo inspirava também os poetas, partilhando esta última função com as musas, porém o caráter da sua inspiração era mais sereno.” (KURY, 2003, pp. 36-37)

⁴¹“**Dionísio (G. Diônysos),** Filho de Zeus e de Semele (filha de Cadmos e de Harmonia). Quando Zeus uniu-se a Semele, esta pediu-lhe para aparecer com todos os seus poderes. Querendo ser-lhe agradável, Zeus concordou, mas Semele, não suportando o fulgor dos raios empunhados pelo amante, morreu fulminada. Dionísio também chamado de Baco, era considerado um Deus das videiras, do vinho e do delírio místico. O culto dionisíaco também penetrou na Itália e disseminou-se de tal forma que no século III a.C o senado romano preocupado com sua licenciosidade, proibiu a celebração dos bacanais.” (KURY, 2013, pp.110-111).

Adaptados à geografia, os personagens humanos exerceriam papel fundamental nos planos ideológicos do autor. Esses tipos ideais estariam vinculados ao solo, a terra, a montanha, o planalto, a planície, ou seja, às singularidades físicas de cada região e esta singularidade lhes proporcionaria características únicas,

Esses rudes caboclos que galopam, sol a pino, a perseguir o gado; esse ásperos tagedores de tropas e carregadores de carros; esses brutos, cuja enxada morde a gleba; esses remeiros das grandes caldais, ou esses indômitos peões que cavalgam as ondas verdes a luz do equador” (1937, p.26).

Em nossa análise do discurso, vamos pontuar a conexão orgânica do elemento humano com a natureza. Um elo de sangue que criaria uma cultura tão diversa que as cidades e vilas viriam a ser um reflexo de todo esse emaranhado narrativo, “Agora, são as cidades, as aldeias, os povoados que nos interessam. Costumes e lendas, cantigas e rezas [...], maxixes, macumbas, casórios”. (1937, p.26).

Imagem 8: Paisagem simbólica/sintética do Brasil (SALGADO, 1937, p.13)

Nota-se na ilustração todos os elementos que comporiam o país: casa de campo, locomotiva, carroça, carro e ônibus, rio e canoa, todos eles em um mesmo plano. Dialogam a partir de julgamentos pré-estabelecidos com o espaço, o qual teria uma disposição a ser rural. Logo, o sentido da geografia como uma ciência é esvaziado e

preenchido por pressupostos ideológicos do autor enquanto indivíduo, mas também pertencente a um grupo social que almejava pensar o nacional. Entendemos o discurso científico também como uma forma ideológica de enxergar o mundo, compartilhada por um grupo em comum.

A imagem e o conceito concernem num sentido mais amplo. A geografia amorosa e a geografia punitiva têm seu sentido apenas no interior da lógica discursiva do autor. Formam um signo que utilizam a mesma imagem (o espaço geográfico), porém com conceitos diferentes. Assim sendo, jamais podemos separar o signo da sua produção e contexto social, do contrário estaríamos modificando sua natureza semiótica. E isso seria cometer um erro analítico terrível, afinal, entendemos que os sentidos se dão através da interação social e não de maneira arbitrária.

São Paulo como espaço central no Brasil: *Hinterland*

O uso de certas palavras para definir uma situação, um lugar ou uma cidade é recorrente na literatura de Salgado. Dentro dessa lógica, percebemos várias referências do autor a São Paulo como a *hinterland* do Brasil. Antes de prosseguirmos com a análise, precisamos entender o significado desse termo.

A palavra *hinterland* é conhecida desde o início do século XX. Sua definição não é padronizada e, tanto na literatura acadêmica quanto em estudos dos profissionais do mercado financeiro, ela sofre modificações essenciais de sentido. Em geografia urbana, é uma área portuária interligada por várias redes de transporte, concentrando uma grande atividade comercial. No entanto, também podemos dizer que a palavra é usada para as cidades não portuárias, mas com um grande potencial econômico que se localizam no interior dos países. Débora Assumpção e Lima (2015, p.99) defini *hinterland*,

[...] primeiramente como sertão: um espaço para a expansão, incorporação aos fluxos econômicos ou a uma esfera de poder que ainda lhe escapa. Em movimento do (des) conhecido foge a própria expansão da fronteira, já que os movimentos de incorporação são planejados, seguindo dialogicamente os movimentos da franja pioneira, do movimento de incorporação e consolidação do mercado de terras como descrito por Monbeig. A marcha para oeste foi um marco para a expansão da fronteira agrícola [...]

Para Plínio o sertão (oeste) do Brasil deveria ser cultivado como a unidade pura do verdadeiro espírito nacional. São Paulo teria o papel de convergir para si o “melhor do país” (os costumes, os modos de vida, as crenças) e transformá-lo no nacionalismo bandeirante. Ele usa a figura histórica do bandeirante paulista para canalizar seu discurso racial em torno de uma aura mítica, “foi, de certo, escutando o saci que os bandeirantes caminharam. E o panorama foi se desdobrando, desdobrando [...] era um mistério sem fim.” (1937, p.16). O espaço geográfico de São Paulo criaria um culto ao herói, vinculado e adaptado ao meio no qual está inserido. Este personagem aparece no ensaio como um ser encarnado nas forças da natureza, sua narrativa confronta o mundo real e o mundo fantástico. A interiorização do país teria sido através do pensamento mágico⁴².

Ora, se no ensaio Salgado buscava uma comunhão entre as “geografias” do Brasil, por que ele ainda colocava São Paulo como a principal unidade cultural do país? E nesse momento que destacamos duas contradições em seu discurso: a primeira, de caráter narrativo, em que ele descreve várias regiões usando aspectos sentimentais para interpretá-las, afirmando ser essencial conhecer os espaços geográficos nacionais. No entanto, ele anula as junções históricas na construção desta identidade. Já o segundo contrassenso diz respeito à valorização do sul, em especial São Paulo, na formação da unidade nacional. Embora o autor fosse contra o cosmopolitismo, enobrece a forte economia da cidade e de seu poder transformador de raças,

No Brasil é tudo instável. Em São Paulo, por exemplo, a Pátria Brasileira mistura-se na confusão unificadora do tipo futuro. Por isso, em nossas viagens por estradas de ferro, as diferenciações evidenciadas são feições apenas econômicas no tocante aos agrupamentos, porém, são profundas no confronto dos homens. (1937, p.49, grifo nosso).

O termo sublinhado acima nos permite pensar muita coisa. Esse “tipo futuro” poderia ser os novos brasileiros, produto da interação entre todas as regiões e, inclusive, dos estrangeiros, na nova dinâmica nacional. As tradições seriam preservadas, mas a inevitável miscigenação dos povos favoreceria o surgimento de uma nova população. Só uma cidade teria força para sustentar essa ideia, no caso, São Paulo.

⁴² Em Visão do Paraíso, Sergio Buarque de Holanda reconstrói a história do território mítico brasileiro ao demonstrar o mito da conquista como fator imagético a uma “Geografia Fantástica”, afirmando que a expansão territorial brasileira se deu pela procura do Éden perdido. (HOLANDA, 1994, p.108).

A confluência dos comboios na estação da luz [...] Quem quiser ter a impressão de São Paulo, avizinhe-se dos trens que chegam do seu tumultuoso interior. A algaravia dos colonos: italianos, espanhóis, portugueses, lituanos, balcânicos; a prosa dos nossos caboclos; tipos queimados do sol que vieram da terra virgem de poeira fina, que enodoa, pregando-se a epiderme, fixando-se nos cabelos endurecidos, porque a terra brasileira se agarra com a volúpia agressiva de um amor de mulher. (SALGADO, 1937, p.51)

Novamente o trem é usado como metáfora do progresso. Agora ele carregaria as novas culturas que se mesclariam com a brasileira, novos povos, todos direcionados a *hinterland* nacional, “[...] o percurso do trem pelo nosso *hinterland*. Nas estações os esperam em festas. As moças vêm ver o comboio que leva rapazes; os rapazes vêm ver as moças.” (SALGADO, 1937, p.55).

O paulista teria força enquanto descendente do bandeirante que se miscigenou e se adaptou ao peculiar meio físico do planalto. Esse tipo social carregaria um idioma, entretanto, não na maneira de falar, mas sim no tipo de trabalho que exerce. Por exemplo, para os paulistas de Ribeirão Preto, ou das zonas dos cafezais em Sorocabana até o Paranapanema, o idioma seria o café. Já outras regiões falaria o idioma do algodão, do gado e do fumo. Essas atividades estariam relacionadas à cultura das diversas regiões de São Paulo, não apenas da capital, e todas têm um ponto em comum: são atividades econômicas. A dimensão ideológica de Salgado estaria no personagem principal de sua narrativa, e na principal ação econômica que ele considerava basilar para a sociedade brasileira: o *fazendeiro* e a *fazenda*.

Como consequência histórica do bandeirante, o fazendeiro seria o indivíduo organicamente moldado ao espaço geográfico paulista. E dentro das funções exercidas por alguns grupos na unidade nacional, Plínio proporcionaria a esse protagonista uma função, “plantador de cidades”.

A mentalidade, a consciência, a sensibilidade do fazendeiro de café divergem das características do estancieiro criador, ou o homem das pequenas glebas de policultura. [...] ele é o desbravador de sertões, do plantador de cidades nos extremos limites de Mato Grosso ou Paraná. (1937, p.50).

Logo, em uma espécie de cronologia determinada, o paulista se formaria como tipo humano regional a partir,

Do caboclo que pegou o machado e foi ver o bugre. O italiano foi no rastro e cultivou as cidades que estavam plantadas. O paulista inventou uma agricultura, plantador de cidades. As sementes de cidades estão embornal.

Derruba-se o mato, faz uma cova, joga-se a semente: a cidade nasce. Depois é só cuidar dela. As locomotivas, vagões, gondolas, fios telegráficos, autocaminhões, carroças, carroceiros, carregadores, gente suada, formigas que vem da fazenda até Santos, nos braços líquidos de Bertioga, abertos para a *Hinterland*. (SALGADO, 1937, p.82-83).

A paisagem que se vai tecendo no imaginário do leitor é a de que São Paulo se encarregaria além de expandir o país para oeste, também de produzir uma nova sociedade, modelo a ser seguido pelas outras regiões. Recontaria a história do Brasil a partir da sua própria.

Nesse contexto, para o autor a *Hinterland* brasileira conteria em si a contradição e a mudança necessárias para consolidar a nação. A narrativa do ensaio sugere uma viagem pelas diversas “geografias” do país, tendo como parada final a cidade de São Paulo. O discurso do autor na obra analisada transfigura-se na autoconsciência dos problemas sociais que estavam ocorrendo na década de 1930 e subjuga a história como construtora de sentidos nacionais. O espaço geográfico é representado como sujeito no diálogo com os personagens, porém vazio de teor crítico.

A visão harmônica salgadiana da geografia se transformou em pressupostos irracionais e ilegítimos, uma vez que recortou o Brasil a partir de estruturas físicas e humanas. A natureza romantizada preservaria a imobilidade de alguns valores sociais intrínsecos ao modo de vida: o paulista conquista, o nordestino protege, o carioca festeja, etc. Segundo Chasin (1978), o nacionalismo de Salgado esconde suas reais intenções: implantar um modelo político extremamente autoritário. Diante disso, em *Geografia Sentimental* percebemos a construção de metáforas e discursos indiretos como mecanismos retóricos, uma vez que o gênero literário de ensaio permitiu ao autor se aproximar do seu leitor, transmitindo toda sua ideologia.

3. Cassiano Ricardo: da escrita jornalística ao poeta inquieto

Homem de muitas faces, Cassiano Ricardo não se limitou apenas a um gênero literário. Da poesia no começo da carreira à prosa, ele capitalizou muito bem o espírito cultural de todos os períodos em que viveu. Do nacionalismo através da figura indígena em 1922, passando pelo regionalismo bandeirante até chegar, no final da carreira, à mudança estética do concretismo, Ricardo certamente tem uma posição ímpar no quadro intelectual brasileiro.

Nascido no mesmo ano que Plínio Salgado, em 26 de julho de 1905, na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, Cassiano Ricardo Leite era filho de Francisco Leite Machado, pequeno agricultor, e Minervina Ricardo Leite. Passou a maior parte de sua infância na fazenda Santa Tereza, propriedade do seu pai. Aos dez anos de idade, já sonhava em ser poeta e jornalista, publicando seus primeiros versos em um jornal manuscrito por ele mesmo, *O Ideal* (1904), que pertencia, nas palavras do próprio autor, “ao grupo escolar Olimpio Catão”, onde estudava.

Segundo Campos (2007), devido à sua família possuir influência local, encontramos os primeiros trabalhos do autor como poeta tanto no *Almanach* de São José dos Campos como em *O Caixeiro*, órgão dos empregados do comércio da cidade, todos assinados como “Cassianinho”.

Quando adolescente frequentou, em Jacareí, o Ginásio Nogueira de Gama; iniciou o curso de Direito em São Paulo e o concluiu no Rio de Janeiro. Sabe-se que no final do século XIX o Vale do Paraíba passava por um declínio econômico após o esgotamento do ciclo do café, possível explicação para Cassiano ter se mudado da sua cidade natal.

Publicou seu primeiro livro em 1915, *Dentro da Noite* e, dois anos depois, *A Flauta de Pan*, ambos muito bem aceitos pela crítica. No Rio de Janeiro, trabalhou como redator e cronista parlamentar do jornal *O Dia*, e, ao concluir o curso de Direito, resolveu expandir sua carreira no Rio Grande do Sul, permanecendo lá por quatro anos.

Voltou a São Paulo após a Semana de Arte Moderna de 22 e se tornou um dos seus líderes. Participou ativamente dos grupos *verde-amarelo* e *Anta*, ao lado de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Raul Bopp, Alfredo Ellis, entre outros. Entre 1923 a 1930, decidiu retomar sua atividade literária e trabalhou na redação do órgão de imprensa *Correio Paulistano*. Nesse período de efervescência criativa, publicou os *Borrões de*

Verde e Amarelo (1926), *Vamos Caçar Papagaios* (1926) e *Martim Cererê* (1928), obras que o ajudaram, em pleno fervor modernista, a ser eleito para a *Academia Paulista de Letras* ao lado de Plínio Salgado e Menotti Del Picchia.

Como o futuro de muitos intelectuais era previamente traçado, foi nomeado censor teatral/cinematográfico e, em 1928, entrou para o funcionalismo público. Assumiu o cargo de diretor efetivo em 1931 - a pedido do interventor Laudo de Camargo-, no Palácio do Governo; tornou-se um ano depois secretário do Governador Pedro de Toledo, tendo sido preso naquele mesmo ano por causa da Revolução Constitucionalista de 32 em São Paulo, remetido, como muitos paulistas, para a sala da capela, no Rio de Janeiro.

Após esse período conturbado, Cassiano Ricardo foi convidado pelo Governador de São Paulo Armando Sales de Oliveira⁴³ a auxiliá-lo em seu gabinete, chamando-o de “fiel servidor de São Paulo”. No ano de 1936 ele, juntamente com Menotti e Leven Vampré, fundaram a revista *São Paulo*; mesmo ano da criação da *Bandeira*: grupo intelectual fundado em defesa de uma democracia social brasileira contra os extremismos, sobretudo o integralismo de Plínio Salgado. Cassiano chamou para seu jornal grandes personalidades do Brasil, inclusive adversários políticos, para colaborarem com o desenvolvimento artístico nacional como, por exemplo, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Melo Franco, José Lins do Rego, Vinícius de Moraes, etc., numa atitude de não misturar literatura com política. Nessa fase, Bosi (2006, p.392.) alerta-nos sobre o estilo estético usado pelo autor em seus trabalhos, somado à temática mais recorrente observada em seus livros, “[...] as preferências de Cassiano Ricardo concentram-se cada vez mais na temática paulista que, de índio passa à bandeirante, e desta ao canto da penetração cafeeira até à vivência da São Paulo moderna.” Assumiu em 1937 uma cadeira na Academia Brasileira de Letras em sucessão a Paulo Setúbal.

Em 1940, publicou seu principal ensaio *Marcha para o oeste*, aclamado pela crítica, esta obra foi traduzida para diversos idiomas e recebeu, ao longo de suas edições, inúmeras críticas positivas de Richard M. Morse (1922-2001: Pensador norte-

⁴³ Eleito pela Assembleia Constituinte, exerceu o cargo de Governador entre 1934-1935. Engenheiro civil pela escola Politécnica, casou-se com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, dono do Jornal O Estado de São Paulo. Filiado ao Partido Democrático de São Paulo (PDS) participou da criação em 1932 da Frente Única Paulista (FUP) e, naquele ano, também participou da Revolução Constitucionalista. Durante sua gestão como Governador, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), projetada para ser um centro de excelência acadêmica. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales Acesso em 26/11/2015.

americano especialista em América Latina), João Frederico Normano (1887-1945: historiador econômico do antigo Império Russo), Roger Bastide (1898-1974: integrou a missão europeia de professores na recém-criada Universidade de São Paulo, em 1934), Georges Bernanos (1888-1948: escritor e jornalista francês), entre outros..

Como poeta, no período entre 1947-1950, publicou *Um dia depois do outro*, *A face perdida* e *Poemas Murais*, e entrou, definitivamente, na primeira linha dos poetas brasileiros. Foi eleito presidente do *Clube da Poesia* (1950-1953) e inaugurou um curso de Poética, o primeiro desse tipo no país, destinado a apresentar valores fundamentais à revitalização da poesia brasileira. Passou três anos em Paris como chefe do Escritório Comercial do Brasil. Durante sua permanência na França, escreveu mais dois livros no ano de 1956, *João Torto e a Fábula* e *o Arranhacéu de Vidro*, livros que, nas palavras do próprio autor, são representantes de uma nova fase.

Aparentemente, após os anos 60, Cassiano Ricardo demonstrou uma maturidade como escritor, abandonando os temas indígena e bandeirante. Enquanto força formadora de sua poesia, a estética em *Jeremias Sem-Chorar* (1968) foi transmutada para o linossigno⁴⁴, ou seja, não havia uma linearidade clássica no poema. Ele era disperso pelo espaço branco da folha, os versos eram soltos formando, muitas vezes, desenhos, característica notada também no Concretismo⁴⁵, movimento literário com quem Cassiano flertaria mais tarde.

Com o seu livro *Os Sobreviventes* (1971) – somado a toda sua obra intelectual no decorrer da vida – Cassiano ganhou, em 1972, o Prêmio Nacional de Poesia do Instituto Nacional do Livro, última grande honraria da vida. Morreu no dia 14 de janeiro de 1974 no Rio de Janeiro, sendo sepultado no Mausoléu da Academia Brasileira de Letras.

⁴⁴ Linossigno: modo de criar um poema sem o alinhamento linear clássico, dispondo os versos soltos ou formando um desenho, com o fim de criar um ritmo visual com o texto. <http://diconarionet.com/palavra/linossigno>

⁴⁵ Tendo como grupo de base Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pignatari, o Concretismo, nas palavras de Bosi (2006, p. 509-510) é: “[...] impôs-se, a partir de 1956, como a expressão mais vida e atuante da nossa vanguarda estética. [...] No contexto da poesia brasileira, o Concretismo afirmou-se como antítese à vertente intimista e estetizante dos anos 40 e repropôs temas, formas e, não raro, atitudes peculiares ao Modernismo de 22 em sua fase mais polêmica e mais aderente às vanguardas europeias. Os poetas concretos entendem levar às últimas consequências certos processos estruturais que marcaram o futurismo (italiano e russo), o dadaísmo e, em parte, o surrealismo, ao menos no que este significa de exaltação do imaginário e do inventivo do fazer poético.”

3.1 Análise do poema *Martim Cererê*, 1928

Nesta análise do discurso geográfico, não pretendemos aqui esmiuçar cada poema encontrado no livro. Afinal, essa pretensiosa tarefa seria impossível numa dissertação. A partir dos poemas mais significativos (no que concerne às representações geográficas), focaremos nosso trabalho.

Com a primeira edição no ano de 1928 pela editora Hélios (ilustrações de Di Cavalcanti), *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo se inseriu como uma das principais obras literárias do seu tempo. Esse poema épico-lírico, como Ricardo gostava de chamá-lo, transformou-se em uma das referências da literatura moderna na década de 1920. Ora, épico no sentido de construção de personagens a partir da perspectiva do próprio poeta, o qual salienta emoções, eventos e situações exteriores a ele mesmo, ou seja, o mundo está fora do *eu-lírico*, e lírico, porque embora o poema narrasse um desenrolar de eventos históricos, o faz sobre uma conjuntura mitológica, cuja subjetividade do poeta se une à própria narrativa do poema.

A edição analisada foi a 13ª da livraria José Olímpio, publicada no ano de 1974. Tal escolha não foi aleatória, uma vez que as publicações anteriores sofreram algumas pequenas mudanças, sendo esta a mais completa e com comentários do autor. Ao todo, são 78 poemas distribuídos em 188 páginas e mais os 3 últimos capítulos dedicados à entrevista dada de Cassiano Ricardo à editora José Olímpio.

Imagem 9: Homenagem da editora a Cassiano pelo prêmio nacional de poesia [1972] (RICARDO, 1974, p.56)

A obra se desenvolve sob uma roupagem nacionalista-paulista, ou como o autor gostava de dizer, “Brasileirismo”, em que a miscigenação das raças (branco europeu, indígena e negra africana) criaria um novo tipo social, o “Gigante de Botas” (bandeirantes). Em uma das citações do poema, Cassiano já destaca o sincretismo cultural na formação do Brasil:

Seu nome indígena era Saci-pererê. Devido a influência do africano o Pererê foi mudado para Cererê. A modificação feita pelo branco foi Matinta Pereira; e não era de estranhar (diz Barbosa Rodrigues, o seu ‘poranduba amazonense’) que ele viesse chamar ainda Matinta Pereira da Silva. Daí Martim Cererê. É o Brasil Menino, a quem dedico este livro de histórias e figuras. (RICARDO, 1974, p.2)

Diante da análise do discurso, a representação geográfica apareceria no momento em que o bandeirante se apropriasse dos “espaços vazios” do oeste, dando-lhes valores morais e éticos. O autor descreveu a *estória* do livro como simples e direta, cujos acontecimentos seguem esta ordem:

- 1-) a moça bonita morava na Terra Grande. Chamava-se Uiara.
- 2-) um índio quis casar com ela, mas a moça bonita exigiu a noite, porque tudo era sol (só Brasil).
- 3-) O índio descobriu que a noite estava dentro do fruto de tucumã – espécie de fruto proibido. Foi colher o fruto, mas abriu-o antes da hora, e pronto. Não pode casar com ela.
- 4-) Nisso chega um marinheiro, o homem branco, e se declarou candidato.
 - Vai buscar a noite
- 5-) Então o marinheiro partiu e foi buscar a noite. E trouxe a noite (a noite africana), no navio negreiro.
- 6-) Então a Uiara se casou com ele.
- 7-) Então nasceu desse matrimônio racial o gigante de botas, que sururucaram no mato.
- 8-) E que foram deixando por onde passavam o rastro vivo dos caminhos dos cafezais e das cidades. (1974, p.164)

Martim Cererê foi tão bem recebido pela crítica da época que entre os anos de 1928 até 1940 (lançamento de *Marcha para o oeste*, de Cassiano), houve mais 7 reedições. Em entrevista, o autor fala sobre o livro:

João Ribeiro o aplaude calorosamente, dizendo que o livro continha ‘páginas fulgurantes’, acentuando o seu caráter crioulo, ‘brasileiro até a medula; quase aborígene. Por sua vez, Júlio Dantas viu nele ‘uma admirável síntese étnica do povo brasileiro’. Carlos Drummond de Andrade o considerou, mais tarde, ‘uma peça clássica da nossa poesia brasileira’, e Guilherme de Almeida o classificou como ‘o livro da Gênese verde do nosso verdadeiro Antigo testamento’. (1974, p.160)

As críticas positivas certamente auxiliaram o livro a gozar de um prestígio literário em um período no qual a cultura brasileira estava fervilhando. Além disso, ele foi traduzido e publicado em vários países. Em Portugal, manteve-se o texto no original e a professora Elza Pacheco - em 16 de novembro de 1941 - ministrou uma conferência no CEFL (centro de estudos filosóficos de Lisboa) comparando o conteúdo lírico-brasileiro encontrado em *Martim Cererê* e *Macunaíma*, de Mario de Andrade. Em 1951 a obra foi traduzida integralmente para o castelhano em Cuba e publicada na Espanha pelo Instituto da Cultura Hispânica; alguns poemas também saíram em Húngaro graças a Paulo Rónai⁴⁶. As edições nos Estados Unidos ficaram a cargo da *Davidman, New York, The Dial Press*, em 1943; a versão em alemão saiu em 1938 pela *Teltschar* e na Holanda, a editora *Hélio Scarabôto* o lançou em 1952.

O Cassiano Ricardo da década de 1920 refletiu os temas levantados no ano de 1922, passando pelos mitos indígenas até chegar à epopeia paulista. Como bem destacado por Bosi (2006, p.392),

A partir de 1926 [...] o poeta, então ligado ao Verde-Amarelismo de Menotti, Cândido Motta filho e Plínio Salgado, entra de chofre no seu primeiro núcleo de inspiração realmente fecundo: o Brasil tupi e o Brasil colonial, sentidos como estado de alma primitivos e cósmicos, na linda sempre ressuscitável do paraíso perdido, habitado por bons selvagens.

Pois bem, podemos dizer que a dedicação de Ricardo aos temas *primitivo* e *cósmico* da raça se deu até o ano de 1940, com o lançamento do seu ensaio *Marcha para o oeste*, próxima obra que iremos analisar. Nesse percurso de 12 anos entre *Martim Cererê* (1928) e *Marcha para o oeste* (1940), identificamos o tempo e o espaço da produção nacionalista-paulista ricardiana e o sentido social do seu discurso: estimular a reflexão cultural em torno da identidade territorial do Brasil.

⁴⁶ Paulo Rónai nasceu em Budapeste, Hungria, em 1907 e morreu no Rio de Janeiro em 1992. Era Ensaísta, professor e tradutor. Foi professor do colégio Pedro II.

Imagem 10: Capa do livro frente e verso, 1974.

Na ilustração acima, percebemos a composição dos principais personagens criados por Ricardo, os quais descreveriam os diálogos acerca da formação do espaço brasileiro. Os estudos indígenas vão ser o traço mais forte da temática, devido, explica Ricardo (1974, p.159) à “influência do momento, o ‘indianismo’ do grupo literário – o da Anta – a que eu pertencia, em 1926, e que pugnava pelo estudo da cultura brasileira como base de ‘autenticidade americana’ [...]”.

A cultura brasileira seria forjada tendo como referencial o índio tupi, personagem que teria uma relação direta com o solo e um vínculo orgânico com a geografia representada. Esta, por sua vez, podemos chamar de ‘espaço de referência identitária’, a partir do qual se cria uma leitura simbólica que pode ser sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas que de qualquer forma emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade que, neste caso, é também uma identidade territorial. (HAESBAERT, 1997, p.24)

Uma das características dos enunciados socialmente construídos (a obra literária) está na apropriação simbólica de elementos sociais que constituem o imaginário e a cultura de uma determinada população, transformando estes elementos em materialidade discursiva e ideológica. Por isso, como bem nos lembra Lafaille (1989, p.118), “[...] la géographie ne voit dans le texte littéraire qu’un réservoir d’images géographiques”⁴⁷.

⁴⁷ A geografia somente vê no texto literário um reservatório de imagens geográficas. (tradução nossa)

As imagens no interior do poema não podem ser encaradas como uma mera descrição do espaço vivenciado pelo autor, pois do contrário, esvaziariamos seu sentido ideológico. Também não desconsideraremos o fato de que a representação do espaço pressupõe um sujeito que se aproprie dele. O que fazer, então?

Na perspectiva interdisciplinar, a *História do Pensamento Geográfico* ampara-nos a entender a expansiva dimensão do que é o saber geográfico. Ele se encontra para além do campo científico, fincado em materialidades subjetivas do ser humano e em signos socialmente criados.

Moraes (1991, pp.24-25) argumenta que há necessidade de “se reconhecer o estatuto ontológico da esfera da consciência e subjetividade, adentrando nos meandros da imaginação humana” para se apropriar do conhecimento geográfico produzido em outras épocas, e encarar o fato de que “o discurso sobre os lugares, revelador da consciência do espaço, do qual a Geografia é uma das modalidades”. Logo, a pergunta que devemos nos ater é a seguinte: qual é a geografia representada em *Martim Cererê*?

O próprio Ricardo (1974, p.178) indica-nos uma possível, porém não única, resposta, “[...] o sentido paulista de *Martim Cererê* não lhe tira o caráter de brasileiro; não, a meu ver, lhe dá esse caráter, de modo especial” como localização geográfica dos seus esforços cognitivos de apreensão do espaço total e simbólico de São Paulo; e mediante os inúmeros discursos sobre o espaço naquele período, a autor completa que seu poema “vem demonstrar a sociedade que esse senso paulista das realidades tem um profundo e sadio idealismo”. E é justamente nesse “sentido paulista” de “profundo e sadio idealismo” que se escondem os diálogos do autor com o espaço geográfico e, nos próximos subcapítulos, nos debruçaremos mais nesse assunto.

Épico no mar, lírico na Terra.

As representações geográficas em *Martim Cererê* se tornam mais claras a partir da metade do livro, quando o marinheiro vindo do leste (branco europeu) atracou no litoral paulista. No poema “Declaração de Amor”, percebemos elementos líricos que comporão o quadro de paisagens de Cassiano:

Eu vim do mar! Sou filho de outra raça.
Para servir meu rei andei a caça,
de mundos nunca vistos nem sonhados,
por mares nunca de outrem navegados.
Ora de braço dado com a procela,

ora a brigar com os ventos malcriados,
Trago uma cruz de sangue em casa vela.[...]

E agora, ó Uiara, eu sou um rouxinol.
Épico só no mar, lírico na terra,
quero gorjear a beira do regato
e o teu beijo colher, fruta do mato,
no teu corpo pagão quente de sol. [...]

Para sentir a glória de te amar,
lobo do oceano acostumado a tudo,
épico no mar, lírico na terra,
estenderei o couro de um jaguar
sobre este chão que ficará um veludo
mais verde, mais macio que o mar...
No mar, o bravo peito lusitano,
Em terra o amor em primeiro lugar.
(RICARDO, 1974, pp.30-31, *itálico nosso*)

Neste poema, a expressão “épico no mar, lírico na terra”, aparece pela primeira vez. O novo indivíduo que entra em contato com o espaço ainda virgem do Brasil (ou provavelmente, São Paulo), intocável e, até certo ponto, anamórfico, traz consigo características que se somariam na formação da sociedade. Esse “herói” teria sido aventureiro, desbravador, épico, vivido uma epopeia digna das grandes personalidades, como Homero em *A Odisseia*, uma história extraordinária no mar. No entanto, ao se apaixonar por Uiara (indígena), ele se vê pertencente ao novo mundo, negando a ânsia de viajar. Está, agora, preso à terra, lírico, sentimentalmente ligado ao solo e fiel às emoções.

Pois bem, a geografia do espaço vai sendo engendrada sobre uma narrativa sentimentalista da história colonial. A construção lírica de Cassiano Ricardo irá se misturar com a geográfica, uma vez que a união das raças transformaria a paisagem do planalto de Piratininga. O bandeirante, fruto desse contato dos povos, herdaria o “melhor de cada cultura”. Na passagem argumentativa número IV, ao situar o tempo e o espaço do poema, a voz do narrador diz: “Então a moça bonita casou-se com o Caraíba branco e pronto! Nasceram os Gigantes de Botas. Mamelucos que eram a soma de todas as cores. Com o sangue do índio mágico, de português lírico, de espanhol fabuloso, de africano resmungão e plástico”. (RICARDO, 1974, p.5).

Essa pequena referência acima possuiria um sentido polifônico (2014) bakhtiniano, ou seja, tem uma diversidade de vozes controversa no interior do texto. Os personagens organizam-se considerando a existência de outras obras para legitimar seu discurso e usam palavras com um largo atributo semiótico (signos). Lembremo-nos que,

embora seja um livro de poesias, *Martim Cererê* se assemelharia às epopeias homéricas e narraria a formação da sociedade brasileira através do mito tupi, como salienta o autor do livro, “[...] o Martim Cererê não é apenas paulista: é visceralmente brasileiro; não é apenas aborígene, é uma síntese étnica [...]” (1974, p.183).

Ao usar a palavra “mameluco” para designar o “gigante de botas”, no caso, os bandeirantes, percebemos a intenção do poeta em edificar as características da miscigenação como fator positivo para a ideia de nacionalidade. Vejamos o seguinte: a etimologia da palavra mameluco tem seu significado em português e relaciona-se à mistura étnica entre o indígena e o branco. No entanto, sua origem remete-se ao árabe, *mamluk*, que quer dizer escravo. Tomando cuidado para não cometermos anacronismos, no ano de 1250, os mamelucos constituíam uma casta militar mulçumana e, dentre os inúmeros contatos dos portugueses com os árabes, o termo ficou de uso comum para definir as pessoas aguerridas e perigosas, logo, os portugueses começaram a chamar os mestiços bandeirantes dessa forma (RAMINELLI, 1993).

Assim sendo, “mameluco” possuiria um valor socialmente construído, fixando-se em conceituações árabes e lusitanas, nas quais seu sentido estaria fora do texto e sua coerência no que o leitor achasse mais conveniente. Os bandeirantes, além de simbolizarem a miscigenação no Brasil, também adquiririam qualidades militares, heróis nacionais.

Lembremos que *Martim Cererê* representa a síntese dos povos que influenciaram a história do país. Diante desse fato, cada personagem da epopeia teria uma visão diferente da representação espacial, tendo em vista a proximidade nos diálogos assentados com o que seria geográfico.

O poema a seguir talvez seja o mais importante no que tange ao mitológico na expansão do oeste rumo à terra desconhecida e enigmática. Em “Informação sobre a serra de ouro” notamos os mistérios que certamente irão favorecer a ocupação do planalto:

Havia um grande rio
além do qual uma serra
que resplandecia lá longe
e era muito amarela.
Por causa do seu resplendor
A chamavam sol da terra.
E por muito temerosa
Ninguém passava perto dela.
(RICARDO, 1974, p.36)

Vejamos bem: enquanto transmissão oral, as minas de ouro de Potosí permearam o imaginário coletivo no período colonial. Esse pensamento mágico, sem uma base material na realidade, no mínimo estimulou grupos de pessoas a irem buscar a glória no desconhecido. O “resplendor” que emanava da serra cegaria o aventureiro que, ganancioso, se perderia na imensidão da floresta. O medo desenvolveria um mecanismo de proteção e, ao mesmo tempo, estagnação na sociedade rente ao litoral. Porém, com a mistura das raças e, sendo o índio conhecedor dos segredos da floresta, os bandeirantes seriam os mais adaptados a esse peculiar meio físico do sertão. O geográfico ainda está sob a sombra do racial.

Se em *Geografia sentimental* de Plínio Salgado entendemos que a geografia influenciou os tipos locais, em *Martim Cererê* ocorre o oposto, os frutos da miscigenação irão erguer a nova configuração espacial, compreendida como um processo de apropriação histórica do planalto. Recontar o sentido de “brasilidade” através da “paulistanidade” era, sem dúvida, um dos objetivos ideológico de Cassiano e do grupo literário ao qual ele pertencia naquele período (1928), como o movimento *Verde-Amarelismo e o da Anta*⁴⁸. No poema “VIII” podemos observar o encadeamento preciso da suposta conquista do espaço incógnito sertanejo,

Quedê o sertão daqui?
Lavrador derrubou,
Quedê o lavrado?
Está plantando café.
Quedê o café?
Moça bebeu.
Mas a moca, onde está?
Está em Paris.
Moça Feliz.
(RICARDO, 1974, p.6)

Sabemos que o autor nasceu em São José dos Campos, cidade que fica numa das principais regiões produtoras de café no século XIX, o Vale do Paraíba. Ele provavelmente viu as transformações sociais e econômicas que atingiram sua cidade,

⁴⁸ Ufanista, a escola da Anta tinha por principal finalidade a exaltação do Brasil e a hostilidade contra o estrangeiro. Esse animal foi escolhido como símbolo do movimento devido o seu caráter híbrido e possuidor de aspectos mitológicos para a cultura indígena tupi. E ainda destaca Bosi (2006, p.367) sobre os projetos políticos e ideológicos do movimento “[...] nada impediria que o nacionalismo da Anta se revelasse no parafacismo integralista de Plínio Salgado”.

não ficando alheio a esse fato. Devemos dividir a sequência de versos em duas categorias: a primeira refere-se à mudança na paisagem descrita, mostrando-nos a apropriação do “espaço vazio” para transformá-lo em algo substancial, relevante, com possibilidades de povoamento. Na segunda parte, a moça que “bebeu o café” já simboliza a riqueza desse tipo de cultivo e o desenvolvimento econômico da região, uma vez que só quem ia para Paris eram os filhos dos fazendeiros. Em uma sobreposição lírica, o espaço representado vai ganhando forma com o toque do ser humano, cuja poesia agrega a cada verso do autor elementos estético, histórico e geográfico. Tudo isso para a legitimidade do seu discurso regional buscando a totalidade nacional. Pensar o brasileiro sem o geográfico seria inconcebível.

Em *Martim Cererê*, o espaço teria sua construção concretizada sobre a perspectiva do sujeito que o transforma. Em “Ladainha”, notamos três momentos da formação do território brasileiro: no começo tudo era “Ilha cheia de graça/ Ilha cheia de pássaros/ Ilha cheia de luz”, depois, com a ocupação do espaço geográfico pelos indígenas, agora havia “Terra cheia de graça/ Terra cheia de pássaros/ Terra cheia de luz”, e, por fim, após a chegada das etnias negra e branca, teríamos o espaço edificado, o “Brasil cheio de graça/ Brasil cheio de pássaros/ Brasil cheio de luz” (1974, p.33).

O espaço evoluiria até atingir o *status* de país (Brasil), Ricardo nos aponta a dimensão do ser brasileiro, porque, dentro da categoria de análise geográfica, sob uma perspectiva tradicional, só pode existir um estado nacional a partir da união entre “estado e território, dois conceitos profundamente entrelaçados no mundo moderno, em que o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território” (MORAES, 2002, p.61). Somado a essa definição, as pessoas que vivessem sobre esse território também seriam parte integrante da constituição jurídica, política e cultural do território.

Em resumo, o contato do estrangeiro que vem do além-mar é, sem dúvidas, o início da formação territorial brasileiro na obra analisada, mesmo sendo sua localização no planalto do Piratininga. A seguir, veremos como os herdeiros dessa miscigenação foram construindo espaços, construindo cidades, como em *Martim Cererê* os bandeirantes se apropriariam do sertão transformando-o em uma unidade supostamente política e democrática.

Os sete “Gigantes de Botas” e o sentido paulista de nação

Quem eram esses bandeirantes que descortinariam o sertão? Cassiano Ricardo, ciente da necessidade da criação de personagens heroicos, pressuposto básico para a nacionalidade, dedicou sete poemas do seu livro aos “grandes paulistas”. Como recurso de manipulação ideológica, este mecanismo legitimaria o sentido do poema histórico, embora sempre com toques míticos, cuja criatividade eclética do poeta mesclaria o real com o poético, a magia com a ciência, uma forma bem brasileira de criar um discurso sobre a sociedade e o espaço, como sublinha Candido (2000).

Como sabemos, os “gigantes de botas” seriam os filhos de Uiara (índia tupi do planalto paulista) com o marinheiro português. Em “Raça Cósmica” observamos todo esforço empregado pelo autor para caracterizar estes personagens que, a princípio, não corresponderiam a nenhum fato histórico, mas são possuidores de generalizações. Além disso, novamente o elemento humano controlaria o “espaço vital”, o sertão, seu *habitat* natural, transformando-o numa unidade administrativa do Brasil e, simbolicamente, porta de entrada para o novo, para a terra dos “heróis geográficos”, daí acreditamos na necessidade de descrever o poema na íntegra.

Mas o marujo português havia casado com Uiara
e pronto! Nasceram os Gigantes de Botas,
Que a princípio eram três.
Heróis geográficos coloridos que irão cruzar o chão
da América inculta ainda oculta, em todos os sentidos.

Gigante tostado no sol da manhã;
Gigante marcado com o fogo do Dia;
Gigante mais preto que a Noite;

todos os três,
cada um valendo por três,
e ainda uma força que parecia somar o espurrão
da montanha ao impulso, trazido do Mar;

todos os três,
brutais como Deus os fez,
o homem da Terra, com o seu nomadismo;
o homem do Mar, com a sua carga de aventura;
o homem da Noite, para afronta o sol dos trópicos;

todos os três,
e todos de uma só vez,
calçaram Botas Sete-Léguas
e entre a voz que chamava (a magia)
e outra voz que mandava (a ambição)
e uma outra que não discutia (a obediência)

todos três,
de mãos dadas
e pela primeira vez,
deuses-bichos, com barba de cipó,
depois de haver bebido em grandes goles
a água do rio que nascera
correndo pra dentro da terra e de costas voltadas para
o mar;

todos três,
bateram à porta o Sertão antropógrafo num tropel
formidável: “Nós queremos entrar”
Era uma vez...

Estavam no alto da montanha.
Nenhuma pedra lhes prendia os pés,

E lá se vai
todos os três.
(RICARDO, 1974, p.56-57)

Diante do poema acima, precisamos fazer algumas ponderações. Até pode haver um estranhamento do leitor em ver certos substantivos com a primeira vogal em maiúsculo, como “Dia”, “Noite” e “Mar”, fora das regras gramaticais. No entanto, lembremo-nos que todo discurso tem uma direção (individual ou grupo) e uma intenção (construção ideológica).

Através de estruturas metafóricas, figura de linguagem muito usada da literatura, podemos interpretar da seguinte forma: “Noite” refere-se à influência africana na composição racial brasileira, uma vez que, no começo do livro, “tudo era dia”; “Dia” refere-se a um planalto ainda não ocupado, sem forma, o qual cegava seus habitantes; “Mar” a um componente estrangeiro português, aventureiro, que sob o signo da ambição, desembarcaria no país; “Terra” que, em sua forma maiúscula, significa planeta, globo terrestre, totalidade-mundo, simboliza o universal, o nativo, a parte indígena; e, por fim, o “Gigante Sete-Léguas”, o bandeirante, o movimento da bandeira, a figura sintética dos quatro elementos citados, constituindo, assim, a quinta raça. Salientamos que tais argumentos, em meados de 1928, suavizariam o contexto histórico escravista e os processos de exploração colonial, criando um discurso de *democracia racial*⁴⁹ no país.

⁴⁹ Ver Campos, 2007.

Mas a ocupação do “espaço antropofágico” não se daria de maneira aleatória. Há no discurso do poema três perspectivas que guiariam os bandeirantes rumo ao sertão, à magia, à ambição e à obediência. Uma estrutura rígida de ocupação e organização, espacializada a oeste, e nutridora do desejo pelo desconhecido, um olhar mitificado sobre o espaço. Podemos dizer, até certo ponto, irracional em algumas passagens, assemelhando-se à ideia de representação geográfica desenvolvida por Plínio Salgado em *Geografia sentimental*. Ainda sobre Salgado, no seu ensaio intitulado *O ritmo da história*, o autor reforça a importância do paulista como pátria unificadora, destacando que é “justo relembrar o esforço da gente paulista, através de quatro séculos, no sentido do engrandecimento da Pátria Brasileira”. (SALGADO, 1978, p.138).

Ora, o poema finaliza com um desejo da “quinta raça” em desbravar o desconhecido, “nós queremos entrar”. No entanto, se iniciaria um novo ciclo, agora, com os “Gigantes de Botas”, e a expressão “era uma vez...” mostra-nos a narração de uma outra história. E a geografia? Seria elevada a um patamar de potencializadora das qualidades paulistas, servindo de combustível para a grande “marcha para o oeste”. Esse tipo social que nasceria da miscigenação teria uma adaptabilidade ao espaço selvagem e controlaria sua natureza anárquica. Não por acaso, Cassiano Ricardo faz um canto a “sete” bandeirantes, número da sorte, esotérico e supostamente perfeito.

O gigante número 1

Como Cassiano resgatava figuras históricas paulistas para compor o quadro humano do seu poema, o primeiro “gigante” se chamava André de Leão, “Quem vem, André de Leão/ Que deseja? O sol da Terra (Ricardo, 1974, p.69). Não se sabe muito sobre ele, mas acredita-se que viveu na metade do século XVII e seguiu a bandeira de Raposo Tavares, a qual entrou em combate com os índios Tapes e os Serranos, em 1648 (PREZIA, 2010).

O que podemos destacar neste poema, talvez por ele ser o primeiro da série dos sete principais bandeirantes encontrados no livro, é seu caráter introdutório na jornada pelo sertão. No sentido de alertar o aventureiro desavisado, percebemos que só poucos teriam sucesso em caminhar por essa nova “geografia obscura”, uma vez “Que adiantaria ao intruso/ Saber de mais, num sentido/ e no outro ficar confuso/ Saber grego, ser sensato/ sem saber andar no mato? (*Ibidem*, p.70). Assim, como não dissociaremos o

livro do seu contexto histórico e material de produção, os qualificativos observados nesse fragmento contêm as reivindicações culturais e estéticas levantadas pelos precursores da semana de arte moderna de 1922, dos quais Ricardo fazia parte. Ora, criticar a cultura estrangeira e, principalmente, o academicismo era um dos alvos do autor de *Martim Cererê*. Para ele, o Brasil deveria ser sentido, não explicado, daí o sertão, como espaço receptor de discursos, ter um papel tão basilar na poesia Cassiano.

[...] E por um vão matutino
lhe aparece o Curupira
fogo a parta do Sertão.
Curupira ou Cererê,
Cererê, ou Brasil-menino,
Dentes verdes e cabelo
mais vermelho que as brasa.
‘O caminho é por aqui
Suba primeiro esta grotá...
depois aquele espigão.
Este é o caminho de casa
onde mora o Sol da Terra
Por ele é que todos vão.
(Ricardo, 1974, p.69)

Como o próprio Ricardo diz, seu poema-épico tem “paisagens meninas” e, através da narração de sua obra, visualizamos estas paisagens que misturam o espaço geográfico em formação com a magia dos personagens folclóricos. A cultura brasileira orientaria o bandeirante ao “Sol da Terra”, e o Curupira (ou o Cererê), daria as boas-vindas e a “benção” ao aventureiro. A configuração do espaço “fanático” começaria a se tornar espaço “real”.

O gigante número 2

Na sequência da análise, o segundo bandeirante a ser utilizado por Cassiano foi Raposo Tavares. Atualmente homenageado em São Paulo com nome de uma importante avenida, ele nasceu no ano de 1598, em Portugal, e faleceu em 1658 em São Paulo. Ele foi o responsável por boa parte da expansão paulista quando Portugal e Espanha ainda não tinham demarcado o limite de suas colônias. Foi designado Capitão-Mor governador pela capitania de São Vicente.

No poema, notamos as características expansionistas deste segundo “gigante”, ou seja, se o primeiro recebeu os avisos na “porta do sertão”, este ficaria encarregado de

expandir com grande velocidade as fronteiras paulistas, “Saíam todos da frente/ que eu quero passar!/ Não perguntem quem sou,/ que não posso parar./ Saíam todos da frente/ que eu quero passar.” (1974, p.81).

Com a voracidade instintiva, no texto, Raposo Tavares abriria veias no sertão que seriam preenchidas pelos seus herdeiros, ao passo que por rios, florestas e “matos fechados” ele construiria o caminho rumo ao sul, aos Andes, à planície platina, a todos os rincões sertanistas:

[...] ei-lo de viagem para oeste
e quando menos se pensa,
em que mundo ele estará
Raposo é um Deus magnífico
que se debruça nos Andes
sobre as águas do pacífico.

E vai daqui, e sai lá,
Raposo é uma tempestade
de homem, sob o grão azul,
que varreu o Guairá
e lá se foi, rumo ao sul.

[...] quando se sobe, ei-lo agora
Filho da Rosa-dos-Ventos
descendo o rio Amazonas
e saindo em Gurupá.
‘De onde vem? Venho dos Andes.’
E o rio de águas serenas
diante do qual as coisas grandes
do mundo ficam pequenas;
o rio, com pés de barro,
lhe pareceu um brinquedo
em seu mudo cataclismo,
em seu bíblico segredo.
(Ricardo, 1974, p.83)

Valendo-se da apropriação do espaço ainda intocado pelo homem, o personagem histórico Raposo Tavares iria controlar os fenômenos naturais para seu benefício, transformando-se em “rosa-dos-ventos”, ou seja, direciona-se por todos os pontos cardeais, sem limite de conquista. A construção dos “heróis geográficos” se projeta a partir da relação mais forte do espaço geográfico com suas fronteiras.

O gigante número 3

O terceiro “gigante” também se tornou nome de uma das principais rodovias de São Paulo, Fernão Dias Paes. Nasceu em São Paulo do Piratininga no ano de 1608, ele viveu até os 73 anos, faleceu em 1681, era conhecido como “caçador de esmeraldas”.

Fernão Dias foi um dos principais bandeirantes do seu tempo, isso porque empreendeu uma caravana com seu genro, Borba Gato, em busca de esmeraldas Sabarabuçu, Deixando Guaratinguetá em direção ao Sertão mais distante. Em Sabarabuçu fundou um arraial chamado Sumidouro. Assim, na primeira estrofe do poema, Cassiano já resume quem é Fernão Dias, “E aquela serra que resplandecia/ na noite verde do Sertão, lá longe/ e já mudando sempre de lugar?/ Quem, onde, quando e como a encontraria?/ Outro Gigante – Fernão Dias Paes – este o número 3 – a irá buscar. (RICARDO, 1974, p.87).

Ricardo, a todo momento, misturaria a biografia do bandeirante com a narrativa do seu trabalho, talvez para legitimar seu discurso, ou talvez para dar um tom de seriedade e magia na história paulista, o fato é que quando a “noite verde do sertão” é avistada na serra distante, o mito das riquezas no oeste mais profundo do Brasil ganharia força, as esmeraldas estavam por vir.

E sobre a civilização que ia florescendo onde quer que as bandeiras passassem, o “espaço vazio” se remodelaria à luz do mito, da conquista, da assimilação cultural das “raças”, a cada nova caminhada, um tijolo seria colocado no muro da identidade paulista, “[...] cada bandeirante/ Uma brutal tempestade de gente/ que, por onde passava, ia deixando/ seu longe rastro de cidades brancas/ azuis ou tristes, pretas ou douradas.” (*ibidem*, p.88).

O gigante número 4

Borba Gato seria o quarto “gigante de botas” e, talvez, o mais destacado dentre os demais. Ele viveu entre 1628 a 1718 em São Paulo. Em sua biografia, foi um caçador de índios para a escravização, utilizando-os como mão de obra nas bandeiras. Juntou-se com seu sogro, Fernão Dias, e partiram pelo Vale do Paraíba em busca de ouro e pedras preciosas até Taubaté. Com uma história polêmica, em 1682 foi responsabilizado pelo assassinato do administrador-geral de Minas, Rodrigo de Castelo Branco. Em 1695,

encontrou ouro em Sabará e no vale do rio Sapucaí, impulsionando a mineração em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

No interior do poema, Borba Gato traria consigo toda uma história controversa que Cassiano amenizaria com o uso de metáforas. Ao fugir por causa da morte do administrador-geral, o bandeirante se lança no sertão de tal maneira que se torna o maior conhecedor da sua subjetividade, da sua geografia ainda em desenvolvimento, adotando a qualidade de “mestre do mato”. “O Gigante número 4/ joga-se pelo sertão/ trancando-se as sete chaves/ pra viver entre as aves. [...] quem vem lá? É Borba Gato/ Pode entrar que a casa é sua” (1974, p.101). Desta forma, ao se “trancar”, a unidade espacial do interior já começa a se engendrar em torno da população, miscigenada, que a habita. Borba Gato se tornaria parte do sertão e de todas as suas vinculações naturais e humanas:

Chefe de tribo! antes fosse,
ao Sertão do rio doce,
e o próprio Caapora, um dia
lhe oferece seu cachimbo,
feito de barro e poesia

E mais bicho do que bicho
entre flores cor de brasa,
e tão bugre como bugre,
ele estava em sua casa.
Que dragonas, mais festivas
Para um tenente do mato?
São essas flores nativas
que o Sertão lhe joga ao ombro,
quando ele, cacique branco
coroando de gavião rei,
mata o intruso castelo branco,
ou – cabelo taturana –
“saí daqui, frango calçudo”
declara guerra de morte
ao emboaba Nunes Viana.
(RICARDO, 1974, p.102)

Borba Gato seria bicho, bugre, gavião e árvore, o sertão lhe havia atingido de tal forma que agora ele só conseguiria sobreviver em suas terras, em seu solo, tornando-se, ele mesmo, o próprio sertão, a própria representação do espaço geográfico. “E assim como outro Gigante/ juntara ao seu nome próprio/ o codinome do Sertão/ ele, o rude Borba Gato/ por amor ao seu desterro/ aos bichos, bugres e pássaros/ se fez tenente do mato.” (*ibidem*, p.103).

O gigante número 5

O quinto gigante não tem uma dimensão histórica, mas sim fictícia. Seu nome é “Pay Pirá” e ele é apresentado assim, “Pay Pirá vai buscar ouro/ É o Gigante número 5/ Pay Pirá vai a cavalo/ Caminho pra Mato Grosso/ Quinhentos negros atrás/ levando baús de bois/ mantimentos multicolores” (1974, p.106). A palavra “pirá” em tupi-guarani⁵⁰ significa “peixe” e, através da construção simbólica empregada por Ricardo, esse bandeirante teria penetrado o oeste pelos rios, valendo-se principalmente do Tietê, que ia em direção “as montanhas verdes” (esmeraldas) e dava as costas para o litoral.

E se Pay Pirá representasse depois de suas vinte e quatro viagens, pelo Rio das cinquenta e três cachoeiras?
Teria que passar, de novo, vinte e quatro vezes com as botas rusticas sobre suas próprias férias.
Ele era o Gigante multiplicado pelo destino.
(RICARDO, 1974, p.111)

O gigante número 6

O próximo bandeirante chama-se Bartolomeu Bueno da Silva, mas conhecido como Anhanguera (*anhang*: espírito temível, *puêra*: aquilo que se foi, velho, ou seja, diabo velho)⁵¹. Ficou famoso como um dos principais representantes dos movimentos das bandeiras no século XVII, tendo em 1682, atravessado o atual estado de Goiás em direção ao Araguaia, depois de ter saído de São Paulo.

Muitas lendas surgiram em torno de sua figura. Uma delas narra que em certa expedição ele, vendo a quantidade de adorno de ouro que as índias usavam no pescoço, perguntou-lhes onde haviam encontrado aquele metal. As índias se recusavam a contar. Ele, então, colocou um pouco de água ardente numa tigela e pôs fogo; e questionou que se elas não dissessem onde encontrar o ouro ele faria o mesmo com as águas do rio e da chuva.

O controle do fogo, da água, do ar e da terra proporcionaria a Anhanguera poderes mágicos sob uma roupagem mítica, misturando-se na essência da cultura

⁵⁰ Dicionário Tupi-Guarani online: www.dicionariotupiguarani.com.br – acesso em 16 de setembro de 2016.

⁵¹ Dicionário Tupi-Guarani online: www.dicionariotupiguarani.com.br - acesso em 16 de setembro de 2016.

indígena a formação do espaço geográfico, “Ó filhos do mato, ó selvagens/ coroados de penas verdes!/ Eu sou o filho do fogo!/ Sou dono de todas as luzes/ do Céu e da Terra/ citatás e boitatás” (1974, p.114).

Percebemos que a própria lenda do bandeirante é poetizada no livro, ingrediente acrescentado no discurso de Cassiano Ricardo. “A própria água dos rios pegará fogo!/ e em vez destes rios d’água/ rios de fogo entrarão na floresta/ como boitatás”. Talvez Anhanguera, dentre todos os demais “Gigantes de Botas” citados na obra, seja o mais poderoso, um “Deus” geograficamente espalhado pelo sertão, porque ele teria “[...] a lua no olho esquerdo;/ tenho o sol no olho direito./ Apago a lua quando quero/ acendo o sol quando me apraz” (*ibidem*, p.115).

O gigante número 7

E por fim, o último bandeirante, “Apuça”, ou como descrito no poema o “Gigante Surdo”, fecharia a série sequencial dos “heróis geográficos”. Apuça seria, segundo o dicionário tupi-guarani, uma abreviação de “Apucarana”, cuja origem remonta-se aos índios guaianás, *apó-caarã-nã* – *apó* (a base) + *caarã* (semelhante à floresta) + *anã* (imensa), ou seja, semelhante a uma floresta imensa.⁵²

Ao que nos parece o último “Gigante” simboliza a síntese de todos os outros estudados, ao passo que também notamos um referencial de brasilidade na criação deste último personagem. “Ia Apuça, o Gigante Surdo/ buscando outra terra, lá longe/ onde pudesse trabalhar”. Ora, porque Apuça seria “surdo”? Notamos que em todos os sete gigantes trabalhados por Ricardo, todos teriam uma característica em comum: entravam no sertão e não paravam de caminhar rumo às minas de ouro, ou a serra verde (esmeralda), ou ainda a prata de Potosí, não importa, pois, o necessário era sempre conquistar o oeste, o espaço vazio para preenchê-lo com o espírito paulista. A “surdez” representaria a ausência de qualquer ruído que pudesse tirá-los (os bandeirantes) da sua história heroica, nada e ninguém os atrapalhariam.

Pois quem caminha vendo, ao longe,
a antiga Serra da Esperança,

⁵² www.apucarama.pr.gov.br e <www.dicionariotupiguarani.com.br> – acesso em 19 de setembro de 2016.

que muda sempre de lugar,
como apuça, o Gigante Surdo,
caminha agora a vida inteira;
é surdo de todas as distancias
é gigante de tanto andar!

Afinal, o que é Esperança?
num país ainda criança
é uma coisa bem brasileira,
é uma forma de caminhar.
(RICARDO, 1974, p.121)

Vejamos bem. Enquanto formação do espaço geográfico em *Martim Cererê*, o último “Gigante” não reconheceria as enormes distâncias do sertão como empecilhos à expansão paulista e, por consequência, brasileira. Pelo contrário, Apuça, síntese ideológica dos bandeirantes, se tornaria notável justamente pela coragem em seguir em frente. Como inato ao ser brasileiro, a construção da identidade local/nacional no poema se dedica a criar qualidades na população deforme que encontramos no país, sobretudo no período de lançamento da obra, 1928.

Cada um dos sete “Gigantes” aqui citados teriam uma função específica na ocupação do largo sertão brasileiro. A esperança como uma forma de caminhar desconhece o limite espacial, pois sempre que houver esperança, haverá um caminho a trilhar. E este caminho seria moldado a partir da história paulista e de seus personagens históricos e fictícios, como se a epopeia narrada em *Martim Cererê* fosse a “montanha dourada” que todos deversem seguir.

O elemento negro como edificador do geográfico

Relembremos que no começo do livro *Uiara*, índia Tupi, estava desnorreada pela floresta porque só havia dia, claridade, sol, deixando-a cega. E ela propôs casamento para quem trouxesse a noite. No caso, o marinheiro português casou-se com ela. Ora, a “noite” simbolizaria o elemento negro na composição cultural brasileira e sua união com as raízes tupis e brancas europeias daria um novo sentido à representação do espaço nacional, apesar de que, podemos observar, o negro será tratado pelo autor como elemento secundário. Em termos metafóricos, notamos a influência africana em vários poemas da obra de Cassiano Ricardo, como em “Noite na Terra”:

Cabelo assim, pixaim

Falando em mandinga e candonga.
Desceram de dois em dois.
[...]
Asa de corvo ou graúda
não era mais preta
cruz-credo, figa-rabuda,
do que preta mina que chegou
navio negreiro
Carvão destinado a oficina
das raças.
[...]
(RICARDO, 1974, p.43)

Como uma espécie de fornalha que iria fundir todas as raças, a importância do negro nesse processo se daria sob uma estrutura simbólica, a qual o autor o exemplificaria como combustível, calor, ingrediente indispensável para essa fusão. O branco deixaria de ser branco, o indígena deixaria de ser indígena, o negro deixaria de ser negro, tudo em nome da nova “raça” que surgiria, o paulista, o brasileiro, o local e o nacional se confundiriam, e o mito da “democracia racial” estaria consolidado.

Diante do relatado, podemos fazer uma analogia curiosa: o início de *Martim Cererê*, resumidamente, discorre como tudo era dia e, algum ser divino, deveria trazer a noite, daí fez-se o espaço geográfico que seria percorrido pelos filhos da miscigenação. Bom, tal ideia se assemelha muito ao início da bíblia, em Gênesis, quando Deus separou o dia da noite. Isso demonstra o caráter sagrado que Cassiano queria dar a história do seu poema, sem contar que, diante de seu posicionamento cultural e político na década de 1920, os grupos *A anta* e *Verde-Amarelismo* defendiam os preceitos católicos de espiritualidade como estruturadores da sociedade.

A representação geográfica novamente ganharia ares de natureza selvagem a ser dominada, porque “como o marinheiro lhe houvesse trazido a noite, Uiara casou com ele, então [...] nasceram os gigantes de botas. Vermelhos, mamelucos, brancos e pretos, de todas as cores” (RICARDO, 1974, p.42).

Logo, entendemos que a constituição do espaço geográfico se dá pelo domínio não das três raças primárias que compuseram a população paulista representada em *Martim Cererê*, mas sim pela nova sociedade que surge a partir da miscigenação, fincada sobre um solo, aparentemente estéril, o sertão. No entanto, como conjunto significativo de construções simbólicas, o espaço vai sendo construído, arquitetado, começa a ganhar importância quando os bandeirantes descortinam seus segredos, um

espaço mítico, abstrato, povoado por desejos de ambições, porém sempre com um olhar sobre o chão.

O discurso do autor se uniria com o do próprio narrador da epopeia bandeirante, ao passo que sua ideologia, ou seja, a ideia defendida pelo grupo ao qual fazia parte é transferida em cada poema encontrado na obra. Ideologia, discurso literário e representações espaciais também eram ingredientes que formariam o pensamento social da época, uma vez que, lembremo-nos disso, a literatura retrata não apenas o fato consolidado, mas também a possibilidade imaginativa do que poderia ter sido e não foi.

Mesmo assim, como argumenta Machado (2012), o conceito de raça naquele momento histórico seria associado ao determinismo geográfico, por isso a construção de “heróis geográficos” nos autores aqui estudados. Tanto Salgado quanto Ricardo olhariam o horizonte nacionalista através dos óculos de São Paulo, “o determinismo racial, defendendo a tese de que a ‘fatalidade geográfica’ do meio tropical podia ser superada pelo aprimoramento das qualidades da população”(p.329). E não será, pensamos, a miscigenação um mecanismo de “aprimorar as qualidades da população”?

Ao que nos parece o que é externo à literatura é incorporado e revitalizado na forma de gêneros literários (poesia, romance, ensaio, etc) e atribui às representações espaciais outros sentidos, mexendo com a imaginação do leitor. *Martim Cererê* suavizaria o impacto do sincretismo cultural e étnico que formou o Brasil. E o que é geográfico, tendo a dimensão do autor como limite, subsidiaria o nacionalismo enquanto forma de organização social. Cassiano Ricardo criaria paisagens em sua obra que estariam arraigadas de signos socialmente construídos, deixando-os a cargo da interpretação do grupo ao qual ele dirige seu discurso, a população letrada da época que, seguramente, era representada por escritores, políticos, médicos ou advogados.

3.2 Análise do ensaio *Marcha para oeste*, 1940

Antes de iniciarmos a análise deste ensaio, devemos fazer algumas ponderações sobre autor e obra. Sem sombra de dúvidas, a obra que mais parece ter caracterizado a sistematização da prosa de Cassiano Ricardo foi a *Marcha para oeste*, 1940. Livro denso e com inúmeras referências, o autor esforça-se em explicar o movimento bandeirante como estrutural para o surgimento de São Paulo e, por consequência, para o

Brasil como um todo (CAMPOS, 2005, p.144). A *Marcha para oeste* é a tentativa de um autor que acredita numa “democracia racial” como norteadora da *brasilidade*.

O livro é dividido em dois volumes, 27 capítulos e o conteúdo é distribuído por um total de 661 páginas. Utilizaremos a 4ª edição do volume I (1970) e a 3ª edição do volume II (1959). Tal recorte tem uma explicação. Na edição de 1970 o autor elucida os motivos que o levaram a escrever o livro e ainda acrescenta dois novos capítulos ao trabalho. E a versão de 1959 é enriquecida com imagens, mapas e gravuras que nos servirão como material de análise.

Tabela 2. Distribuição dos capítulos *Marcha para Oeste*, vol. I e II

VOLUME I	
<i>Nome do Capítulo</i>	<i>Conteúdo</i>
Os grupos sociais da colônia	Chegada do colonizador em São Paulo e Santo André, primeiros marcos da penetração dos grupos sociais. O grupo estável do litoral e seu sentido português. O grupo móvel do planalto e seu sentido americano. <i>Homo primitivus migratorius</i> .
O grupo móvel e a conquista	A Serra do Mar, o Tietê e o Planalto na gênese da bandeira. A geografia em função política. História e Geografia.
O índio na sociedade bandeirante	O casamento do caraíba branco com a mulher pagã. O modelo imposto do Tratado de Tordesilhas. A pequena propriedade e a sua influência na “produção do espaço”.
A Bandeira e sua origem social	A família, o clã e a bandeira. O espírito de cooperação em assuntos públicos. Sociedade e política na organização da bandeira.
A bandeira e sua origem econômica	O ouro descoberto (Brás Cubas, Clemente Alvares, Afonso Sardinha). O manual dos fazendeiros e a policultura. A pequena propriedade em contraposição ao latifúndio.
República sem proclamação	O Self-government. A expulsão dos jesuítas e a decretação de uma moeda local. Armador Bueno.
Cristamente e Bandeiramente	A bandeira como moralidade cristã na crença em Deus. O índio no trabalho sedentário nas lavouras e moinhos. A escravização do negro pelos jesuítas.

O Sertão na economia da bandeira	A importância do indígena e a dificuldade de locomoção. Enquanto o senhor de engenho manda, o cabo-de-tropa comanda. A função do Tietê nas bandeiras fluviais.
A “crueldade” do bandeirante e a verdadeira técnica da conquista	O número de escravos frente à colonização do planalto. Os Heróis, os santos e os bandidos. O ciclo da caça ao bugre.
O negro no bandeirismo	Afonso Sardinha e os africanos. As bandeiras de Pascoal Moreira e Bartolomeu Bueno da Silva. O retrato negro, branco e índio do Brasil.
O grupo em movimento e a função de cada cor	A sociedade do Planalto e o meio democrático do seu surgimento. Democracia e Bandeira na confecção do Brasil novo.
VOLUME II	
O grupo em movimento e a miscigenação	Cafuzos, mulatos e mamelucos bandeirantes. A improcedência da teoria de Gobineau. A bandeira: glorificação do mameluco.
A Bandeira: ensaio de democracia social	Solidariedade social dentro da bandeira. A pequena propriedade do Planalto. A policultura e o sentido coletivo.
Função dos mitos na bandeira	O ambiente psicossocial da bandeira. Mitos a frente, santos atrás. Um fundamento econômico para a gênese dos mitos.
O elemento espanhol na interpretação psicossocial da bandeira	Influência semântica no “bandeirar”. A crueldade espanhola.
Fome de ouro para muitas vezes morrer de fome	Ouro dos mitos, lavagem e mina. A produção de ouro no século XVII. As fronteiras bandeirantes e o ouro dos mitos.
A bandeira nas suas relações com os demais grupos sócias da colônia	O criador de gado, o senhor de engenho e o bandeirante e suas respectivas regiões sociais. O criador de gado e o bandeirante pastoril.
A Bandeira na Gênese do Estado	As linhas de um Estado moderno reveladas pelo bandeirante. O efêmero de cada bandeira. A bandeira como força destrutiva da ideia colonial peninsular.
A bandeira na fundação das cidades	A bandeira não é um fragmento do latifúndio. Antonio raposo Tavares.
O tratado de 1750 e nosso imperialismo	O bandeirismo não está limitado a sua concepção

interno	heroica. A virtude militar do bandeirante.
A bandeira e as cidades do litoral	O pendor antilibertário do planalto com uma consequência do bandeirismo. Conservadores e liberais na sociedade bandeirante.
O neobandeirismo do século XIX	A conquista das missões. Expedição do século XIX a serra dourada. A abolição da escravidão no Brasil.
A conquista do último oeste	O acre em nossa expansão geográfica. O geógrafo Chandless.
Os bandeirantes da demarcação	Xavier de Mendonça, Ricardo Franco, Lacerda e Almeida, Pereira Caldas. Euclides e os bandeirantes.
As bandeiras do século XX	<i>Le terrible monde vertical</i> . O imperialismo do século XX e a Revolução mecânica. Projeto Rondon.
Outras modalidades de bandeirismo	O caso Roosevelt e o convívio com Rondon. As expedições de Hermano Ribeiro da Silva.
O bandeirismo e seus reflexos no mundo moderno	A bandeira X Alexandre VI. A bandeira e as histórias das igrejas.

Fonte: informações retiradas do livro *Marcha para Oeste* Volume I e II

Devido ao decênio de 1920-1930 ter caracterizado Cassiano Ricardo como um poeta ávido pela história bandeirante, o autor de *Martim Cererê* precisava desconstruir a imagem de escritor de fábulas e estórias. Logo na apresentação do livro, ele escreve o título “E isto não é uma fábula”, buscando legitimar o conteúdo a seguir como fato fidedigno baseado em fontes primárias de investigação.

O ensaio tenta rever a formação da cultura bandeirante paulista sob uma perspectiva historiográfica, sociológica e, sobretudo, geográfica, uma vez que a união desses três recortes metodológicos justificaria um Estado (paulista), uma raça (bandeirantes) e um meio (o planalto: sertão) como modelo explicativo para o Brasil. Não por acaso o nome do livro é “Marcha para Oeste” e não “Marcha para o Oeste”. Propositamente ele suprimiu do título o artigo definido “o”, alterando a morfologia da frase, para dar um sentido de oeste mais geral, ou seja, qualquer região do país poderia ser contagiada pelo “espírito bandeirante”. No entender do próprio Cassiano, caso

mantivesse o artigo “o” a essência do livro estaria vinculada a uma unidade geográfica, região específica, algo incompatível com as pretensões do seu trabalho⁵³.

Uma das primeiras imagens do livro refere-se a uma antiga casa de Bandeirante reformada, um patrimônio cultural da cidade de São Paulo.

Imagem 11: A casa do Bandeirante. (RICARDO, 1970, p. XXIV)

A casa ficava no bairro do Butantã, construída no início do século XVIII e simbolizava o período de ouro do Bandeirante. Compunha-se de 12 cômodos e suas paredes eram feitas de taipa de pilão. A casa retratava a vida opulente da classe dominante paulista durante todo seu apogeu.

O autor exhibe a casa do bandeirante como forma de mostrar ao leitor a importância em se guardar e preservar o patrimônio cultural. Ora, apesar de escrever “e

⁵³ Embora sempre a perspectiva nacional estivesse relacionada a regional. Enquanto o autor explica que o “espírito bandeirante” estava contido em vários povos espalhados pelo Brasil, ele deixa claro que sua “pureza” estava protegida com o povo do planalto do Piratininga.

isto não é uma fábula”, ele diz que “[...] muitas passagens bandeirantes poderão ‘parecer’ que são fábulas, por excederem ao normal dos feitos humanos, como num poema homérico” (RICARDO, 1970, p. xxvi). Semelhante aos livros anteriormente analisados, percebe-se o teor mítico em torno da figura do bandeirante. Mesmo assim, ele alerta “É preciso deixar claro que o poeta que pareço ser não irá sacrificar o método objetivo e a concreção histórica em que me situo a escrever esse livro” (RICARDO, 1970, p. xxvii).

Para embasar esse “método objetivo”, Ricardo vai citando trabalhos feitos por intelectuais estrangeiros que estudaram a história paulista, como Saint-Hilaire e a *Raça de Gigantes* e Pierre Monbeig e sua tese *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Em especial Monbeig, cuja análise psicológica do fazendeiro encantou Cassiano que, por sua vez, transcreve um excerto da tese do geógrafo no qual aparece a expressão “plantador de cidades”. Para o escritor, esse termo adjetivava bem a sociedade do planalto do Piratininga. E qual era a motivação desta sociedade em expandir sua influência para o oeste? Certamente os mitos com um direcionamento econômico.

De fato foram os mitos das ‘esmeraldas’, o da ‘lagoa dourada’, o da ‘Itaberaboçu resplandecente’, etc., que o levaram sertão adentro nas suas campanhas continentais. [...] tais mitos existiram tão naturalmente que, para o paulista, nos séculos XVI, XVII e XVIII ‘caçar esmeraldas’ seria o mesmo que, para o nordestino, cultivar a cana-de-açúcar ou criar bois. (RICARDO, 1970, p.xxviii).

Tal justificativa valida o uso dos mitos como fonte de estudo para desvendar a mentalidade bandeirante; mitos estes que a partir desse momento ganhariam uma espécie de enquadramento científico.

Outro aspecto importante do livro diz respeito à composição étnica da sociedade brasileira. Em decorrência do paredão natural da serra do mar, o isolamento paulista ajudaria na miscigenação do elemento indígena, negro e branco.

Enquanto comando, direção, rumo a seguir, predomina o branco ou mameluco, mestiço de espanhol ou português; enquanto movimento, ímpeto pra travessias continentais, sertão adentro, o índio nômade (homo primitivus migratorius) é que predomina. Sem índio não haverá bandeira. Enquanto pouso pelos caminhos, plantações em torno de descobertos auríferos, mineração, o elemento indispensável é o africano (sedentário). (RICARDO, 1970, p.xxix)

Em várias partes do livro Cassiano explana sobre a função socialmente determinada do índio (nômade) e do negro (sedentário) dentro da bandeira. Para ele, enquanto o indígena possuía uma facilidade em se deslocar pela floresta desconhecida, descobrindo novos horizontes a serem explorados; o negro, sempre associado ao trabalho braçal, encarregar-se-ia da instalação das novas cidades que vão surgindo pelo caminho.

Após instalada uma estrutura mínima de sobrevivência, um terceiro elemento se somaria a sociedade bandeirante e traria uma dimensão moral aos costumes de convívio: a religião. “*No far-north*, empenhados na catequese, os missionários católicos capuchinhos (desde 1617), os carmelitas calçados e depois os jesuítas, que fundaram numerosas aldeias no Amazonas.” (RICARDO, 1970, p.xxix).

Esse novo “ser da terra”, nas palavras do próprio autor, significava estar integrado no modo de vida dos moradores de Piratininga. Assimilação e ressignificação dos valores culturais no interior do sertão paulista transformaria a pequena vila num polo de atração para outros povos devido aos seus mitos econômicos. Nesse caso, a dimensão geográfica dada por ele seria o sertão, palco da sua presumida “democracia racial brasileira”.

Se a bandeira deu origem à democracia, ainda incipiente e se esta se generalizou mais tarde, bem é de ver até onde contribuiu pra tal ocorrência, graças à mobilidade externa em virtude da qual consegue: uma geografia antitotalitária; espaço bastante para nossa alegria de viver em liberdade, em grupos sociais primários: hierarquização do negro e do índio deslocados do comunismo tribal para a área social que opera a bandeira. (RICARDO, 1970, p.xxxi)

Ora, as ideias de “geografia anti-totalitária” e “comunismo tribal” aparecerão ao longo do ensaio sempre para invocar o papel transformador do sertão. O deslocamento funcional dos grupos primários (índio e negro) para os anseios da bandeira transformaria a ação desbravar o oeste em um ato nobre. Já a geografia anti-totalitária do sertão seria uma referência ao controle exacerbado da coroa portuguesa nas cidades da planície. O planalto seria o núcleo opositor e de resistência contra os mandos do rei.

Percebe-se na narrativa de *Marcha para oeste* como o autor esforça-se para proporcionar ao seu trabalho uma característica científica aos fatos. Porém, por mais erudita que seja a construção argumentativa encontrada no texto, Ricardo sempre retorna ao mito econômico do ouro, pedras preciosas, *el dorado*, para explicar o

impulso expansionista a oeste. Claval (2014, p.38) diz “Os mitos estão assim associados à maioria dos lugares: as informações geográficas que circulam melhor nas sociedades [...] se reportam à ontologia dos espaços que os humanos disputam com uma grande quantidade de forças vivas, visíveis ou invisíveis”.

Dentro do sertão paulista, desconhecido, Cassiano projetou uma força e coragem metafísicas à sociedade do Piratininga. E fez certo em não excluir a explicação mítica para a formação da sociedade paulista, uma vez que em países cujo discurso científico não é tradicional, os modelos míticos de compreensão da realidade ganham força e relevância.

Tomado por um espírito investigativo, Cassiano Ricardo atribuiu a sua pesquisa de reconstrução histórica 17 pontos fundamentais que lhe serviriam de base teórica, a saber: i-Estrutura social da bandeira, ii- O intercruzamento racial, iii- A negação dos valores latifundiários, iv- A psicologia do *homo primitivus migratorius*, v- A participação do negro na bandeira, vi- O “quixotismo” bandeirante, vii- Os mitos, viii- A bandeira como um pequeno Estado, ix- A república de Piratininga, x- O bandeirismo como “Revolução”, xi- A bandeira como unidade nacional, xii- O bandeirismo moderno e os programas de expansão nacional, xiii- As zonas pioneiras: estrada Belém-Brasília, xiv- O projeto Rondon, xv A influência da bandeira na formação política do país, xvi- A bandeira na origem da nossa democracia operária e xvii- A transamazônica.

Em seu contexto histórico, o ensaio ora analisado figura-se como uma profícua fonte de investigação do pensamento social brasileiro na década de 1930. Sem dúvidas, o objeto de estudo com o qual Ricardo se preocupou foi nomear “movimento da bandeira” o fenômeno social, cultural e político que aconteceu no Planalto do Piratininga.

Assim, o presente estudo, só se chama ‘bandeira’ ao fenômeno do Planalto do Piratininga, não apenas porque aí ocorreu ela – a bandeira – como um ‘sistema de vida’ que durou mais de dois séculos, senão ainda porque assim se desfará, estou certo, a confusão que se tem feito do esforço paulista com o português (RICARDO, 1970, p.xxxiv)

Delimitada as temáticas do livro *Marcha para oeste*, buscaremos, então, interpretar qual é o discurso geográfico (representações espaciais) contido no ensaio, posto que o autor em vários momentos refere-se à relevância da geografia paulista na forma bandeirante de pensar o sertão. Doravante, após uma caracterização geral do livro, analisaremos quais eram esses discursos e como eles se relacionavam com as

pretensões intelectuais conservadoras de criar um modelo paulista de organização social para o Brasil.

Brasil colonial: o Homem em presença da Geografia

Lembre-mos que o autor é um fruto do seu tempo. Criador de discursos carregados de particularismos, ele produz o enunciado socialmente construído (o livro) a partir de elementos observados em seu espaço-tempo. Tais enunciados estão repletos de signos, ideias e imagens direcionados a alguém, ou algum grupo. Conceição (2010, p.264) reforça nosso argumento e afirma se por um lado o enunciador (quem produz o discurso) retrata o contexto do enunciado, por outro, o meio social possui seus próprios enunciados que servem de norma e dão tom ao discurso, voltando a modificar o discurso primeiro do enunciador. Em resumo: o autor cria a obra e a obra recria o autor.

O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma [...] o enunciado – desde a breve réplica (monoleximática) até o romance ou tratado científico. (BAKHTIN, 2011, p.296)

Em seu ensaio histórico bandeirista, Cassiano Ricardo abusa das representações geográficas na narrativa da colonização brasileira, vinculando os grupos sociais espalhados pelo território à natureza virgem. E afirma que antes de classificar estes grupos fazia-se necessário localizá-los geograficamente.

Dependendo dos fatores físicos como planalto, planície, montanhas, margens dos rios etc, modificar-se-iam as estruturas psíquicas dos povos⁵⁴. “Seriam muitas as hipóteses: grupos biológicos (a família e o clã); grupos geográficos (intra-serra e do litoral); grupos etnológicos (o branco, o preto e o indígena); pequena sociedade (grupo primário) e grande sociedade (grupo mais complexo, a nação)” (RICARDO, 1970, p.4).

⁵⁴ Em primeira análise, a influência do meio no comportamento do indivíduo pode ser vista no clássico estudo *Antropogeografia* de Ratzel. Acreditamos que o pensamento do geógrafo alemão atingiu a literatura paulista conservadora. No entanto, chamar de *Determinismo Geográfico*, relação causa-efeito, as preposições ratzeliano parece-nos precipitado. Para o aprofundamento do assunto, sugerimos a leitura da tese: CARVALHO, Marcos Bernardino de. Da Antropogeografia do final do século XIX aos desafios transdisciplinares do final do século XX: o debate sobre as abordagens integradas da natureza e da cultura nas Ciências Sociais. Tese de Doutorado. Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: outubro de 1998, p.350.

Façamos considerações a cerca da citação acima. Em vários trechos do livro Cassiano Ricardo tenta estabelecer um ordenamento social na história paulista, seja através dos aspectos físico-climáticos proporcionados pelo relevo, ou ainda a miscigenação e filiação consanguínea dos povos. Essa estruturação parece-nos proposital e, metodologicamente, pensada, uma vez que o escritor depara-se com as teorias positivistas vindas da Europa. Sobretudo no que se refere à transição das pequenas sociedades primitivas à complexa e gigantesca nação, último estágio evolutivo.

Esse pressuposto assemelha-se bastante à ideia de períodos pré-históricos da humanidade, desenvolvida por Lewis Henry Morgan, em 1871, *Systems of consanguinity and affinity of the human Family*. Para Morgan, haveria três estágios evolutivos da sociedade: o selvagem, a barbárie e a civilização; e subdividia os dois primeiros em fases inferior, média e superior, de acordo com a produção dos meios de existência. Ora, se prosseguirmos até 1884 veremos Morgan como uma das figuras principais no início do livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels. O fundador do chamado socialismo científico assim escreveu sobre os trabalhos de Morgan,

O grande mérito de Morgan é o de ter descoberto e restabelecido nos seus traços essenciais esse fundamento pré-histórico da nossa história escrita e o de ter encontrado, nas uniões gentílicas dos índios norte-americanos, a chave para decifrar importantíssimos enigmas ainda não resolvidos[...] A sua obra não foi trabalho de um dia. Levou cerca de quarenta anos a elaborar os seus dados, até conseguir dominar inteiramente o assunto. E não foi em vão, pois o seu livro é, atualmente, um dos poucos que fazem época. (ENGELS, 1975, p.9).

Não podemos nos esquecer da presença sempre constante do darwinismo social como teoria explicativa da evolução das sociedades globais e o positivismo como método científico no século XIX. E porque fizemos essa vinculação? Vejamos bem: após a fundação das Universidades de São Paulo (1934) e Distrito Federal (1935) o discurso intelectual torna-se mais “científico” e o modelo teórico-metodológico a ser copiado seria o Europeu. Em seu ensaio *Marcha para oeste*, publicado em 1940, Ricardo usaria um “método científico baseado em fatos e documentos” para discorrer sobre os bandeirantes e o movimento da bandeira. Não por acaso a forma que o autor divide os grupos humanos em escalas de desenvolvimento aproxima-se dos princípios

de Morgan, que fornece a base argumentativa para Engels; este último, lido por tantos pensadores franceses, alemães e inglês, influenciou outros de sua geração, num efeito em cadeia espalhando seu pensamento para além do seu tempo.

O paradigma social/bandeirante criado por Cassiano alicerçou-se em três núcleos de complexidade: a família, o clã patriarcal e a bandeira e, sempre, a dimensão geográfica seria o planalto do Piratininga. Para o autor, o espaço representado no período colonial caracterizar-se-ia anamórfico, ou seja, ainda deformado por ser desconhecido.

Contudo, o colonizador ao desembarcar em terras incógnitas, perceberia a existência de vida no litoral e, posteriormente, no planalto, sublinhando a importância do indígena na construção do espaço brasileiro.

Ora, quando chegou o descobridor, já os tupis haviam descido os platôs bolivianos, à procura do país das palmeiras. Cabia-lhes (aos tupis) ‘uma tarefa colossal: da caaguazu boliviana deveriam alcançar, para além do Anhembi, o grande mar oriental, juntando-se a gente irmã que, certamente, já se haveria estabelecido na costa’. A toponímia da antiga Capitania de São Vicente é ‘gritantemente tupi-guarani’, como diz Plínio Ayrosa. O nome guaianá, na opinião de Teodoro Sampaio, designaria apenas um ramo da raça tupi, porque, de fato, do tupi eram a arte e o vocabulário escrito por Anchieta e porque os nomes dos chefes e principais entre esses índios e bem assim os das localidades a região por eles ocupadas todos procedem desta língua. RICARDO, 1970, p.07)

A construção do espaço geográfico a partir da interação dos grupos sociais com a natureza alinha-se bastante com o discurso geográfico na obra já analisada *Martim Cererê*. Notamos a tentativa ainda sutil do autor em descrever o convívio harmônico entre o europeu e o indígena, início da suposta “democracia racial brasileira”. Para tanto, com o intuito de legitimar seu discurso como científico, o autor cita Plínio Ayrosa, primeiro professor titular da Cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

No excerto acima, o discurso de Ricardo centraliza-se na figura indígena e é sustentado por uma narrativa acadêmica, não mais literária. As unidades geográficas descritas por ele são: a planície, planalto e os platôs bolivianos. E a relação litoral/sertão representaria o atrito dos poderes entre a influência da coroa portuguesa no litoral e a “autonomia democrática” do sertão. Para ele, um marco na história brasileira seria o encontro da cultura portuguesa/europeia com os nativos “da terra”, “[...] os homens do oceano trazendo uma organização social aristocrática e os homens da terra em estado

social primitivo, comunista” (1970, p.8). Vemos a ideia de Morgan reaparecer novamente nessa pequena citação.

Em um enfoque geográfico, o autor salienta “quatro fases bandeirantes de conquista da *hinterland*”: 1532: Martim Afonso resolve subir ao planalto, oitocentos metros de altitude de São Vicente; 1550: Santo André da Borba do Campo; 1554: São Paulo do Piratininga e Sant’Ana do Parnaíba. Assim como em *Geografia Sentimental*, de Plínio Salgado, o autor utiliza-se do termo *hinterland* para atribuir a uma determinada cidade o qualificativo estratégico frente ao contexto nacional.

Outrossim, estas três ultimas cidades abririam as portas do sertão para o desenvolvimento civilizacional do interior. Vias de acesso foram utilizadas para essa penetração, como, por exemplo, o rio Tietê devido ao seu fluxo contínuo rumo oeste. A fixação de tais grupos humanos, com seus aglomerados, depende principalmente do meio físico e, nessa ambiência natural, a sociedade mergulha em raízes profundas de vínculo com o solo. É como se houvesse em cada cidade erguida no planalto um mini estado autogerido e autossuficiente.

O Estado de São Paulo atrairia novas frentes pioneiras para si, como se fosse um ímã para diferentes povos. O autor de *Martim Cererê* teria essa perspectiva social tão forte que descreve minuciosamente os deslocamentos populacionais de outras regiões para o planalto do Piratininga, materializando estes dados em um mapa temático:

Só de 1936 a 1939 s transportam 120.000 trabalhadores agrícolas do interior baiano para S.Paulo. De Minas Gerais chegam 56.000; de Alagoas 22.000; de Pernambuco, 8.000 (postas as migrações em números redondos). Em 1952, segundo os Estados de procedência, assim falam as estatísticas: do Acre 3; Amazonas 12; Pará 50; Maranhão 72; Piauí 2.625; Ceará, 15.105; Rio Grande do Norte, 728; Paraíba, 3.167[...]. (RICARDO, 1959, p.385)

Imagem 12: Fluxos migratórios em direção ao Estado de São Paulo (RICARDO, 1956, p.385)

As linhas do mapa demonstram que tais migrações se faziam na primeira metade do século XX um sentido inverso ao do bandeirismo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Como um refluxo ao seu específico ponto de origem. O antigo foco de propulsão passa, também, a ser de atração.

No tocante à colonização e aos agrupamentos humanos que vão ganhando forma no Brasil, destaca-se a distinção econômica que Cassiano Ricardo faz da monocultura do engenho nordestino em contraposição à policultura da pequena propriedade do Planalto.

No conceito dessa mobilidade ou pra sua explicação emergem, na sociedade incipiente, aquele três tipos fundamentais: o cacique, o cabo-de-tropa e o senhor de engenho [...] e três paisagens culturais: a do grupo ameríndio, a do grupo terra adentro e a do grupo costeiro ou dos engenhos [...] virá depois a vigorosa influência dos fatores geográficos sobre a organização dos poderes no período colônia. A casa de taipa do Planalto com a policultura e a pequena propriedade; a ‘casa-grande’ do engenho com a monocultura e a grande propriedade. O grupo ameríndio entra na nova sociedade com o bugre pro trabalho e com a bugra pro início da mestiçagem; o grupo do planalto tem sua atividade econômica voltada para a caça de pedras verdes, que o sertão explica; e o do litoral tem sua atividade econômica voltada para o canavial, que o massapé explica. (RICARDO, 1970, p.13)

No fragmento do ensaio acima percebemos a tentativa de Ricardo em explicar a formação dos poderes administrativos regionais e sua influência econômica. Para os ameríndios, em especial os bugres⁵⁵, o poder estaria concentrado na figura do cacique; para o líder da bandeira no cabo-de-tropa; e para as populações costeiras no senhor de engenho. Assim, formar-se-iam as “paisagens culturais” provocadas por esses grupos na medida em que o espaço fosse sendo apropriado pelos mesmos. Não haveria a ideia de nação em contextos coloniais. Dentro da relação sociedade-natureza, tendo como horizonte norteador a economia, a população brasileira se vinculária organicamente com o solo, com a região. E em vários momentos o autor deixa transparecer sua preferência pelo modelo econômico paulista (policultura, pequena propriedade) em comparação ao costeiro (grande propriedade, monocultura). A ambição do primeiro era tratada como motor expansionista rumo ao oeste, em busca de pedras preciosas, o sertão; enquanto o segundo, quase que condenado a fixar-se a um lugar único, imóvel, ao comodismo da planície, foi descrito por Cassiano como uma ação-reação ao solo de massapé, condição favorável à cultura do canavial. É importante notarmos o juízo de valor no qual Cassiano está assentado, sempre uma crítica a população costeira. Embora não seja visível em toda sua obra, o autor dialoga com *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre.

Em suma, no ensaio *Marcha para oeste*, a representação geográfica colonial era sem forma, incompreensível, desconhecida, mas ganharia contorno mais visível no momento em que os grupos vão se fixando nos litorais e planaltos em busca de sobrevivência. A economia seria a base da transformação de uma paisagem natural, intocável, cultural, vinculada ao solo e adaptada ao meio. E por último uma condição estabelecida pelo contato de diferentes culturas alteraria a psicologia bandeirante: a miscigenação, vista por Cassiano Ricardo, como catalisadora das melhores características que cada povo poderia oferecer à população do Planalto do Piratininga.

⁵⁵ Nesse caso, os bugres seriam um subgrupo indígena que dominou o planalto paulista e tinha como princípio social o conflito, conquistando outros indígenas. Esse grupo seria considerado violento.

Self-government: a bandeira na gênese do Estado

“Um Estado dentro do outro Estado!”. Era assim definido o território bandeirante segundo Cassiano Ricardo. O autor usou boa parte do ensaio para mostrar como o novo Estado bandeirante, desde o início da colonização, contrapunha-se ao governo central português, chamado por ele de “autoritário e estagnado no tempo”. Tal ímpeto revolucionário foi tratado como o combustível para a espacialização do espírito nômade, cuja sociedade seria o próprio Estado e o Estado à própria sociedade. A conquista de novos espaços ampliaria o território de Piratininga, fazendo-o crescer proporcionalmente à força de sua população. Vejamos bem: nos anos de 1920 a 1940 inúmeros ensaios destacaram-se por estabelecer, ou pelo menos aspiravam isso, um novo paradigma explicativo à sociedade brasileira, como *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda; *Retratos do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), Paulo Prado; *Casa Grande e Senzala* (1933), Gilberto Freyre; *Geografia Sentimental* (1937), Plínio Salgado, etc. Independentemente do livro conter um discurso mais científico ou não, o fato é que em ambos os casos a população brasileira foi tomada como objeto de estudo. A busca incessante para entender, até aquele momento, como se deu nosso senso de brasilidade, de nação (embora os ensaios tivessem mais o intuito de construir essa brasilidade), seria o horizonte a ser explorado pela elite intelectual do país. Por essa razão, em várias passagens da obra Cassiano faz uma crítica às ideias defendidas por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*.

Nota Gilberto Freyre que as nossas populações gostam do governo ‘ másculo e corajosamente autocrático’ e atribui esse fato ao masoquismo, ao ‘puro gosto de sofrer’ que nos ficou da escravidão (1959, p.214).

[...]

Todos sabemos que o conceito da sociedade é essencialmente dinâmico. E é desse ‘dinamismo cultural’ que se nutre a história. A Casa Grande e Senzala não é senão uma honesta investigação no sentido de ser evidenciada a permanência, no Brasil de hoje, de valores culturais gerados pela economia latifundiária e escravocrata do nordeste (1959, p.220).

[...]

Assim como a casa-grande era o centro, a representação, o sistema de vida da sociedade do Nordeste, a bandeira vinha a ser o instrumento, a representação e a técnica de outro sistema de vida, que era o do Planalto. A casa-grande é o instrumento de uma sociedade ‘em repouso’, a bandeira é o instrumento de uma sociedade inquieta, com mobilização permanente. A casa-grande é o instrumento (1956, p.227).

Há dois pontos principais a se destacar: o primeiro diz respeito à crítica que Cassiano Ricardo faz ao associar a sociedade nordestina como imóvel, alheia a qualquer princípio de expansão, alegando ser esta imobilidade uma característica imposta pela coroa portuguesa através dos engenhos. O segundo, mais autocentrado em si mesmo, confere à sociedade bandeirante a qualidade de ampliar as fronteiras do território para oeste e fortalecer o Estado. Porém, a qual Estado ele se refere? Pelo observado no ensaio, o Estado bandeirante, localizado no planalto do Piratininga, seria a força opositora aos mandos da coroa portuguesa. Assim, quanto mais conquistasse territórios e, inevitavelmente, crescesse, mais autonomia teria frente ao rei, e isso acarretaria um efeito inversamente proporcional, pois, ao ampliar seu território, diminuiria a influência portuguesa no país. Em resumo, em algum momento, pensava Cassiano, o Estado paulista substituiria o da coroa portuguesa e controlaria todo o território nacional, como observado na ilustração abaixo,

Imagem 13: Direção das bandeiras (RICARDO, 1956, p.225)

O deslocamento da bandeira atingiria os limites do controle português sobre o território, passando pelas fronteiras do Paraguai, Bolívia e Peru a oeste; e, num andar

latitudinal, tomaria posse das zonas litorâneas a leste. Pois bem, para o autor a construção histórica do território deveria seguir um sentido paulista de agir e pensar, organicamente vinculado ao solo e às tradições do planalto. Foram atribuídos ao bandeirismo, embora haja contradição no discurso do próprio autor, a qualidade de expandir as linhas geográficas do Brasil e constituir as bases físicas do novo Estado; desenvolver um espírito americano na formação social brasileira, em contraposição ao sentido português incorporado na ideia da casa-grande; instituir a gênese da independência através do *self-government*; ter uma “democracia social brasileira” na origem da “democracia política”; e, por fim, a formação sociológica do Estado brasileiro. Para o autor, esses princípios deveriam estruturar a organização histórica do “Brasil moderno”.

No entanto, estas formulações baseiam-se apenas no sentido teórico, sem uma fundamentação mais concreta na realidade. A forma como Cassiano reescreve a origem da sociedade brasileira caminha mais no sentido alegórico e imagético do que factual. Ele mesclaria o discurso literário e o discurso científico/sociológico para justificar sua visão de mundo. Seu atrito com Gilberto Freyre não era apenas no campo das ideias, mas também geográfico. Isso porque cada autor defenderia seu território a partir das próprias raízes identitárias. Cassiano queria elevar a figura bandeirante a símbolo nacional, uma imagem e conceito alinhados a um “suposto espírito guerreiro adormecido na população”.

Mapa 3: Mapa que serviu a Alexandre de Gusmão para conseguir o tratado de 1760, que estabeleceu os limites do Brasil, baseados na expansão geográfica brasileira (RICARDO, 1959, p.257)

Os mapas na obra *Marcha para oeste*, enquanto projeção espacial de Cassiano Ricardo, trazem um elemento importante à nossa análise do discurso: os rios. Para o autor, parte significativa do sucesso bandeirante em expandir os limites nacionais deu-se graças às “estradas d’água” que seguiam constantes para o interior. Além disso, o elemento “água” garantiria uma certa ‘purificação do espírito’ para a sociedade de Piratininga. Enquanto análise do discurso geográfico (representação espacial) percebida no livro, sem sombra de dúvidas *Marcha para oeste* é o trabalho mais denso e repleto de mapas, imagem de paisagens, tabelas e gráficos que estudamos nessa dissertação. Talvez fosse necessário um estudo específico da obra para destrincharmos todas as suas construções simbólicas e históricas.

Mapa 4: Zonas pioneiras do século XIX e do início do XX. Mapa que acompanha o estudo de Léo H. Waiber (RICARDO, 1959, p.376)

As frentes pioneiras de expansão paulista foram outro tema constantemente abordado por Ricardo. Acreditamos na forte influência dos trabalhos do geógrafo francês Pierre Monbeig e de sua tese *Pionniers et Planteurs de São Paulo* nos argumentos criados pelo escritor pois, no decorrer dos capítulos lidos, o geógrafo é, consideravelmente, citado. A precoce organização política paulista lhe proporcionaria a possibilidade de uma certa autonomia frente às escolhas territoriais. A “marcha da civilização” atingiria, no século XIX, as zonas da depressão do Paraíba, central do Estado de São Paulo, Zona de São Carlos – Ribeirão Preto e Botucatu. Já a do século XX, a região de Chapecó – Pato Branco, norte do Paraná, Oeste de São Paulo e região norte do rio Doce. Até o momento que o autor escrevia esse ensaio o espectro alegórico do bandeirante pairava nos debates acerca da construção da identidade nacional entre 1920-1940, algo explicado quando sublinhamos o contexto histórico do autor e da obra. Pensar a formação territorial brasileira era também criar novos paradigmas sociais. E o Estado de Vargas não seria alheio a essa discussão. Centralizar o poder e desmanchar os regionalismos, sem parecer fazê-lo, foi uma estratégia política de um governo que

absorve um número significativo de intelectuais para fazer parte da estrutura burocrática do Estado.

À luz das representações espaciais aqui encontradas, notamos a incansável tentativa de Ricardo em justificar uma superioridade paulista a partir de elementos morais, éticos e geográficos. A construção do território paulista caminharia unida com a do território brasileiro, porém, este último, sob domínio português, só conseguiria sua independência submetendo-se à “virtude” bandeirante. Ora, não há dúvidas de que o autor coloca toda sua ideologia paulista— e a do grupo ao qual ele faz parte - em cada página escrita do livro, mesmo afirmando ser um trabalho imparcial e científico. No entanto, não podemos negar a dedicação por parte de Cassiano ao fazer este trabalho, uma vez que a quantidade de fontes, mapas e documentos empenhados por ele para justificar o surgimento da sociedade paulista nos faz ter em mão uma valiosa fonte de pesquisa do pensamento social brasileiro.

Considerações Finais

O caminho que traçamos até este ponto indica-nos a importância em se analisar o discurso geográfico (representações espaciais) contidas em obras literárias. Além do mais, os autores aqui discutidos, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, nos provocaram uma certa incerteza do que encontraríamos no desenrolar da pesquisa, porque além de figuras polêmicas do seu tempo, não sabíamos como as representações espaciais iriam aparecer em suas obras. Assim, constatamos que os livros analisados não só representaram o espaço geográfico paulista, mas também projetaram uma ideia de regionalização defendida pela intelectualidade ultraconservadora paulista. O discurso geográfico-simbólico da literatura buscava se materializar na realidade social e política nas décadas de 1920-1930.

Com certeza não esgotamos as possibilidades de estudo destes livros e muito menos dos autores. O encadeamento entre a vida política e artística de Plínio e Cassiano só nos mostrou que ainda há muitos “nós” para desataremos e que esta dissertação somente apontou um pequeno caminho a se seguir. É de fato importante perceber como a literatura traz para seu interior simbólico sentidos novos para o espaço representado. Além disso, os enunciados socialmente construídos (o livro) propagam discursos que são, propositalmente, direcionados a alguém, que encontram o seu enunciatório. Salgado e Ricardo queriam atingir com suas ideias a elite letrada da época que estava pensando como deveria ser a identidade nacional e territorial do país.

Em uma singela tentativa de investigar as obras sob o prisma da análise do discurso, sobretudo na orientação dada por Mikhail Bakhtin a respeito desse assunto, procuramos não separar a tríade obra/autor/contexto, visto que, se assim tivéssemos feito, correríamos o risco de apenas descrever o conteúdo dos livros, sem abordar a dimensão crítica-espacial que eles mereceram.

Pois bem, é necessário esclarecer que o grupo ao qual Salgado e Cassiano faziam parte interpretava o espaço brasileiro a partir de juízos morais e éticos, cuja intencionalidade era criar uma forjada identidade nacional por meio dos seus personagens literários.

Pudemos constatar também a alteração de gênero literário dos livros da década de 1920 em comparação aos da década de 1930. Enquanto *O Estrangeiro* (1926) e *Martim Cererê* (1928) carregavam uma temática mais mística e mítica da sociedade

brasileira, buscando a construção de um personagem ideal que a representasse; *Marcha para oeste* (1940) e *Geografia sentimental* (1937), ambos ensaios, favoreciam a um entendimento mais político-territorial do Brasil. A junção entre estes dois momentos literários nos permitiu concluir que a ideia de Estado, raça e meio se vinculava à figura do bandeirante e à representação geográfica de São Paulo. E esse modelo social e territorial nos permitiu aprofundar na análise das obras, uma vez que as intencionalidades dos autores começaram a emergir. Ou seja, o discurso geográfico de Cassiano e Plínio seguia a lógica da implementação de uma identidade nacional e territorial com base na história e representação espacial de São Paulo e em seu personagem mais caricaturado, o bandeirante. Extraímos dessa questão que o geográfico sustentaria a suposta perspectiva de brasilidade.

É fato também que a análise do discurso nos serviu como metodologia, porque as manifestações artísticas (literatura) e as ciências humanas (representações geográficas) nos exigiu alternativas metodológicas para a pesquisa interdisciplinar. Afirmamos que os intelectuais brasileiros nos primeiros cinquenta anos do século XX não caminhavam apenas por uma área de interesse. Eles já praticavam a interdisciplinaridade antes mesmo deste conceito ganhar força no meio acadêmico. E percebemos que eles ora estavam focados em leituras da realidade brasileira sob um olhar pseudocientífico transplantado do continente europeu, ora eles se debruçavam sob a tutela da literatura para criar seus personagens que ganhavam vida em suas obras.

Percebemos, ao reconstruir parte do pensamento geográfico da época, como certos conceitos utilizados, por exemplo, por Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, sobressaíam das páginas do ensaio *Marcha para oeste*, de Cassiano Ricardo. E como a ideia de diminuir o território em partes menores de análise (regionalizar) estava presente desde *Geografia sentimental* e *Marcha para oeste* até em discussões levantadas por Fabio Macedo Soares de Guimarães (1941) sobre a problemática e inconsistência em construir unidades regionais no Brasil.

Ademais, identificamos que o projeto de centralização da ditadura getulista visava diminuir os “regionalismos” e, ao mesmo tempo, regionalizar o território do Brasil. Acreditamos, “regionalismo” estava atrelado ao poder local pertencente a uma elite econômica. Desmanchar esse poder era tomar para si novamente o controle do território. Já regionalizar de acordo com a política autoritária-integracionista de Vargas era manter o controle soberano sobre o território e, em certa medida, agrupar estas

unidades territoriais criando uma estrutura racionalizada para o desenvolvimento capitalista a partir do controle do Estado. Assim, essa temática pode ser vista tanto nos livros analisados como em artigos encontrados na *Revista Brasileira de Geografia*.

No romance *O Estrangeiro* (1926) de Plínio Salgado, notamos a insatisfação do autor, através do seu personagem/alterego Juvêncio, com as rápidas transformações pela qual São Paulo estava passando, sobretudo a transição voraz de uma sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial. Para o autor, essa dualidade é o motivo máximo da degradação dos valores morais e éticos da representação espacial paulista. Isso porque as áreas urbano-industriais, somadas às cidades litorâneas, eram os centros em que as ideias econômicas (liberalismo), doutrinárias (comunismo) e modernas (cosmopolitismo) ganhariam força, descaracterizando o Brasil. Nesse livro, percebemos toda a ideia inicial salgadiana que, anos mais tarde, desencadeou nos postulados doutrinários do integralismo. Para nós, ficou claro que nessa obra o autor divide São Paulo em três unidades territoriais: o litoral (porta de entrada das ideias rechaçadas por ele), a cidade de São Paulo (centro urbano-industrial que potencializaria o cosmopolitismo) e o interior (sertão, interior que, apesar de conter inúmeros estrangeiros, preservaria a “pureza nacional”).

Em *Martim Cererê* (1928) não dissecamos todos os poemas encontrados no livro e sim escolhemos os mais significativos no que se concerne às representações geográficas. O tom épico-lírico da obra nos indicou personagens heroicos na construção do geográfico em cada poema; estes personagens foram chamados por Ricardo de “heróis geográficos”. Percebemos que o discurso do texto estava com uma roupagem paulista-nacionalista e que a miscigenação das raças (branco, negro e indígena) criou um tipo social intitulado “gigante de botas” (bandeirantes). A apropriação do espaço por cada grupo que se fixou no planalto do Piratininga construiu a dimensão geográfica da obra.

No ensaio *Geografia Sentimental* (1934) a discussão centra-se para uma integração político-territorial, embora o livro esteja repleto de simbologias e manipulações discursivas, como atribuir um qualificativo moral a uma determinada região. O interessante é destacarmos que o narrador do texto, o próprio Salgado, viaja pelas várias paisagens brasileiras em busca de explicá-las não com a razão, mas sim com uma dimensão mais emocional. E a depender da paisagem e dos elementos geográficos (orografia, vegetação, rios, entre outros) que a compõem, a dimensão

existencial dos tipos humanos regionais se modificaria, ou seja, a sociedade estaria vinculada ao meio. Na obra de Salgado, há uma crítica constante a crescente urbanização e a racionalização das cidades, sobretudo São Paulo. Salientamos a quantidade significativa de imagens em cada página do livro. Não excluimos tal ponto de nossa análise e chegamos à conclusão de que essas imagens faziam parte do discurso do autor em construir um cenário manipulado no imaginário do leitor. Em *Geografia sentimental* o autor deixa transparecer seu posicionamento quanto à relação espaço geográfico/homem, pois considera que o segundo (homem) seja submisso ao primeiro (geográfico). Fechamos esse livro com a ideia de que o discurso geográfico teria um papel fundamental para as aspirações de Salgado. Isso porque este discurso traria a discussão das singularidades regionais de um país continental, introduzindo na psicologia do indivíduo o sentimento orgânico com o solo. Pontuamos aqui uma crítica. O livro de Plínio detém uma narrativa atraente e de fácil compreensão, no entanto totalmente a-histórica. O vínculo orgânico com o solo não era sustentado por raízes passadas, mas sim por paisagens romantizadas. E isso, ao nosso ver, faz jus a um nacionalismo anacrônico e perigoso.

Marcha para oeste (1940), de Cassiano Ricardo, foi sem dúvida a análise mais trabalhosa. Percebemos nesse volumoso livro a intenção de Ricardo em recontar a história do Brasil a partir da figura do bandeirante paulista. É importante destacarmos também que, ao contrário de *Geografia sentimental*, o ensaio de Ricardo traz uma discussão mais calcada em dados e fontes primárias de investigação. Percebemos que o autor tentou rever a cultura bandeirante sob uma perspectiva histórica, sociológica e, sobretudo, geográfica, uma vez que a união desses três recortes metodológicos justificava um Estado (paulista), uma raça (bandeirante) e um meio (Planalto: sertão). Chamou-nos a atenção nesse livro a quantidade significativa de vezes que Ricardo evoca o trabalho *Pionniers e planteurs de São Paulo*, do geógrafo Pierre Monbeig. Isso é um indicativo forte das ideias científicas e literárias estarem alinhadas a um mesmo plano compreensivo. Percebemos a forte tentativa do autor em justificar a formação da sociedade do planalto como um padrão verdadeiro da “democracia racial brasileira”. Outro ponto que nos aguçou a curiosidade foi a constante utilização da palavra *hinterland*, dividindo em quatro fases bandeirantes a conquista deste *hinterland*: 1532- Martim Afonso, 1550-Santo André da Borba do Campo, 1554- São Paulo do Piratininga

e Sant'Ana do Parnaíba. Nesse trabalho, percebemos que a dimensão histórica, sociológica e geográfica justificaria o modelo paulista de organização territorial.

Por fim, destacamos o desafio em se construir essa dissertação ao longo destes anos. Não esgotamos o assunto; nem na análise do discurso geográfico em obras literárias, tampouco nos trabalhos de Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. Essa pesquisa nos fez perceber como os discursos de ordem nacionalista de direita, que defendem uma identidade nacional e uma identidade regional, possuem um mecanismo cíclico na história. Embora essa dissertação tenha analisado livros das décadas de 1920-1930, os discursos encontrados em cada página, em cada poema, em cada citação, nos pareceram mais atuais do que nunca. No Brasil, talvez por sua esquizofrenia nacionalista, ou ainda pelo desconhecimento da história por grande parte da população, os mecanismos ideológicos de manipulação de massas que fingem resolver um problema complexo com uma solução simples ainda são usados em pleno século XXI. Infelizmente, o brasileiro ainda busca um “herói geográfico”, alguém que possa resolver todos os problemas de um país cuja herança histórica remonta-se a um autoritarismo. Assim, precisamos mais do que nunca olhar o passado para entender o presente. A análise do discurso geográfico nos mostrou como as ideias nacionalistas anacrônicas podem, perigosamente, ganhar força através do tempo e encantar os desavisados.

Obras analisadas

- RICARDO, C. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: editora José Olympio. volume I, 1979.
- RICARDO, C. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: editora José Olympio. volume II, 1959.
- RICARDO, C. *Martim Cererê (o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis)*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974.
- SALGADO, P. *Geografia Sentimental*. Rio de Janeiro: editora José Olympio, 1937.
- SALGADO, P. *O Estrangeiro*. São Paulo: editora Hélios, 1928

Referências Bibliográficas

- ADDUCI, C.C. *A Pátria Paulista: o separatismo como resposta a crise final do império brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.
- BAKHITIN, M. *Estética da criação verbal*. 6º edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHITIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16º edição. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BARREIRA, C.C.M.A. O papel de Pierre Monbeig na análise da ocupação da frente pioneira no centro-oeste (1930-1940). *Boletim Goiano de Geografia*. Universidade Federal de Goiás. Departamento de Geografia. Goiás, v.15. n.1.jan/dez, 1995, pp.89-107
- BARROS, N.C.C. *Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal*. Estudo disponível em: « <http://www.scielo.br/scielo>. » vol.22 no.62 São Paulo Jan./Apr. 2008 [29 novembro 2016]
- BEIRED, J.L.B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: edições Loyola. 1999.
- BOMFIM, P.R de. A. *Território e Movimento Integralista: Uma contribuição para o Estudo das Ideologias Geográficas no Pensamento Autoritário Brasileiro das décadas de 1920-1930*. 183f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

- BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Cultrix. 2006
- BRESCIANI, M.S.M. *Falar literariamente de alteridade: Plínio Salgado em O Estrangeiro*, Letterature d’America, Roma, v.87. 2001. pp.53-83
- BROSSEAU, M. Geografia e Literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). *Literatura, Música e Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- CAMPOS, M.J. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p.140-155, dezembro/fevereiro 2005.
- CAMPOS, M. J. *Versões modernistas do mito da democracia racial em movimento: estudo sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945*.371f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.
- CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária* – 8º ed – São Paulo, 2000.
- CARPEAUX, O.M. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro. 1968.
- CARVALHO, M.B. *Da Antropogeografia do final do século XIX aos desafios transdisciplinares do final do século XX: o debate sobre as abordagens integradas da natureza e da cultura nas Ciências Sociais*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: outubro de 1998, p.350.
- CARVALHO, M.B. Geografia: Ciência da Complexidade (ou da reconciliação entre natureza e cultura). *Boletim Paulista de Geografia*. n 83. 2005. pp. 139-160
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado (forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CLAVAL.P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: editora da UFSC, 2014.
- CONCEIÇÃO, A. L. Pensamento social brasileiro e geografia. In: Bomfim, P.R. e SOUSA NETO, M.F. *Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume.FFLCH-USP;GEOPO-USP, 2010.
- COSTA, W. M. *Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder*. São Paulo: HUCITEC: editora da USP, 1992.
- CUNHA, A.S; ROQUE, Z.S. *Martim Cererê: índios e bandeirantes na visão de Cassiano Ricardo*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

DEFFONTAINES, P. *El Brasil: la tierra y El hombre*. Barcelona: Editorial Juventude S.A, 1944.

DEFFONTAINES. P. *L'Homme ET la forêt*. Paris: Librairie Gallimard. 1933.

DELFOSSÉ, C. *Biographie et bibliographie de Pierre Deffontaines (1894-1978)*, Cybergeog : European Journal of Geography [En ligne], Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique, document 127, mis en ligne le 09 mars 2000. disponível em : « <http://cybergeog.revues.org/1796> » . [21 novembro 2016].

ELIADE, M. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1989.

ESCOLAR, M. *Crítica do Discurso Geográfico*. Trad: Shirley Morales Gonçalves. Ed: HUCITEC. São Paulo, 1996.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* – 12ed – São Paulo: Globo, 1991.

FERREIRA, M.M. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: *INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (1998; Rio de Janeiro). Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X international oral history conference/eds. Ilana Strozemberg. [et al]*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Casa Oswaldo Cruz, 1998. V.1. p.379-386.

FUNARI, P.P. e SILVA, G. J. *Teoria da História (tudo é história?)* – São Paulo:Brasiliense, 2008.

GOLDMANN, L. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

GOLDMANN. L. *La Creacion Cultural en la Sociedad Moderna*. Barcelona: Editorial Fontamara. 1980.

GONÇALVES, L.P. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 669f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

GRATÃO, L.H.B. Por entre becos e versos – a poética da cidade vi(vi)da de Cora Coralina. In: MIRANDOLA JR, E. e GRATÃO, L.H.B. *Geografia e Literatura: Ensaio sobre geograficidade, poética e imaginação*. Londrina: EDUEL, 2010.

GUIMARÃES, F.M.S. Divisão Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. n. 2. Ano.III. abril-junho. 1941, pp. 318-373.

HAESBAERT R. *Território, poesia e identidade*. *Revista Espaço e Cultura*, n1, janeiro de 1997, p. 21-32.

HOLANDA, S. B. *Visão de paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IGLÉSIAS, F. Modernismo: Uma reverificação da Inteligência Nacional. In: ÁVILA, Afonso. *O Modernismo* (Org.) 2ª edição. São Paulo. 2002.

KURY, M. G. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LA BLACHE, V. *Princípios da geografia humana*. Lisboa: Edições Cosmos, 1946.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, Modernista e Modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Vilma Peres da (Org). *A Década de 20 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/FAPESP, 1997.

LAKATOS, I. *Historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales*. Con la colaboración de H. Feigl, R.J.Hall e N. Koertege y T.S.Kuhn. Trad: D. Ribes. Madri: Ed. Tecnos, 1993

LEVY, B. *Geographie et litterature: une synthèse historique*. Disponível em: <http://www.unige.ch/ses/geo/collaborateurs/enseignants/levybertrand.html> Le Globe, 2006. T.146, 25-52 [22 agosto 2015]

LÉVI-STRAUSS, C, - *O pensamento selvagem*. Tradução: Tânia Pellegrini - Campinas, SP: Papirus, 1989.

LIMA, D.A. *O mundo da hinterlândia e os avanços da fronteira no espaço tocantinense*. Textos & Debates, Boa Vista, n.26, p.99-112, 2015.

MACHADO, Mônica Sampaio. *A geografia universitária carioca e o campo científico disciplinar da geografia brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

MACHADO, Lia Osório. Origens no pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930) In: GOMES, CORREA e MACHADO. *Geografia: conceitos e temas* – 15ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MATOS, M.I.S; GOLÇALVES, L.P. *O Estrangeiro na obra de Plínio Salgado: matrizes, representações e propostas*. São Paulo, Unesp, v.1, p.157-182, janeiro-junho, 2014.

MELLO, A.D.B. Por uma análise do discurso geográfico: A voz do oeste, de Plínio Salgado. *Relevâncias (Revista de Geografia)*. São Paulo. V.1, n.1. 2016. pp.26-42.

MICELI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL/ Difusão Cultural S.A., 1979.

MONBEIG, P. *Pionniers e planteurs de São Paulo*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

MORAES, A.C.R. *Geografia: Pequena História Crítica* – 21ª ed – São Paulo: annblume, 2007.

- MORAES, A.C.R. A Antropogeografia de Ratzel: indicações:. In, MORAES, A.C.R. (org). *Ratzel* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: 1990.
- MORAES, A.C.R. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MORAES, A.C.R. *Território e história do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- NASCIMENTO, B. H. *A Ordem Nacionalista Brasileira: O nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. Instituto de Estudos Brasileiros, 2002.
- NOGUEIRA, A.E. *O lugar da fronteira na Geografia de Pierre Monbeig*. Tese de Doutorado. 364f. FFLCH-USP: Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2013.
- PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1997.
- PEREIRA, E.M.C. *O Estado Novo e a Marcha para Oeste*. Revista História. 2(1): 113-129. jan/jun, 1997.
- PIMENTEL, B.A.F. Micea Eliade e o mito. *Kalíope*, São Paulo. ano 1, número 1, 2005, p.66-79.
- PRADO JR, C. *A Cidade de São Paulo: Geografia e História*. 13º ed – Editora Brasiliense. São Paulo: 1983.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: brasiliense. 2000.
- RACINE, J.B. Discurso Geográfico y Discurso Ideológico: Perspectivas Epistemológicas. *Cuadernos Críticos de Geografía Humana: Universidade de Barcelona*. Año III, n13, 1978.
- RAIMUNDO, S.L. *Terra Conquistada; a pátria de alma bandeirante*. Terra Brasilis [online] 2/2000.
- RATZEL, F. *Sobre a interpretação da natureza (Uber Naturschilderung)*. GEOgraphia v.12. no. 23, 2010 [1904] p. 157-176
- RAMINELLI, R. Da vila ao sertão: os mamelucos como agente da colonização. *Revista História*: São Paulo. n. 129-131, p. 209-219, agos/dez. 1993.
- SACARDO, V.A. *O Integralismo pliniano: autoritarismo e ordem na defesa da nação*. 182f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas do câmpus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2011.

SALGADO, P. *A Vóz do Oeste (Romance – Poema da época das Bandeiras) – 2º ed –* Editora Jose Olympio. Rio de Janeiro: 1937.

SANTOS, B. S. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade -14ed. -* São Paulo: Cortez, 2013.

SANTIAGO, S. Vanguarda: Um Conceito e Possivelmente um Método. In: ÁVILA, Afonso. *O Modernismo* (Org.) 2ªedição. São Paulo. 2002.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república - 2 edição -* Editora Brasiliense S.A: São Paulo, 1985.

SCARIM, P. C. A Construção da Geografia Acadêmica no Brasil In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo-SP. Julho/2008.

SALGADO, P. *O Ritmo da História*. 3ªedição. São Paulo: Voz do Oeste. 1978.

SOUZA, C.V. *Brasileiros e Brasileiras: gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr.* Cadernos Pag (6-7) 1996: pp 83-108.

TRINDADE, H. *integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2.ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, G. F. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: brasiliense, 1979.

VELLOSO, M.P. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VELLOSO, M.P. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Estudos históricos: Rio de Janeiro. Vol.6, n.11, 1993, p.89-112.

VITTE, A.C. *Breves considerações sobre o papel de Pierre Monbeig no pensamento geomorfológico uspiano*. Confins [online]. 11/2011, posto online no dia 27 de março de 2011, consultado no dia 27 de fevereiro de 2017. URL: <http://confins.revues.org/6954;DOI:10.4000/confins.6954>.

ANEXOS: Cronograma das obras dos autores

ANEXO A – Cassiano Ricardo

Poesia	
1915	<i>Dentro da noite</i> . São Paulo: [s.n.]
1917	<i>A Flauta de Pan</i> . São Paulo. [s.n.]
1920	<i>Jardim das Hespérides</i> . São Paulo. [s.n.]
1924	<i>Atalanta</i> (a mentirosa dos olhos verdes). São Paulo: Casa Mayença.
1926	<i>Borrões de Verde e Amarelo</i> . Editorial Hélios/Novíssima. São Paulo.
	<i>Vamos Caçar Papagaios</i> . Editorial Hélios/Novíssima. São Paulo.
1928	<i>Martim Cererê: ou o Brasil dos meninos, dos poetas dos heróis</i> . 1º edição. Editorial Hélios. Ltda. São Paulo.
1930	<i>Canções da Minha Ternura</i> . Companhia Editora Nacional. São Paulo.
1931	<i>Deixa estar, Jacaré</i> . Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais. São Paulo
1943	<i>O Sangue das Horas</i> , Editora José Olympio, Rio de Janeiro.
1947	<i>Um Dia Depois do Outro</i> . Companhia Editora Nacional. São Paulo.
1950	<i>A Face Perdida</i> . Editora José Olympio. Rio de Janeiro.
	<i>Poemas Murais</i> . Editora José Olympio. Rio de Janeiro
1952	<i>25 Sonetos</i> . Editora Hipocampo. Niterói.
1956	<i>O Arranhacéu de Vidro</i> (1954). Editora José Olympio. Rio de Janeiro.
	<i>João Torto e a Fábula</i> (1951-1953). Editora José Olympio. Rio de Janeiro.
1957	<i>Poesias Completas</i> . prefácio de Tristão de Athayde. Editora de José Olympio. Rio de Janeiro.
1960	<i>Montanha Russa</i> . Editora Cultrix. São Paulo.
1968	<i>Jeremias sem Chorar</i> . Editora José Olympio. Rio de Janeiro.
1965	<i>Poemas Escolhidos</i> . Editora Cultrix. São Paulo.
1971	<i>Os Sobreviventes</i> . Editora José Olympio. Rio de Janeiro.
Obras traduzidas no exterior	
1953	Martim Cererê, versão de Emília Bernai, Ediciones Cultura Hispanica, Madri.
1956	La Marcha Havia el Oeste (ensaio, edição do Fundo de Cultura Econômica), Mexico-Buenos Aires.
Prosa	
1936	<i>O Brasil no Original</i> . Editora Hélios. Ltda: São Paulo.
1938	O Negro na Bandeira In <i>Revista do Arquivo Municipal de São Paulo</i> . Departamento da Cultura, a. IV, v. XLVII, p. 5-45, maio.
	<i>Elogio de Paulo Setúbal</i> (discurso de posse na Academia Brasileira de Letras) – “Bandeira”. Editora São Paulo.
1939	Pedro Luís Visto pelos Modernos In <i>Revista da Academia Brasileira de Letras</i> , Rio de Janeiro.

	<p>Pedro Luís, Precursor de Castro Alves In <i>Revista da Academia Brasileira de Letras</i>, Rio de Janeiro.</p> <p>A Academia e a Poesia Moderna, <i>Revista dos Tribunais</i>: São Paulo.</p>
1940	<i>Marcha para o Oeste</i> (A Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil), 1ª edição 1940; 2ª edição revisada em 2 volumes 1942; 3ª edição inteiramente revisada e aumentada 1959; 4ª edição inteiramente revisada e aumentada em 2 capítulos, 1970, todas da Editora José Olympio (a última em convênio com a Universidade de São Paulo.
1941	A Academia e a Literatura Brasileira In <i>Revista da Academia Brasileira de Letras</i> , Vol.01.
1953	<i>A Poesia na técnica do Romance</i> . Ministério da Educação. São Paulo.
1954	<i>O Tratado de Petrópolis</i> , 2 volumes, ed. Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.
1956	<p><i>Pequeno Ensaio de Bandeirologia</i>. Ministério da Educação e Cultura.</p> <p>João Ribeiro e a Crítica do Pré-Modernismo In <i>O Homem Cordial</i>.</p> <p>Gonçalves Dias e o Indianismo In <i>A Literatura no Brasil</i> (direção de Afrânio Coutinho), volume.01 tomo II. Editora Sul Americana, Rio de Janeiro.</p>
1959	<i>O Homem Cordial</i> (e outros pequenos estudos brasileiros). Ministério da Educação e Cultura.
1962	Gilberto Freyre, os Engenheiros e as Bandeiras In <i>Gilberto Freyre: sua Ciência, sua Filosofia e sua Arte</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro.
1964	<p><i>22 e a Poesia de Hoje</i>. Tese (aprovada por aclamação no II Congresso de Crítica e História Literária.) Ministério da Educação e Cultura: São Paulo.</p> <p><i>Algumas Reflexões sobre Poética de Vanguarda</i>, Editora José Olympio, Rio de Janeiro.</p> <p><i>O Indianismo de Gonçalves Dias</i>.</p>
1966	<i>Poesia Práxis e 22</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro.
1968	<i>Paulo Setúbal, o Poeta</i> . (Conferência realizada em Tatuí).
1970	<i>Viagem no Tempo e no Espaço (memórias)</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro. Em convênio com o Conselho Estadual de Cultura de São Paulo.

ANEXO B – Plínio Salgado

Prosa e Poesia	
1919	<i>Thabor</i> . Edição do Autor.
1921	<i>A Boa Nova</i> . Edição do Autor.
1926	<i>O Estrangeiro</i> . Editorial Hélios Ltda: São Paulo.
1927	<i>Literatura e Política</i> . Editorial Hélios Ltda: São Paulo. <i>A Anta e o Curupira</i> . Editora do Autor. <i>Discurso às Estrelas</i> . Editorial Hélios: São Paulo. <i>O Curupira e o Carão</i> . (em colaboração com Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo). Editorial Hélios: São Paulo. <i>A Literatura Gaúcha</i> . Conferência literária realizada no “Centro Gaúcho” de São Paulo
1931	<i>Oriente</i> . Edição do Autor. <i>O Esperado</i> . Editora Nacional: Rio de Janeiro
1933	<i>O Cavaleiro de Itararé</i> . Editora Unitas <i>O que é Integralismo</i> . Schmidt editorial:
1934	<i>A Vóz do Oeste</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro. <i>O Sofrimento Universal</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro. <i>Psicologia da Revolução</i> . Editora Civilização Brasileira
1935	<i>A Quarta Humanidade</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro. <i>Despertemos a Nação</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro. <i>A Doutrina da Sigma</i> . Editora Verde e Amarelo: São Paulo.
1936	<i>Palavra Nova dos Tempos Novos</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro.
1937	<i>Nosso Brasil</i> . Edição Coelho Branco: <i>Geografia Sentimental</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro. <i>Páginas de Combate</i> . Editora Livraria Antunes:
1942	<i>Vida de Jesus</i> (Biografia). Editora Panorama: São Paulo.
1943	<i>A Aliança do Sim e do Não</i> . Editora Ultra Mar: Lisboa.
1944	<i>A Mulher do Século XX</i> . Editora Tavares Bastos: Porto. <i>O Reis dos Reis</i> . Editora Pro Domo: Lisboa. <i>Conceito Cristão da Democracia</i> . Edições Estudos: Coimbra.
1945	<i>Primeiro, Cristo!</i> Editora Figueirinhas: Porto.

	<p><i>A Tua Cruz, Senhor.</i> Editora Ática: Lisboa.</p> <p><i>A Imagem daquela Noite.</i> Edições Gama: Lisboa.</p>
1946	<p><i>Como Nasceram as Cidades do Brasil.</i> Editora Ática: Lisboa.</p> <p><i>Madrugada do Espírito.</i> Editora Ática: Lisboa.</p> <p><i>O Integralismo perante a Nação.</i> Editora Ocidente: Lisboa.</p> <p><i>Espírito da Burguesia.</i> Edição Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.</p>
1947	<p><i>A Imagem daquela Noite.</i> Editora Gama: Lisboa.</p> <p><i>Mensagem às Pedras do Deserto.</i> Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.</p>
1948	<p><i>Direitos e Deveres do Homem</i> (Trabalho apresentado em San Sebastian, Espanha.). Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.</p> <p><i>O Poema da Fortaleza de Santa Cruz.</i> Editora de Luxo Guanumbi: São Paulo.</p> <p><i>Extremismo e Democracia.</i> Editora de Luxo Guanumbi: São Paulo.</p> <p><i>Pio IX e seu Tempo.</i> Editora Panorama: São Paulo.</p>
1949	<p><i>O Ritmo da História.</i> Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.</p> <p><i>Discursos.</i> Editora Panorama: São Paulo</p>
1950	<i>São Judas Tadeu e São Simão Cananita.</i> Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.
1951	<i>Sete Noites de Joaozinho.</i> Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro
1953	<p><i>O Integralismo na Vida Brasileira.</i> Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.</p> <p><i>As qualidades e virtudes de Euclides da Cunha</i> – Conferência apresentada em São José do Rio Pardo - , V Semana Euclidiana: São Paulo</p>
1954	<p><i>Atualidades Brasileiras.</i> Editora das Américas: São Paulo.</p> <p><i>Roteiro e Crônicas de mil Viagens.</i> Editora das Américas: São Paulo.</p> <p><i>Críticas e Prefácios.</i> Editora das Américas: São Paulo.</p> <p><i>Contos e Fantasias.</i> Editora das Américas: São Paulo.</p> <p><i>Sentimentais.</i> Editora das Américas: São Paulo.</p>
1955	<i>Mensagem ao Povo Brasileiro.</i> Edição do Autor: Rio de Janeiro.
1956	<i>Livro Verde da Minha Campanha.</i> Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.
1957	<i>Reconstrução do Homem.</i> Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.
1961	<i>Discurso na Câmara dos Deputados.</i> Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.

	<i>Poemas do século Tenebroso</i> . Livraria Clássica Brasileira: Rio de Janeiro.
1962	<i>A Crise Parlamentar</i> . Edição do Autor: Brasília.
1963	<i>Imitação de Cristo</i> . Editora Verbo: Lisboa.
1964	<i>Introdução Moral e Cívica</i> . Editora FTD: Rio de Janeiro.
1969	<i>História do Brasil</i> . 2 volumes. Editora FTD: Rio de Janeiro.
1972	<i>Trepandé</i> . Editora José Olympio: Rio de Janeiro.
1973	<i>13 anos em Brasília</i> . Edição do Autor: Brasília.